

**Grupo de Trabalho para a Avaliação Externa das Escolas
2011**



Propostas para um novo ciclo de avaliação externa de escolas

Relatório Final

14 de Julho de 2011



Sumário

INTRODUÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

PRIMEIRA PARTE - CONCEPÇÃO

1. Enquadramento e fundamentos - uma avaliação para a qualidade das escolas

- 1.1. O enquadramento internacional e as recomendações das instituições de referência
- 1.2. Os princípios gerais da organização do sistema educativo português
- 1.3. O enquadramento legal da avaliação das escolas em Portugal
- 1.4. O Conselho Nacional de Educação e a qualidade das escolas
- 1.5. A qualidade das escolas na avaliação externa (2006-2011)
- 1.6. Síntese dos fundamentos

2. Concepção e preparação dos instrumentos

SEGUNDA PARTE - EXPERIMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

3. Experimentação

- 3.1. As escolas da experimentação
- 3.2. A formação dos avaliadores
- 3.3. As visitas às escolas
- 3.4. O relatório de avaliação externa

4. Avaliação da experimentação

- 4.1. Avaliação da experimentação pelas escolas
- 4.2. Avaliação da experimentação pelos avaliadores

5. Conclusões da experimentação e da audição dos peritos

- 5.1. Sobre o quadro conceptual
- 5.2. Sobre o quadro de referência
- 5.3. Sobre o documento de apresentação das escolas
- 5.4. Sobre a informação estatística de apoio
- 5.5. Sobre os questionários de satisfação à comunidade
- 5.6. Sobre o relatório de avaliação externa
- 5.7. Sobre as agendas das visitas às escolas
- 5.8. Sobre a observação de aulas na avaliação externa
- 5.9. Outras questões pertinentes



TERCEIRA PARTE - PROPOSTAS PARA UM NOVO CICLO

6. Quadro de referência

- 6.1. Objectivos da avaliação externa
- 6.2. Domínios e campos de análise
- 6.3. Documento de apresentação da escola
- 6.4. Informação estatística
- 6.5. Questionários de satisfação
- 6.6. Plano de melhoria da escola

7. Operacionalização da avaliação externa

- 7.1. Avaliadores
- 7.2. Selecção anual das escolas em avaliação
- 7.3. Comunicação inicial com as escolas
- 7.4. Visita à escola
- 7.5. Classificações dos domínios
- 7.6. Relatório de avaliação externa
- 7.7. Contraditório e recurso

8. Considerações finais e recomendações

ANEXOS

1. Despacho de criação e nomeação do Grupo de Trabalho
2. Sugestões de leitura do quadro de referência
3. Modelo de questionários de satisfação: alunos, pais e encarregados de educação e trabalhadores docentes e não docentes
4. Informação estatística de apoio à avaliação
 - 4.1. Perfil de Escola exemplificativo
 - 4.2. Dados fornecidos pela MISI ao GT
 - 4.3. Modelos de valor esperado
5. Agendas das visitas às escolas
6. Lista dos avaliadores da experimentação
7. Síntese das respostas aos questionários de avaliação da experimentação.

Este relatório final é acompanhado pelo relatório intercalar do Grupo de Trabalho e pelos relatórios de escola, respectivos contraditórios e respostas da equipa de avaliação.



INTRODUÇÃO

1. Nos últimos vinte anos, a avaliação externa das escolas constituiu um campo de múltiplas iniciativas de instituições públicas e privadas, por vezes com inserção em organizações e projectos de nível europeu. Sendo um tempo de iniciativa, de realização e de acumulação de experiência e de conhecimento, é também um tempo marcado pela descontinuidade das políticas públicas e pela falta de consolidação dos programas e de estabilidade das responsabilidades institucionais.

Mais recentemente, e no âmbito da acção da administração educativa, cumpriu-se um ciclo de avaliação externa das escolas públicas. De facto, após uma fase de concepção e de experimentação, em 2006, da responsabilidade do grupo de trabalho então nomeado¹, a Inspeção-Geral da Educação (IGE) foi incumbida de acolher e dar continuidade ao Programa de Avaliação Externa das Escolas (AEE).

Este ciclo de avaliação (2006-2011) concluiu-se, no início de Junho de 2011, com a publicação do último dos 1131 relatórios de escola ou de agrupamento de escolas que oferecem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário. Estes relatórios estão publicados na página da IGE, a par da documentação mais pertinente, designadamente o quadro de referência, os procedimentos e os instrumentos utilizados e os relatórios anuais do Programa.

2. Tendo em vista a continuidade da avaliação externa das escolas, o XVIII Governo Constitucional criou, sob a coordenação da IGE, um grupo de trabalho com a missão de apresentar uma proposta de modelo para o novo ciclo do Programa de Avaliação Externa das Escolas.

Assim, o Despacho Conjunto n.º 4150/2011, de 4 de Março (em anexo), atribuiu ao Grupo de Trabalho os seguintes objectivos:

- a) *Reapreciar os referenciais e metodologias do Programa AEE.*
- b) *Elaborar, até 15 de Abril de 2011, uma proposta de modelo a utilizar no novo ciclo do Programa AEE, da qual constem os referentes e domínios de avaliação, as metodologias, a escala e nomenclatura de classificação, os intervenientes no processo, incluindo a constituição das equipas de avaliação e a periodicidade dos ciclos de avaliação.*
- c) *Apresentar proposta de formação dos avaliadores para a experimentação do novo ciclo do Programa AEE, a realizar, preferencialmente, em Maio de 2011.*
- d) *Acompanhar, na fase de experimentação do novo ciclo, a realização das acções de avaliação externa nas escolas, em número e sob as formas a definir em proposta que, para o efeito, deve apresentar, no prazo referido na al. b).*

¹ Relatório final do GT de 2006 em: http://www.ige.min-edu.pt/upload/Relatorios/AEE_06_RELATORIO_GT.pdf



- e) *Apresentar, até 15 de Julho de 2011, proposta de normativo que regule o «regime jurídico da avaliação externa das escolas».*
 - f) *Elaborar o relatório final no qual devem estar expressas e fundamentadas as opções metodológicas adoptadas e as recomendações sobre a configuração do novo ciclo do programa de avaliação externa das escolas.*
3. Em 15 de Abril de 2011, o Grupo de Trabalho (GT) apresentou o relatório intercalar que respondia às solicitações expressas nas alíneas a), b), c) e parte da d), acima transcritas. Esse relatório incluiu, designadamente, o enquadramento e os fundamentos da proposta desenvolvida, o quadro de referência do novo ciclo de avaliação, as formas de operacionalização da avaliação, a programação da experimentação da proposta e a formação dos avaliadores para a fase de experimentação.

Entretanto, na sequência da convocação de eleições legislativas, o XVIII Governo Constitucional entendeu que não seria oportuna a elaboração do normativo referido na alínea e). Assim, este relatório não contempla esta vertente, cumprindo o previsto nas restantes alíneas do despacho de criação do GT.

4. A primeira parte do relatório enquadra e fundamenta “as opções metodológicas adoptadas e as recomendações sobre a configuração do novo ciclo do programa de avaliação externa das escolas”, conforme inscrito na alínea f) do despacho, e descreve sucintamente a fase de concepção e preparação de instrumentos; na segunda parte apresenta-se a actividade desenvolvida em sede de experimentação e respectiva avaliação; na terceira parte, o GT expõe a sua proposta de quadro de referência e de operacionalização; em anexo, é reunida outra documentação relevante, em especial os instrumentos para a concretização do modelo de avaliação externa agora proposto.

Para simplificação deste relatório, entendemos apresentar apenas a versão final dos documentos de trabalho, embora sejam identificadas as áreas onde incidiram alterações mais substantivas em resultado da experimentação, da audição de peritos e da reflexão do GT. De qualquer modo, a versão inicial da documentação elaborada pelo GT pode ser consultada no relatório intercalar, apresentado à tutela em 15 de Abril de 2011.

5. No decurso destes cinco meses, o GT realizou um total de 16 reuniões, sendo sete em Aveiro, oito em Lisboa e uma no Porto, para além de outras reuniões com parte do grupo, dada a dificuldade de compatibilização de agendas dos oito membros. Para além destas reuniões, foram ainda realizadas cinco entrevistas com os peritos, em encontros que decorreram sempre com a presença de, pelo menos, três membros do GT.
6. As entrevistas com os peritos pretenderam recolher opiniões relativamente ao modelo em experimentação, nomeadamente no que concerne aos seus fundamentos e objectivos, à



metodologia de recolha de informação, às consequências para as escolas e à análise custo-benefício da sua operacionalização.

Assim, alguns elementos do GT, em todos os casos com a presença do seu Coordenador, reuniram, em 5 de Abril, com o Professor Bártolo Paiva Campos; em 6 de Abril, com o Professor Pedro Saraiva; em 1 de Junho, com os Professores Pedro Guedes de Oliveira e Almerindo Janela Afonso; em 7 de Junho, com os Professores João Barroso, Maria do Carmo Clímaco e Domingos Fernandes. O GT entendeu igualmente ouvir a direcção do Conselho das Escolas, o que ocorreu em 5 de Abril. Destas audições resultou a reconsideração de alguns aspectos do modelo experimentado.

7. O Grupo de Trabalho agradece a colaboração empenhada dos doze agrupamentos e escolas que participaram na experimentação (realizada com prazos muito apertados), a competência e a disponibilidade dos avaliadores, os contributos dos peritos referidos e a colaboração da direcção da MISI e das estruturas da Inspeção-Geral da Educação.

Com a apresentação deste relatório, o Grupo de Trabalho dá por cumprida a missão que lhe foi confiada.

Porto, 14 de Julho de 2011

Valdemar Almeida (coordenador)

Ana Paula Curado

Cláudia Sarrico

João Nunes

José João Azevedo

José Maria Azevedo

Maria Leonor Duarte

Pedro Nuno Teixeira

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O que faz uma *escola de qualidade*? Quais são os factores subjacentes à qualidade de uma escola? O que se entende por qualidade, quando aplicada ao sistema de educação e formação? O movimento em prol da garantia da qualidade das escolas em Portugal tem como pano de fundo a globalização dos sistemas educativos, em que as organizações internacionais de referência, como a União Europeia (UE), a OCDE e a UNESCO, com os seus estudos e recomendações sobre as escolas e a sua qualidade, ocupam um lugar de destaque. Internamente, a garantia de qualidade da educação, onde se integra a Avaliação Externa das Escolas, enquadra-se nos princípios básicos do sistema educativo, consignados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo, e na legislação fundamental sobre a avaliação das escolas. Complementarmente, importa ter em conta os pareceres e as recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão com especiais responsabilidades em matéria de avaliação da educação, e as conclusões da Inspeção-Geral da Educação (IGE) sobre o ciclo de avaliação externa de 2006-2011. Estas *diversas fontes sustentam a construção de um quadro de referência* que explicita os critérios de uma educação de qualidade.
2. As *organizações internacionais* indicam que as variáveis de escola com mais impacto nas aprendizagens dos alunos são a qualidade dos professores e as práticas de sala de aula e sinalizam como escolas de qualidade aquelas em que as lideranças se preocupam com os princípios de igualdade e inclusão, que promovem a interculturalidade, a cidadania, a valorização moral e ética; aquelas em que a gestão é transparente e justa na execução das suas decisões; aquelas que se articulam com as medidas de política educativa a nível autárquico, buscando a participação qualificada das famílias e de outros agentes externos; aquelas que têm como finalidades principais a melhoria das aprendizagens e a prevenção do abandono, para o que definem metas de desenvolvimento e usam a informação estatística para monitorizar o progresso e adequar a acção.
3. Os *princípios básicos da legislação nacional* preconizam que a avaliação e o controlo de qualidade devem aplicar-se a todo o sistema educativo, incluindo o ensino privado e cooperativo, e promover a melhoria, a eficiência e a eficácia, a exigência e a informação qualificada para a tomada de decisão. A autonomia das escolas é relacionada com a responsabilização e a prestação de contas e com os resultados da avaliação externa.
4. As *recomendações do CNE* consideram que as escolas de qualidade são as que aplicam os princípios da centralidade no aluno, da adequação dos percursos oferecidos, da ligação empenhada à comunidade local, da boa gestão dos recursos; que promovem a equidade do acesso e do sucesso, a qualidade das aprendizagens, a diferenciação, a inclusão, a participação e o respeito mútuo; e que desenvolvem práticas institucionalizadas de reflexão, inovação e auto-regulação.
5. As *boas práticas identificadas pela IGE* apontam para escolas de qualidade com lideranças claras e distribuídas, regras que fomentam um ambiente de respeito e disciplina, boa



circulação da informação e da comunicação; escolas cuja preocupação central é o progresso das aprendizagens dos alunos, os resultados académicos e os resultados educativos no sentido mais lato, escolas que desenvolvem práticas de inclusão e de apoio aos alunos com mais dificuldades, que valorizam formas de trabalho cooperativo entre os docentes, que fomentam a participação das famílias e que asseguram a auto-avaliação para a melhoria do trabalho realizado. Estes são os princípios básicos que suportam o quadro de referência da avaliação externa das escolas.

6. Face ao ciclo de AEE 2006-2011, o Grupo de Trabalho propõe *sete alterações principais*: i) a redução de cinco para três domínios de análise; ii) a aplicação prévia de questionários de satisfação à comunidade; iii) a utilização do valor esperado na análise dos resultados das escolas; iv) a auscultação directa das autarquias; v) a introdução de um novo nível na escala de classificação; vi) a necessidade de produção e aplicação de um plano de melhoria em cada escola avaliada; vii) a variabilidade dos ciclos de avaliação.
7. Os *objectivos da avaliação externa* foram reformulados, sendo propostos os seguintes: i) promover o progresso das aprendizagens e dos resultados dos alunos, identificando pontos fortes e áreas prioritárias para a melhoria do trabalho das escolas; ii) incrementar a responsabilização a todos os níveis, validando as práticas de auto-avaliação das escolas; iii) fomentar a participação na escola da comunidade educativa e da sociedade local, oferecendo um melhor conhecimento público da qualidade do trabalho das escolas; iv) contribuir para a regulação da educação, dotando os responsáveis pelas políticas educativas e pela administração das escolas de informação pertinente.
8. O *quadro de referência* foi estruturado em *três domínios* - 1. *Resultados*; 2. *Prestação do serviço educativo*; e 3. *Liderança e gestão* - e 9 campos de análise. Assim, o domínio *RESULTADOS* inclui os *campos de análise*: i) *Resultados académicos*; ii) *Resultados sociais*; iii) *Reconhecimento da comunidade*; o domínio *PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO* inclui: i) *Planeamento e articulação*; ii) *Práticas de ensino*; iii) *Monitorização e avaliação das aprendizagens*; e o domínio *LIDERANÇA E GESTÃO* inclui: i) *Liderança*; ii) *Gestão*; iii) *Auto-avaliação e melhoria*.

Os campos de análise são explicitados por *um conjunto de referentes*, que constituem elementos de harmonização das matérias a analisar pelas equipas de avaliação.

9. Os *questionários de satisfação* visam alargar a participação da comunidade educativa no processo de avaliação externa e foram testados antes da sua aplicação na fase da experimentação, tendo-se concluído, nomeadamente, que a utilidade do dispositivo dependia da definição de regras claras e do conhecimento destas por parte dos aplicadores, bem como da acessibilidade da linguagem utilizada.
10. *Níveis da escala de classificação*. A atribuição de uma classificação, com recurso a uma linguagem comum na cultura escolar, visa dar uma indicação clara sobre a apreciação que a equipa de avaliação faz do desempenho da escola nos domínios em causa. Importa ter presente que a classificação é um sinal e não um fim da avaliação. No ciclo de avaliação de



2006-2011, foi utilizada uma escala com quatro níveis: *Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente*. Ponderadas as vantagens e os inconvenientes da utilização de uma escala com mais níveis, o Grupo de Trabalho propõe a introdução de um quinto nível: *Excelente*. Esta alteração visa possibilitar que a avaliação externa reconheça situações excepcionais e de algum modo exemplares nas práticas de uma escola em determinado domínio. Por outro lado, entende-se que não se justifica a criação de distinções no nível de *Insuficiente*, pois a atribuição deste nível bastará para interpelar a escola e para desencadear medidas específicas de acompanhamento e apoio da parte da administração educativa.

11. O *plano de melhoria*. Antes de tudo, importa que a avaliação seja um processo útil para o desenvolvimento e a melhoria de cada escola. Para tal, cuidar da sequência é tão importante como investir na preparação e na execução. Nesta perspectiva, propõe-se que, no prazo de dois meses após a publicação do relatório de avaliação externa, a escola apresente um plano de melhoria. De um modo selectivo, sintético e pragmático, o plano deve conter a acção que a escola se compromete a realizar nas áreas identificadas na avaliação externa como merecedoras de prioridade no esforço de melhoria.
12. A *fase de experimentação* do modelo proposto foi assegurada por avaliadores que tinham participado no ciclo de avaliação acabado de concluir. Tendo em conta estes destinatários, a *formação dos avaliadores* incidiu particularmente sobre os seguintes aspectos: i) Apresentação geral do modelo de avaliação; ii) Objectivos, fundamentação, quadro de referência e escala de classificação; iii) Informação estatística: questionários, perfil de escola e valor esperado; iv) Visita de avaliação; v) Relatório e contraditório. Os participantes na formação tomaram conhecimento prévio dos documentos que iriam ser utilizados na experimentação.
13. As *visitas às escolas* tiveram como objectivo testar no terreno a proposta de novo modelo de avaliação externa, no que concerne a aspectos como: (i) a aplicação prévia dos questionários de satisfação a alunos, pais e trabalhadores; (ii) os referentes e a escala de avaliação; (iii) a agenda das visitas, a duração total da visita e a de cada painel, e, de forma especial, a introdução de um novo painel com a autarquia e a possibilidade alternativa de se iniciar ou concluir a visita pela entrevista ao Conselho Geral ou à Direcção da Escola. O GT considera muito importante, dos pontos de vista da eficácia e eficiência, que as visitas sejam compactas e focalizadas, daí a importância atribuída ao documento de apresentação da escola e à preparação prévia por parte dos avaliadores.
14. Ao longo do processo de *audição de peritos* o GT recolheu posições bastante distintas. Esta diversidade era, em grande parte, previsível, dado que o GT procurou ouvir um conjunto de peritos cujas posições conhecidas acerca dos sistemas de avaliação de escolas são bastante heterogéneas e, em vários casos, manifestamente divergentes. Esta diversidade visou contribuir para uma reflexão crítica e aprofundada acerca dos modelos de avaliação de escolas existente e proposto, de modo a permitir uma fundamentação mais sólida da proposta final a apresentar.



15. Em coerência com o seu mandato e seguindo a recomendação do Conselho Nacional de Educação, o GT assumiu uma *visão global de continuidade*, procurando introduzir no modelo tudo o que poderia trazer melhoria.
16. A avaliação da experimentação por parte das escolas e dos avaliadores revela uma elevada concordância com o modelo proposto. Quanto às escolas e no que se refere às vantagens das alterações mais substantivas, a concordância é mais parcial em aspectos como a auscultação das autarquias em painel específico, a introdução de um novo nível na escala de classificação e a utilização do valor esperado; por outro lado, mantêm-se as reservas em aspectos processuais como a duração da visita da equipa de avaliação ou a fundamentação das classificações atribuídas. Já a concordância geral dos avaliadores é temperada em matérias como a informação sobre a escola fornecida à equipa de avaliação, a coerência entre os campos de análise e os referentes e a auscultação das autarquias em painel específico. O Grupo de Trabalho procurou ter em conta as observações e sugestões apresentadas e constatou que algumas das reservas se prendem com dúvidas sobre a operacionalização das alterações.
17. A equipa de avaliação de cada escola apresentou uma primeira versão dos *relatórios de avaliação externa*, que foi comentada por outros membros do GT tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho e a harmonização de critérios. Os relatórios são elaborados com base na análise dos documentos fundamentais da escola, nos questionários de satisfação aplicados a alunos, pais e trabalhadores docentes e não docentes, no documento de apresentação da escola, na observação directa das instalações, serviços e quotidiano escolar, na realização de variadas entrevistas em painel.
18. No capítulo de *considerações finais e recomendações*, o Grupo de Trabalho realça alguns aspectos que entende deverem merecer particular atenção na definição do futuro ciclo de Avaliação Externa das Escolas:
 - i. Os processos de avaliação devem ser orientados por princípios de continuidade e estabilidade. Deste modo, o GT considera que a organização do novo ciclo de AEE se deverá inserir numa perspectiva de melhoria incremental e de consolidação do processo iniciado em 2006, beneficiando da experiência acumulada no ciclo de avaliação precedente e da reflexão produzida ao longo dos últimos anos pelo Conselho Nacional de Educação, pela Inspeção-Geral de Educação e por especialistas em avaliação de instituições de ensino.
 - ii. Os processos de avaliação requerem também uma atitude de permanente reflexão acerca da sua eficácia e dos modos de aperfeiçoamento. Assim, o novo ciclo de avaliação deve ter em atenção o contributo dos peritos e avaliadores consultados e das escolas e agrupamentos que participaram no período de experimentação.
 - iii. Enquanto instrumento de regulação e de governabilidade, a AEE deve ser pensada na sua relação com a avaliação das aprendizagens dos alunos, do desempenho dos professores e



dos outros trabalhadores, da eficácia dos programas ou das medidas de política educativa e do desempenho das organizações que interagem com as escolas.

- iv. A avaliação das escolas deve ser entendida como parte de uma visão integrada e coerente do sistema de ensino, tendo em atenção as suas interações com outras dimensões da política educativa tais como a autonomia e a responsabilização das escolas, a estabilização organizacional dos agrupamentos, a continuidade das equipas docentes e a ligação à comunidade.
- v. Na linha da recomendação do CNE, o GT entende que é desejável alargar o processo de AEE ao sector particular e cooperativo no novo ciclo de avaliação, desde logo aos estabelecimentos de ensino que celebraram contratos de associação com o Estado. Esta alteração não foi testada na fase de experimentação devido às limitações de tempo que impediam a preparação adequada deste processo em colaboração com os representantes das escolas que integram esse sector.
- vi. O aprofundamento da AEE deve dar uma atenção prioritária ao reforço da componente da auto-avaliação, com acompanhamento e avaliação externa. Só assim se promoverá a eficácia dos processos de avaliação e o desenvolvimento das escolas como instituições com projecto e objectivos próprios. Nesta perspectiva, o processo de AEE poderá tender, a médio prazo, para um programa de auditoria da qualidade da auto-avaliação das escolas.
- vii. Para o reforço da eficácia do processo de AEE, escolas e avaliadores devem ter acesso, em tempo útil, a informação detalhada sobre os resultados escolares e a outros dados estatísticos de nível nacional e local. Importa aperfeiçoar o trabalho dos últimos anos, nomeadamente através da integração e da compatibilização das diferentes fontes estatísticas existentes no Ministério da Educação. A fiabilidade dos dados deve ser garantida através de um conjunto de procedimentos, designadamente a verificação de erros e omissões e a normalização dos processos de recolha de informações. O GT dedicou particular atenção a esta área e apresenta, no ponto 6.4 deste Relatório, recomendações mais concretas sobre responsabilidades, meios e procedimentos a adoptar no novo ciclo de AEE.
- viii. A informação estatística utilizada no processo de avaliação deve caminhar para um maior detalhe e rigor, nomeadamente através da consideração do aluno enquanto unidade estatística, de modo a permitir um melhor conhecimento dos factores explicativos dos resultados escolares e uma melhor aferição do contributo de cada escola para esses resultados. A informação estatística utilizada deve também adoptar uma perspectiva longitudinal na análise do desempenho das escolas.
- ix. A centralidade do espaço da sala de aula na vida da escola é uma questão crucial na avaliação. Importa perceber como a escola organiza, acompanha e avalia as práticas



pedagógicas. Não se prevê a observação directa pelos avaliadores externos das práticas na sala de aula porque se entende que esta é uma função essencial das instâncias de direcção e de coordenação pedagógica da escola, embora se trate de uma prática ainda pouco enraizada nas nossas escolas. A promoção desta prática deverá ser incentivada através de outros instrumentos que não os da AEE.

- x. A pertinência e a efectividade da avaliação beneficiarão do reforço da participação da comunidade, tanto pelo contributo na concepção e na preparação dos procedimentos, como pelo seu lugar de destinatária principal dos resultados da avaliação. Sendo assim, o novo ciclo de AEE deverá dedicar particular atenção ao envolvimento e participação dos principais actores da comunidade escolar.
- xi. O processo de AEE beneficiará duma auscultação tão alargada e participada quanto possível aos professores, trabalhadores, alunos e pais e encarregados de educação acerca do desempenho das escolas. Neste sentido, é recomendada a introdução de questionários de satisfação, cabendo ao Ministério da Educação e da Ciência encontrar a melhor maneira de organizar a sua concretização, nomeadamente de modo a permitir uma disponibilização atempada dos seus resultados.
- xii. Sendo a avaliação um instrumento para melhorar o ensino e a aprendizagem, importa evitar que tanto a avaliação externa como a interna se limitem ao cumprimento administrativo dos procedimentos. Para tal, deve ter-se sempre presentes os resultados pretendidos, a adequação e a simplicidade dos instrumentos e consequências efectivas dos processos avaliativos. No caso da avaliação externa, tal implica, entre outras, a consideração dos resultados de trabalhos anteriores e a obrigatoriedade de uma reacção explícita da escola avaliada, designadamente através de um plano de acção.
- xiii. Os ciclos de avaliação externa devem variar de acordo com a evolução dos resultados de cada escola ou agrupamento. Assim, o intervalo entre avaliações externas poderá situar-se entre um máximo de cinco e um mínimo de três anos, considerando aspectos como as classificações obtidas na anterior avaliação externa ou a evolução recente dos resultados dos alunos, aferidos pela avaliação externa das aprendizagens.
- xiv. A concretização do novo ciclo de AEE deverá ser acompanhada dum processo de meta-análise, a cargo de uma entidade externa à IGE, que tenha como incumbência a produção de relatórios anuais e/ou no final do ciclo de avaliação, complementares dos habitualmente produzidos pela IGE.



PRIMEIRA PARTE – CONCEPÇÃO

1. ENQUADRAMENTO E FUNDAMENTOS - UMA AVALIAÇÃO PARA A QUALIDADE DAS ESCOLAS

O que faz uma escola de qualidade? Quais os factores subjacentes à qualidade de uma escola? O que se entende por qualidade, quando aplicada ao sistema de educação e formação? Eis as perguntas a que se procura responder neste capítulo.

O movimento em prol da garantia da qualidade das escolas em Portugal tem como pano de fundo a globalização dos sistemas educativos, em que as organizações internacionais de referência, como a União Europeia (UE), a OCDE e a UNESCO, com os seus estudos e recomendações sobre as escolas e a sua qualidade, ocupam um lugar de destaque.

Internamente, a garantia de qualidade da educação, onde se integra a Avaliação Externa das Escolas, enquadra-se nos princípios básicos do sistema educativo, consignados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo e na legislação fundamental sobre a avaliação das escolas. Complementarmente, importa ter em conta os pareceres e as recomendações do Conselho Nacional de Educação, órgão com especiais responsabilidades em matéria de avaliação da educação, e as conclusões da Inspeção-Geral da Educação sobre o ciclo de avaliação externa que agora termina (2006-2011).

Estas diversas fontes sustentam a construção de um quadro de referência que explicita os critérios de uma educação de qualidade.

1.1. O enquadramento internacional e as recomendações das instituições de referência

Nas últimas décadas, a expansão e a massificação dos sistemas de ensino levaram a uma preocupação crescente com as questões da qualidade e da avaliação. Por outro lado, consolidou-se uma tendência para o aprofundamento dos dispositivos de prestação de contas e de responsabilização na generalidade dos sectores prestadores de serviços públicos. Estas preocupações têm sido reforçadas pelas fortes expectativas face ao contributo potencial do ensino para o desenvolvimento económico e social. No entanto, trabalhos recentes têm revelado que o efeito da escolarização crescente da população nem sempre se tem traduzido numa concretização efectiva desse potencial. Assim, para além da expressão quantitativa da escolarização, a ênfase tem sido colocada, mais recentemente, na qualidade da escolarização e dos resultados das aprendizagens.

Estas preocupações têm estado muito presentes nas recomendações das várias organizações internacionais que têm um impacto notório na formulação de políticas educativas nacionais. Em



sociedades abertas, marcadas pela mobilidade e pela interdependência, o contexto internacional tem um peso crescente. Mesmo quando não há o intuito explícito de orientar as políticas nacionais, ocorrem processos de ajustamento, de aproximação e de harmonização. Tal não obsta a que os governos ou os níveis subnacionais responsáveis pelas políticas educativas exerçam a sua autonomia de decisão. De facto, a avaliação das escolas tem uma dimensão irrecusavelmente política, pois implica valores, interesses e aspirações de cariz ideológico, social e económico.

A expansão da ideologia da modernização trouxe como corolário a disseminação global do que se entende por «sistema educativo de qualidade», independente da diversidade das raízes históricas e culturais. Nessa disseminação desempenham um papel fundamental as organizações internacionais de referência, nomeadamente, no que a Portugal diz respeito, a UE, a OCDE e a UNESCO (às quais se poderia juntar o Banco Mundial, embora com menos relevância para a situação portuguesa contemporânea). De um modo geral, estas organizações têm valorizado o desenvolvimento de práticas de regulação que contribuem para o desenvolvimento de procedimentos sistémicos e institucionais de avaliação externa e que promovem a prestação de contas e a melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens.

A preocupação em desenvolver práticas de avaliação, que explicitem externamente às escolas o resultado do seu esforço, tem-se também caracterizado pelo envolvimento dos actores fundamentais na educação e pelo fortalecimento da capacidade das escolas de reflectirem sobre o seu desempenho e sobre os caminhos para a melhoria dos seus resultados. A crescente valorização da avaliação externa tem acompanhado o reforço da componente de auto-avaliação, encaradas como vias complementares para a melhoria da qualidade do ensino.

A União Europeia e as escolas de qualidade

Num estudo de 2008² sobre a construção da autonomia das escolas na Europa, a rede Eurydice refere que o processo se desenvolveu gradualmente ao longo de três décadas e que as reformas a ele associadas reflectiram as correntes de pensamento predominantes à época. Assim, começaram, na década de 1980, por estar relacionadas com a causa política da participação democrática nas escolas. A concessão de novas liberdades às comunidades locais manteve-se, nos anos 90, como uma questão em aberto, à qual se veio juntar outra preocupação, a da gestão eficiente dos recursos públicos. A autonomia das escolas inscreveu-se, amiúde, no mesmo quadro legislativo da descentralização política, visto que as autarquias locais, contempladas com novas responsabilidades, delegaram, por sua vez, novas obrigações nas escolas que tutelavam. Na década de 2000, na maior parte dos países europeus, a autonomia das escolas passou a ser encarada como uma ferramenta a utilizar para melhorar a qualidade do ensino. Foi dada uma maior atenção à autonomia pedagógica, que parece estar mais estreitamente ligada à melhoria dos resultados escolares.

² EURYDICE (2008). *School autonomy in Europe. Policies and measures*. Consultado em 16 de Março de 2011 em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/090EN.pdf



Por sua vez, a Comissão Europeia, numa Comunicação de 2008³ sobre o desenvolvimento das competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, recomendou que se centre a cooperação entre os países europeus, nomeadamente, nos seguintes aspectos: definição de planos de acção com fixação de metas e avaliação sistemática dos progressos alcançados. Com a finalidade principal de promover um ensino de elevada qualidade para todos, a Comissão sublinhou a necessidade de reduzir as taxas de abandono escolar, oferecer percursos de aprendizagem flexíveis e melhores oportunidades de aprendizagem precoce, criar parcerias e redes entre escolas, assegurar a auto-avaliação sistemática e cíclica. A direcção das escolas deveria centrar-se nas tarefas que contribuíssem mais eficazmente para a aprendizagem dos alunos, entendendo que o processo de recrutamento e de recondução do pessoal dirigente deveria ser profissionalizado.

As recomendações da OCDE

Tomando por referência os últimos resultados do Programa PISA, os sistemas educativos com resultados superiores à média e que mais conseguem ultrapassar as desigualdades socioeconómicas de partida, ou seja, os sistemas educativos mais eficazes, têm algumas características comuns, por exemplo: são integrados e inclusivos, evitando a distinção precoce de vias de estudo; dão autonomia às escolas na elaboração dos programas e na aplicação de políticas de avaliação; instituem a educação pré-escolar universal; têm escolas com um clima disciplinado e relações positivas entre alunos e professores.

Em documento recente⁴, a OCDE defendeu que os líderes das escolas deveriam garantir que as responsabilidades e os papéis ligados à melhoria dos resultados das aprendizagens se encontrassem no centro das suas práticas. Com este fim, a liderança deveria diversificar-se em áreas de responsabilidade, tais como: apoiar, avaliar e desenvolver a qualidade dos professores; apresentar metas, avaliar e prestar contas, usando a informação estatística para monitorizar o progresso e melhorar os resultados; desenvolver uma gestão estratégica ao nível financeiro e de recursos humanos; colaborar com outras escolas, através de estabelecimento de metas e actividades comuns. Para fundamentar tal recomendação, a OCDE apresentou uma recensão bibliográfica de estudos sobre os factores que influenciam a aprendizagem dos alunos, destacando-se, como conclusão geral dessa meta-análise, que o impacto dos directores na aprendizagem dos alunos é mensurável, mas sobretudo indirecto, mediado por outras pessoas, estruturas e eventos, principalmente professores, práticas de sala de aula e clima de escola.

³ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *Melhorar as competências para o século XXI: Uma agenda para a cooperação europeia em matéria escolar*, 2008.

⁴ OCDE, *Improving School Leadership – Vol. 1: Policy and Practice*, <http://www.oecd.org/dataoecd/32/12/44374889.pdf>, consultado em 16 de Março de 2011.



As escolas associadas da UNESCO

As escolas associadas da UNESCO baseiam a sua actividade nos chamados quatro pilares da aprendizagem: «aprender a saber; aprender a fazer; aprender a ser; aprender a viver em conjunto»⁵. Na perspectiva da UNESCO, as escolas devem estar motivadas para apresentar projectos de educação para todos, com vista, nomeadamente, à educação para o desenvolvimento sustentável, para a paz e os direitos do homem e para a aprendizagem intercultural.

Em suma, para as organizações internacionais de referência, escolas de qualidade são as que se preocupam com a promoção da equidade e da inclusão, a diminuição das taxas de abandono, a oferta das melhores oportunidades de aprendizagem e de percursos educativos flexíveis, a criação de parcerias e redes, a auto-avaliação sistemática e cíclica para ajudar à identificação de problemas e opções de mudança (UE); são as escolas que beneficiam de lideranças que diversificam as áreas de responsabilidade com vista ao apoio, avaliação e desenvolvimento da qualidade dos professores (identificada como o factor principal da qualidade das escolas) e promovem o desenvolvimento da gestão estratégica e da colaboração sistemática com outras escolas (OCDE); são as escolas cujos projectos educativos se baseiam nos valores da democracia, reforçam os temas da interculturalidade e se orientam para a defesa dos direitos humanos, o crescimento sustentado, a paz e a segurança (UNESCO).

1.2. Os princípios gerais da organização do sistema educativo português

Importará recordar os princípios estruturantes do quadro legislativo da educação, presentes na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE).

A Constituição consagra as finalidades da educação, estabelecendo que ao Estado compete promover a sua democratização, garantindo a todos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística. Para tal, o Estado deve criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, reconhecendo e fiscalizando o ensino particular e cooperativo (artigos 73.º, 74.º e 75.º).

A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece os princípios de organização deste sistema, designadamente a promoção da formação integral, da cidadania, da valorização cultural, moral e ética e da interculturalidade. A educação deverá ser oferecida de forma descentralizada e diversificada, com participação das localidades, assegurando a igualdade de oportunidades e as práticas democráticas.

⁵ The UNESCO Associated Schools Project Network, <http://www.unesco.org/new/en/education/networks/global-networks/aspnet/>, consulta em 16 de Março de 2011.



Em síntese, os princípios fundamentais que regem o sistema educativo português são a igualdade, a equidade, a democraticidade, a abrangência, a inclusão e a participação. É com base nestes fundamentos legais que se produz a restante legislação sobre a educação e o ensino.

1.3. O enquadramento legal da avaliação das escolas em Portugal

No que respeita directamente à avaliação das escolas, destacamos dois instrumentos legislativos de enquadramento desta matéria: Lei n.º 31/2002 e Decreto-Lei n.º 75/2008.

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, que aprova o sistema de avaliação do ensino não superior, estabelece que o controlo de qualidade deve aplicar-se a todo o sistema educativo, incluindo o ensino privado e cooperativo, e visa promover a melhoria, a eficiência e a eficácia, a responsabilização e a prestação de contas, a participação e a exigência e a informação qualificada de apoio à tomada de decisão. Nos termos da lei, a avaliação estrutura-se com base na auto-avaliação, a realizar em cada escola ou agrupamento de escolas, e na avaliação externa.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, reorganiza o sistema de administração e gestão das escolas, estabelecendo uma ligação entre a autonomia e a responsabilização/prestação de contas e os resultados da avaliação externa.

1.4. O Conselho Nacional de Educação e a qualidade das escolas

O Conselho Nacional da Educação (CNE), enquanto órgão institucional de participação social que se debruça sobre os grandes temas da política educativa nacional, dedicou o ano de 2010 ao tema da qualidade dos percursos escolares, tendo publicado um documento em que descreve «alguns casos de inovação e sucesso em Escolas de Qualidade para Todos»⁶ e apresenta cinco aspectos centrais da qualidade das escolas: a ligação às dinâmicas globais e de compromisso com a comunidade local; o potencial de transformação inscrito na teia de relações organizacionais; a centralidade conferida ao aluno; a capacidade de apoiar percursos educativos diversos; as práticas institucionalizadas de reflexão e auto-regulação.

Estes temas são também referidos na recomendação do CNE sobre avaliação de escolas, aprovado em Dezembro de 2010⁷. Aí, a escola de qualidade é apresentada como sendo aquela que, nomeadamente:

- Garante a equidade no acesso, acolhendo a todos na sua diversidade;

⁶ Recomendação n.º 2/2010. *Recomendação sobre O Estado da Educação 2010. Percursos Escolares*. Publicada em *Diário da República*, n.º 212, 2.ª série, de 2 de Novembro.

⁷ Recomendação n.º 1/2011. *Recomendação sobre Avaliação das Escolas*. Publicada em *Diário da República*, 2.ª série - n.º 5, de 7 de Janeiro.



- Promove a eficiência e qualidade dos percursos, desafiando os alunos a trabalhar e a dar o seu melhor, ajudando-os a superar dificuldades de aprendizagem de forma atempada e eficaz;
- Favorece a integração, o respeito mútuo e a participação activa dos alunos, dos profissionais que nela trabalham e das famílias;
- Se relaciona de forma aberta com a comunidade em que se insere e o mundo que a rodeia.

1.5. A qualidade das escolas na avaliação externa (2006-2011)

A IGE, enquanto entidade responsável pela AEE (2006-2011), acumulou um património de conhecimento que importa considerar na preparação de um novo ciclo de avaliação. Neste âmbito, seleccionamos uma síntese das boas práticas identificadas nas escolas que à data tinham obtido a classificação de *Muito Bom* em todos os cinco domínios avaliados⁸. De entre essas práticas, destacam-se:

- A preocupação central com o progresso das aprendizagens dos alunos, com os resultados académicos e os resultados educativos no sentido mais lato;
- As práticas de inclusão e de apoio aos alunos com mais dificuldades de aprendizagem; oferta formativa diferenciada;
- A valorização de formas de trabalho cooperativo entre docentes e de supervisão da prática lectiva em sala de aula;
- A organização da escola que favorece a participação e o envolvimento dos pais e encarregados de educação;
- Uma liderança clara e que dá espaço e até suscita o desenvolvimento das lideranças intermédias e a colaboração entre os diversos órgãos de gestão;
- A valorização dos progressos alcançados e a capacidade de os assinalar;
- As regras claras e um ambiente de disciplina e respeito;
- A informação que circula, o que é especialmente relevante na construção dos agrupamentos de escolas como organizações;
- O esforço na auto-avaliação, construindo uma equipa com este propósito, adoptando instrumentos, mesmo que simples, de observação e acompanhamento.

Estes tópicos constituem referentes sólidos, porque baseados em evidências, para a caracterização de uma escola de qualidade em Portugal.

⁸ Inspeção-Geral da Educação, Seminários *Avaliação das Escolas: auto-avaliação e avaliação externa*, realizados a 28 de Abril e 15 de Maio de 2009.



1.6. Síntese dos fundamentos

Nesta referência sumária ao enquadramento legal e contextual da avaliação das escolas procurou-se encontrar elementos para uma resposta fundamentada à pergunta: como promover uma avaliação externa que contribua para a qualidade da educação?

As organizações internacionais indicam que as variáveis de escola com mais impacto nas aprendizagens dos alunos são a qualidade dos professores e as práticas de sala de aula e sinalizam como escolas de qualidade aquelas em que as lideranças se preocupam com os princípios de igualdade e inclusão, que promovem a interculturalidade, a cidadania, a valorização moral e ética; aquelas em que a gestão é transparente e justa na execução das suas decisões; aquelas que se articulam com as medidas de política educativa a nível autárquico, buscando a participação qualificada das famílias e de outros agentes externos; aquelas que têm como finalidades principais a melhoria das aprendizagens e a prevenção do abandono, para o que definem metas de desenvolvimento e usam a informação estatística para monitorizar o progresso e adequar a acção.

Os princípios básicos da legislação nacional preconizam que a avaliação e o controlo de qualidade devem aplicar-se a todo o sistema educativo, incluindo o ensino privado e cooperativo, e visam promover a melhoria, a eficiência e a eficácia, a exigência e a informação qualificada para a tomada de decisão. A autonomia é relacionada com a responsabilização/prestação de contas e com os resultados da avaliação externa.

As recomendações do CNE consideram que as escolas de qualidade são as que aplicam os princípios da centralidade no aluno, da adequação dos percursos oferecidos, da ligação empenhada à comunidade local, da boa gestão dos recursos; que promovem a equidade do acesso e do sucesso, a qualidade das aprendizagens, a diferenciação, a inclusão, a participação e o respeito mútuo; que desenvolvem práticas institucionalizadas de reflexão, inovação e auto-regulação.

Por sua vez, as boas práticas identificadas pela IGE apontam para escolas de qualidade com lideranças claras e distribuídas, regras que fomentam um ambiente de respeito e disciplina, boa circulação da informação e da comunicação; escolas cuja preocupação central é o progresso das aprendizagens dos alunos, os resultados académicos e os resultados educativos no sentido mais lato, escolas que desenvolvem práticas de inclusão e de apoio aos alunos com mais dificuldades, que valorizam formas de trabalho cooperativo entre os docentes, que fomentam a participação das famílias, que asseguram a auto-avaliação para a melhoria do trabalho realizado.

Estes são, em suma, os princípios básicos que suportam as propostas do Grupo de Trabalho para o novo ciclo de avaliação externa das escolas.



2. CONCEPÇÃO E PREPARAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

Após o debate sobre os fundamentos e os princípios orientadores da avaliação externa das escolas, de que resultou a síntese apresentada no capítulo anterior, e tendo bem presentes os pareceres e as recomendações do CNE e diversos outros instrumentos de avaliação da realização do Programa entre 2006 e 2011, o GT preparou uma nova versão⁹ do **quadro de referência**. Face ao quadro existente, esta versão pretendeu ser (i) mais simples e selectiva, (ii) mais valorizadora das dimensões de resultados e de prestação do serviço educativo e (iii) moderadora do peso das dimensões da organização e da gestão a que, até agora, correspondiam três dos cinco domínios de avaliação.

Assim, os objectivos da avaliação externa foram reescritos e o quadro de referência passou de cinco domínios (1. Resultados, 2. Prestação do serviço educativo, 3. Organização e gestão escolar, 4. Liderança e 5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola) para três (1. *Resultados*, 2. *Prestação do serviço educativo* e 3. *Liderança e gestão*); por outro lado, onde havia 19 *factores* passou a haver 9 *campos de análise*, que estruturam os três domínios.

Tendo optado pelo recurso aos **questionários de satisfação** de alunos, pais e encarregados de educação e trabalhadores docentes e não docentes da escola, o GT preparou sucessivas versões, tendo-se inspirado, na fase inicial, em modelos utilizados na avaliação externa de escolas na Escócia.

Os questionários de satisfação foram testados antes da sua aplicação na fase da experimentação, tendo-se concluído, nomeadamente, que a utilidade do dispositivo dependia da definição de regras claras e do conhecimento destas por parte dos aplicadores, bem como da acessibilidade da linguagem utilizada.

Outra área a merecer particular atenção foi a da **informação estatística de apoio à avaliação**. Nesse sentido, o GT realizou uma reunião com o GEPE e a MISI, sob coordenação dos Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e do Secretário de Estado da Educação. A MISI recolhe dados de contexto e de resultados escolares dos alunos. A partir destes dados, a MISI tem fornecido à IGE um ‘perfil de escola’ (ver exemplo no Anexo 4.1), a que os avaliadores têm acesso antes da visita a cada escola. No passado, constatou-se que os avaliadores têm alguma dificuldade em fazer juízos relativamente ao desempenho da escola, apesar da informação constante do respectivo “perfil”. De facto, sem o apoio de uma análise quantitativa, é difícil ajuizar se os resultados da escola são os esperados ou não face às variáveis de contexto.

O GT tomou conhecimento de um exercício experimental de cálculo de valor acrescentado entre diferentes ciclos do ensino básico levado a cabo pela MISI e pelo GEPE. Este exercício revelou

⁹ Como referimos na introdução, entendemos apresentar apenas a versão final dos documentos de trabalho, na terceira parte e nos anexos. De qualquer modo, a versão inicial da documentação elaborada pelo GT pode ser consultada no relatório intercalar, apresentado à tutela em 15 de Abril de 2011.



dificuldades de seguimento do aluno, por, entre outros motivos, este poder ter mudado de código de identificação (número da cédula pessoal, ou número de bilhete de identidade, ou ainda do novo cartão de cidadão). Um exercício de cálculo de valor esperado¹⁰ em função de variáveis de contexto apresentava-se como mais realista. A ideia seria comparar o valor observado para as variáveis dos resultados escolares e o valor esperado calculado para ajudar a aferir o grau de sucesso relativo da escola ao nível dos resultados escolares.

Solicitou-se então à MISI e ao GEPE que fornecessem ao GT uma base de dados para cada ano de fim de ciclo de ensino, ou seja, 4º, 6º, 9º e 12º anos, integrando os dados de contexto recolhidos para o perfil de escola e os dados dos resultados escolares (ver Anexo 4.2).

Ao mesmo tempo, o Grupo trabalhou as matérias relativas à interação com as escolas, às classificações dos domínios, à relação entre a avaliação externa e a auto-avaliação e entre a avaliação externa e a melhoria, ao relatório de apresentação da escola e ao relatório de avaliação da escola.

Face ao ciclo de AEE 2006-2011, o Grupo de Trabalho reconheceu, no seu relatório intercalar de 15 de Abril, sete alterações principais:

- A redução de cinco para três domínios de análise no quadro de referência;
- A aplicação prévia de questionários de satisfação à comunidade;
- A utilização do valor esperado na análise dos resultados das escolas;
- A auscultação directa das autarquias;
- A introdução de um novo nível na escala de classificação;
- A necessidade de produção e aplicação de um plano de melhoria em cada escola avaliada;
- A variabilidade dos ciclos de avaliação.

¹⁰ Como será apresentado com mais detalhe no ponto 6.4., “valor esperado” é o valor estimado para uma variável de resultado da escola por um modelo de regressão múltipla, dados os valores das variáveis de contexto da escola.



SEGUNDA PARTE - EXPERIMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

3. EXPERIMENTAÇÃO

Atendendo ao reduzido tempo disponível para a experimentação, confinada ao mês de Maio, e à necessidade de cada uma das equipas de avaliação integrar um elemento do GT, o modelo foi experimentado em nove agrupamentos de escolas e três escolas secundárias.

3.1. As escolas da experimentação

A selecção incidu sobre o conjunto de escolas avaliadas em 2006 e 2007, após se retirar (i) as escolas que integraram a experimentação realizada em Maio de 2006, (ii) as escolas cuja estrutura orgânica tivesse sido alterada nos últimos anos e (iii) as escolas que estivessem em fase de intervenção pela Parque Escolar, EPE.

De entre as escolas que respeitavam as condições, foram seleccionadas 12, de forma aleatória, e no respeito pelos critérios de proporcionalidade na distribuição entre agrupamentos de escolas (75%) e escolas não agrupadas (25%) e na distribuição regional. Deste procedimento resultou a lista que se segue, com a indicação das datas da visita da equipa de avaliação.

Agrupamentos e escolas participantes na experimentação (Maio de 2011)

Escola ou Agrupamento	Concelho	Data da visita
Agrupamento de Escolas D. Carlos I	Sintra	2 a 4 de Maio
Agrupamento de Escolas de Coronado e Covelas	Trofa	2 a 4 de Maio
Agrupamento de Escolas de Domingos Capela	Espinho	23 a 25 de Maio
Agrupamento de Escolas de Manteigas	Manteigas	18 a 20 de Maio
Agrupamento de Escolas de Mértola	Mértola	18 a 20 de Maio
Agrupamento de Escolas do Território Educativo de Coura	Paredes de Coura	18 a 20 de Maio
Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal	Rio Maior	23 a 25 de Maio
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Beja	Beja	2 a 4 de Maio
Agrupamento de Escolas Santa Catarina	Caldas da Rainha	23 a 25 de Maio
Escola Secundária da Amadora	Amadora	11 e 12 de Maio
Escola Secundária de Filipa de Vilhena	Porto	12 e 13 de Maio
Escola Secundária de Pombal	Pombal	11 e 12 de Maio

As escolas seleccionadas foram contactadas para darem a sua anuência à participação neste processo, tendo-se mostrado disponíveis para a experimentação do modelo ao longo do mês de Maio de 2011.

No dia 7 de Abril, realizou-se uma **reunião geral com as doze escolas participantes**, representadas pelos respectivos directores, presidentes do Conselho Geral e coordenadores da equipa de auto-avaliação. A iniciativa visou a sensibilização para a importância da participação das escolas e a informação directa sobre os objectivos, o quadro de referência e as formas de operacionalização.



3.2. A formação dos avaliadores

A fase de experimentação foi assegurada por avaliadores que tinham participado no ciclo de avaliação acabado de concluir (2006-2011). Com efeito, as equipas de avaliação, para além de integrarem um membro deste GT, foram constituídas por inspectores e por avaliadores com grande experiência na avaliação externa (cf. lista de avaliadores em anexo). Tendo em conta estes destinatários, a formação dos avaliadores incidiu particularmente sobre os aspectos que distinguem o novo ciclo de avaliação do anterior.

Assim, a formação realizada em 27 de Abril foi ministrada por membros do GT e teve o seguinte programa:

- Apresentação geral do modelo de avaliação
- Objectivos, fundamentação, quadro de referência e escala de classificação
- Informação estatística: questionários, perfil de escola e valor esperado
- Visita de avaliação
- Relatório e contraditório
- Debate e esclarecimentos.

Os participantes na formação tomaram conhecimento prévio dos documentos que iriam ser utilizados na experimentação.

3.3. As vistas às escolas

As visitas às escolas decorreram entre os dias 2 e 25 de Maio de 2011 e tinham como objectivo testar no terreno a proposta de novo modelo de avaliação externa, no que concerne a aspectos como: (i) a aplicação prévia dos questionários de satisfação a alunos, pais e trabalhadores; (ii) os referentes e a escala de avaliação; (iii) a agenda das visitas, a duração total e de cada painel, e, de forma especial, a introdução de um novo painel com a autarquia e a possibilidade alternativa de se iniciar ou concluir a visita pela entrevista ao Conselho Geral ou à Direcção da Escola.

Cada visita foi antecedida de uma reunião, que incluiu: (i) a análise dos documentos solicitados à escola; (ii) a apreciação crítica do respectivo documento de apresentação; (iii) a análise dos questionários de satisfação; (iv) a identificação das principais questões a esclarecer durante as entrevistas.

As conclusões desta experimentação são apresentadas no capítulo 5 e delas decorre a proposta de modelo apresentada na Terceira Parte.

3.4. O relatório de avaliação externa

A equipa de avaliação de cada escola apresentou uma primeira versão dos relatórios de avaliação de escola, que foi comentada por outros membros do GT tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho e a harmonização de critérios.

Os relatórios contêm três capítulos – *Introdução*, *Caracterização da Escola/Agrupamento*, *Avaliação por domínio* e *Pontos fortes e áreas de melhoria* – elaborados com base na análise dos documentos fundamentais da escola, nos questionários de satisfação aplicados a alunos, pais e trabalhadores docentes e não docentes, na apresentação efectuada pela escola, na observação directa das instalações da escola-sede, de jardins-de-infância e de outras escolas, serviços e quotidiano escolar, bem como da realização de variadas entrevistas em painel.

No capítulo *Avaliação por domínio*, são desenvolvidos os campos de análise pertencentes a cada um dos domínios em avaliação e, no final, são atribuídos os níveis de classificação que estruturam a avaliação externa.

Classificações atribuídas nos doze relatórios

Os 12 agrupamentos e escolas secundárias avaliados obtiveram níveis de classificação de *Muito Bom* e de *Bom* nos três domínios em avaliação: *Resultados*, *Prestação do serviço educativo*, *Liderança e gestão escolar*. Não foram atribuídos os níveis de *Excelente*, *Suficiente* e *Insuficiente* (cf. QUADRO).

DOMÍNIOS	NÍVEIS				
	Excelente	Muito Bom	Bom	Suficiente	Insuficiente
Resultados	–	4	8	–	–
Prestação do Serviço Educativo	–	4	8	–	–
Liderança e Gestão Escolar	–	5	7	–	–

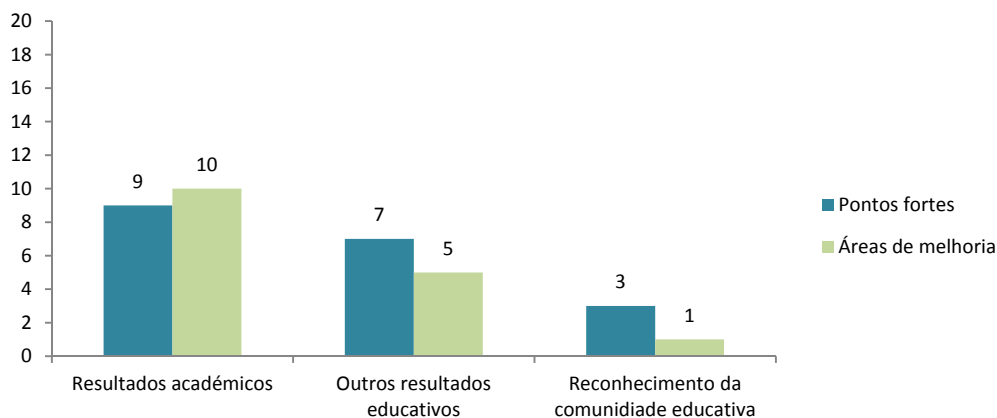
Pontos fortes e áreas de melhoria nos doze relatórios

Os relatórios de avaliação de escola terminam com o capítulo - *Pontos fortes e áreas de melhoria* – onde se apresentam os pontos fortes do desempenho da escola e as áreas de maior fragilidade onde devem incidir prioritariamente os esforços de melhoria.

Nos 12 relatórios de avaliação foram assinalados 73 *pontos fortes* e 65 *áreas de melhoria*. Foi efectuada a análise de conteúdo destas asserções utilizando-se como categorias de análise os domínios e os campos de análise do quadro de referência utilizado na experimentação.

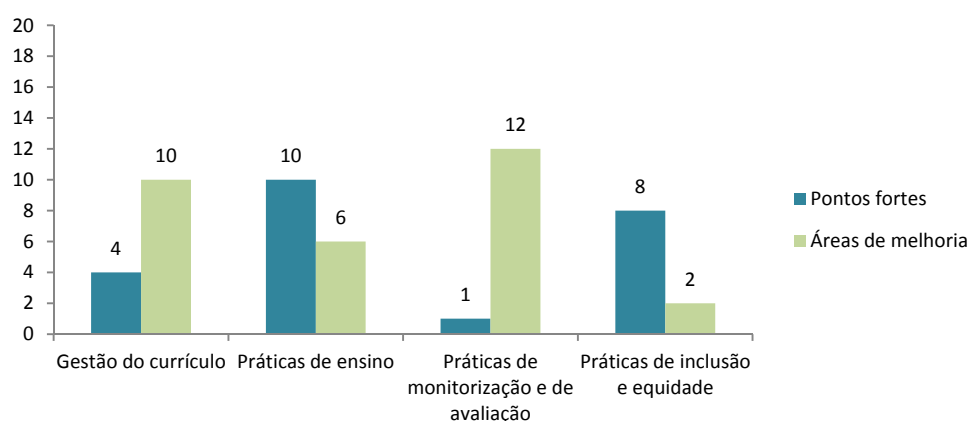
Assim, no domínio *Resultados*, o campo de análise *Resultados académicos* regista o maior número de asserções relacionadas com pontos fortes e com áreas de maior fragilidade (GRÁFICO 1). Nos restantes campos de análise, os pontos fortes superaram as áreas a carecer de melhoria.

GRÁFICO 1 – DOMÍNIO RESULTADOS
PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA



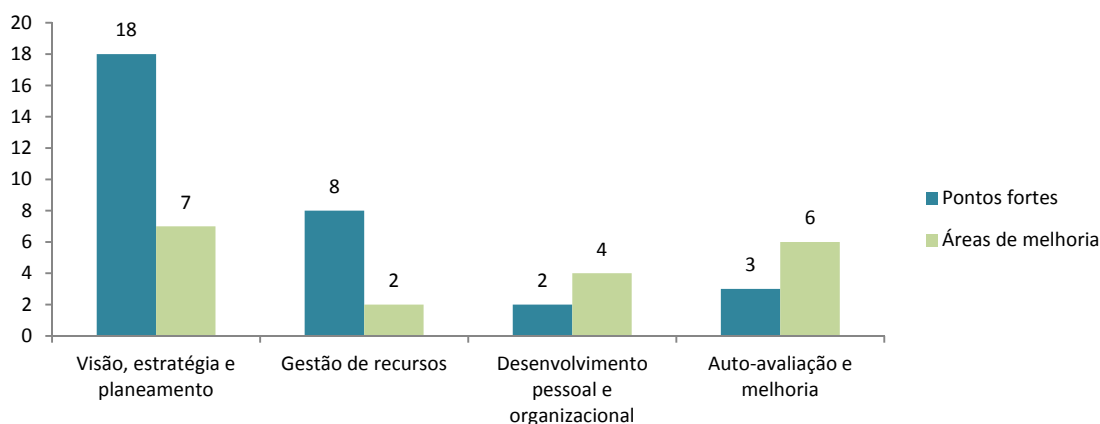
No domínio *Prestação do serviço educativo*, o maior número de pontos fortes reporta-se aos campos de análise *Práticas de ensino* e *Práticas de inclusão e equidade* (GRÁFICO 2). Nos campos de análise *Gestão do currículo* e *Práticas de monitorização e avaliação* predominam, pelo contrário, as asserções relativas a áreas onde as escolas devem incidir os seus esforços de melhoria.

GRÁFICO 2 – DOMÍNIO PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO
PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA



No domínio *Liderança e gestão escolar*, o número de pontos fortes suplanta claramente o das áreas de melhoria nos campos de análise *Visão, estratégia e planeamento* e *Gestão de recursos* (GRÁFICO 3). Nos outros dois campos de análise predominam as áreas de melhoria.

GRÁFICO 3 – DOMÍNIO LIDERANÇA E GESTÃO ESCOLAR
PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA



Exercício do contraditório

Os projectos de relatório foram enviados para as escolas entre os dias 28 e 29 de Junho, para eventual pronúncia, no prazo de 10 dias. Como previsto, estes relatórios de escola constituem um anexo ao presente relatório.

As três escolas que apresentaram contraditório exprimiram a sua discordância em relação a alguns dados objectivos e a alguns juízos avaliativos insertos no respectivo relatório, bem como às classificações atribuídas em um ou mais domínios. Em resposta fundamentada, as equipas de avaliação introduziram, em dois relatórios, pequenas alterações relativas a factos concretos, mas sem relevância suficiente para alterar os juízos avaliativos e as classificações.

4. AVALIAÇÃO DA EXPERIMENTAÇÃO

Como forma de recolher informação que permitisse o aperfeiçoamento da proposta em experimentação, foram aplicados questionários às escolas e aos avaliadores (formulários em anexo), cujos resultados se apresentam de seguida. Devido ao curto espaço de tempo que decorreu entre a recepção dos questionários e o seu tratamento, não foi possível efectuar a análise do conteúdo das respostas qualitativas nem das sugestões. O Grupo de Trabalho procurou ter em conta as observações e sugestões apresentadas.

4.1. Avaliação da experimentação pelas escolas

Após cada escola ter tido conhecimento do respectivo relatório, foi solicitado o preenchimento de um questionário de avaliação do processo. Obtidas 12 respostas, apresentam-se os resultados.



Documentos solicitados previamente às escolas / agrupamentos

Todas as escolas concordaram que os documentos solicitados previamente são pertinentes para a realização da avaliação externa. Também os conteúdos a inserir no «texto de apresentação da escola» foram considerados adequados à auto-avaliação, sendo equilibrado o número de respostas de concordância total e de concordância.

Os documentos solicitados são pertinentes?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sei	Não responde
A	B	C	D	E	NR
11	1	0	0	0	0

Os conteúdos a inserir no “texto de apresentação da escola” são adequados à auto-avaliação da escola?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sei	Não responde
A	B	C	D	E	NR
6	6	0	0	0	0

Quadro de referência da avaliação externa

Os três domínios do *Quadro de referência da avaliação externa* foram considerados adequados à missão da instituição escolar e à sua complexidade.

Os três domínios da avaliação estão adequados à missão da instituição escolar e à sua complexidade?

Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sei	Não responde
A	B	C	D	E	NR
5	7	0	0	0	0

Os campos de análise incluídos em cada domínio foram considerados relevantes para a avaliação externa das escolas, sendo significativo o número de respostas de concordância total. As opiniões sobre o campo de análise *Desenvolvimento pessoal e organizacional* evidenciaram equilíbrio entre a concordância total e a concordância.

Preparação da escola para a avaliação

As escolas avaliaram favoravelmente o envolvimento de estruturas e de pessoas da comunidade educativa, na preparação e desenvolvimento da avaliação externa, apesar de os prazos terem sido muito apertados. O *Director*, a *Equipa de Auto-avaliação*, os *Directores de Turma* e a *Associação de Pais* foram as estruturas cujo envolvimento foi mais reconhecido; em sentido contrário, foi assinalado o menor envolvimento de *Outros docentes*.



Houve um adequado envolvimento das estruturas e pessoas da comunidade educativa na preparação da avaliação externa?

	A	B	C	D	E	NR
Conselho Geral	7	4	0	1	0	0
Director	12	0	0	0	0	0
Conselho Pedagógico	8	3	0	1	0	0
Departamentos Curriculares	8	3	0	1	0	0
Directores de Turma	9	2	0	1	0	0
Equipa de Auto-Avaliação	11	1	0	0	0	0
Outros Docentes	5	5	1	1	0	0
Trabalhadores não Docentes	7	4	0	1	0	0
Delegados de Turma	5	7	0	0	0	0
Associação de Estudantes	5	0	0	1	0	6
Representantes dos Pais nos Conselhos de Turma	6	4	0	1	1	0
Associação de Pais	9	2	0	1	0	0
Representantes da Autarquia	8	3	0	1	0	0

A – Concordo totalmente; B – Concordo; C – Discordo; D - Discordo totalmente; E – Não sei; NR – Não responde

Contactos entre a escola e a instituição de avaliação

As escolas avaliam positivamente os contactos estabelecidos com a IGE e com os elementos do GT.

Os contactos estabelecidos com a IGE e com o Grupo de Trabalho caracterizam-se por:

	A	B	C	D	E	NR
Facilidade de acesso aos interlocutores da IGE	12	0	0	0	0	0
Clareza e adequação da informação prestada	8	4	0	0	0	0
Resposta em tempo útil	11	1	0	0	0	0
Afabilidade no trato	10	1	1	0	0	0

A – Concordo totalmente; B – Concordo; C – Discordo; D - Discordo totalmente; E – Não sei; NR – Não responde

Visita da equipa de avaliação

As escolas expressaram níveis elevados de concordância com os vários aspectos da visita da equipa de avaliação. Os aspectos que evidenciam menor concordância total foram a *duração da visita* e a *condução das entrevistas*.

Os seguintes aspectos da visita foram adequados?

	A	B	C	D	E	NR
Duração	4	7	0	1	0	0
Planeamento e organização	9	2	1	0	0	0
Pertinência dos painéis	7	5	0	0	0	0
Regras de constituição dos painéis	8	3	1	0	0	0
Condução das entrevistas	6	4	2	0	0	0
Relacionamento da equipa de avaliação com os seus interlocutores	8	3	1	0	0	0

A - Concordo totalmente; B – Concordo; C – Discordo; D - Discordo totalmente; E - Não sei; NR - Não responde



Relatório da equipa de avaliação externa

O relatório de avaliação externa foi considerado um contributo muito positivo para o plano de melhoria da escola. Os itens que mereceram alguma discordância foram a *justiça das apreciações* e os *fundamentos das classificações*.

Os seguintes aspectos do relatório produzido correspondem ao desejável?	A	B	C	D	E	NR
Estrutura do relatório	9	3	0	0	0	0
Adequação do estilo do discurso aos diferentes leitores	8	4	0	0	0	0
Justiça das apreciações	7	3	2	0	0	0
Fundamentação das classificações	6	4	2	0	0	0
Contributos para o plano de melhoria da escola	10	2	0	0	0	0

A - Concordo totalmente; B – Concordo; C – Discordo; D - Discordo totalmente; E - Não sei; NR - Não responde

Contributos do processo de avaliação externa

As escolas reconheceram que a avaliação contribui positivamente para a sua auto-avaliação.

Este processo de avaliação externa deu um contributo positivo para a auto-avaliação da escola?	A	B	C	D	E	NR
Instrumentos de trabalho	7	2	1	0	1	1
Referenciais	7	3	0	0	1	1
Metodologia	6	3	1	0	1	1

A - Concordo totalmente; B – Concordo; C – Discordo; D - Discordo totalmente; E - Não sei; NR - Não responde

Alterações ao modelo de avaliação externa agora experimentado

As alterações ao modelo de avaliação externa, em experimentação, obtiveram por parte das escolas uma concordância significativa, sendo o item relativo à *aplicação prévia de questionários de satisfação à comunidade* o que mereceu o valor mais elevado de concordância total. A utilização do *valor esperado dos resultados* e a *auscultação das autarquias em painel específico* motivaram algumas discordâncias.

As seguintes alterações, face ao modelo de 2006-2011, foram vantajosas?	A	B	C	D	E	NR
Redução de cinco para três domínios de análise	7	4	1	0	0	0
Aplicação prévia de questionários de satisfação à comunidade	10	2	0	0	0	0
Utilização do valor esperado dos resultados das escolas	5	4	2	0	1	0
Auscultação das autarquias em painel específico	6	4	1	1	0	0
Introdução de um novo nível na escala de classificação	5	6	1	0	0	0

A - Concordo totalmente; B – Concordo; C – Discordo; D - Discordo totalmente; E - Não sei; NR - Não responde

Em síntese, a avaliação da experimentação por parte das escolas revela uma elevada concordância com o modelo proposto. No que se refere às vantagens das alterações mais substantivas, a concordância é mais parcial em aspectos como a auscultação das autarquias em painel específico,



a introdução de um novo nível na escala de classificação e a utilização do valor esperado; por outro lado, mantêm-se as reservas em aspectos processuais como a duração da visita da equipa de avaliação ou a fundamentação das classificações atribuídas.

4.2. Avaliação da experimentação pelos avaliadores

De igual modo, foi aplicado um questionário aos avaliadores que participaram na experimentação. As 17 respostas obtidas permitem realçar o que se segue.

Preparação da avaliação externa

Os diversos aspectos da preparação da visita às escolas foram apreciados de forma muito positiva pelos avaliadores, tendo-se registado apenas uma ligeira discordância no que respeita à *formação dos avaliadores*.

Documentos solicitados previamente às escolas/agrupamentos

Os avaliadores manifestaram concordância com os documentos solicitados previamente às escolas e consideraram os conteúdos a integrar no “texto de apresentação da escola” adequados à respectiva auto-avaliação.

Visita às escolas

Das visitas efectuadas às escolas, destacam-se três aspectos que os avaliadores consideraram muito positivos: a *disponibilidade da escola para responder às solicitações da equipa*, o *relacionamento entre os membros da equipa e os interlocutores da escola* e a *condução das entrevistas*. No item *regras de constituição dos painéis* predominam as respostas de concordância parcial.

Os seguintes aspectos da visita foram adequados?	A	B	C	D	E	NR
Duração da visita	12	5	0	0	0	0
Organização da visita	11	6	0	0	0	0
Pertinência dos painéis	10	7	0	0	0	0
Regras de constituição dos painéis	7	9	1	0	0	0
Condução das entrevistas	14	3	0	0	0	0
Relacionamento entre os membros da equipa e os interlocutores da escola	16	1	0	0	0	0
Disponibilidade da escola para responder às solicitações da equipa	16	1	0	0	0	0

A – Concordo totalmente; B – Concordo; C – Discordo; D – Discordo totalmente; E – Não sei; NR – Não responde

Equipa de avaliação

A maioria dos avaliadores concordou totalmente com a dimensão da equipa de avaliação, tendo considerado que a articulação e a interacção entre os membros da equipa foi bem conseguida.



A equipa de avaliação mostrou-se operacional?	A	B	C	D	E	NR
Dimensão da equipa de avaliação	15	1	0	0	0	1
Articulação e interacção entre os membros da equipa	13	3	0	0	0	1

A - Concordo totalmente; B – Concordo; C – Discordo; D - Discordo totalmente; E - Não sei; NR - Não responde

Quadro de referência da avaliação externa

No que respeita ao *quadro de referência*, a maioria dos avaliadores concordou totalmente com a formulação dos quatro objectivos da AEE. Os três domínios da avaliação foram considerados adequados à missão da instituição escolar e *os campos de análise contemplam as valências fundamentais*. No que respeita à coerência entre os campos de análise e os referentes, assinala-se o predomínio das respostas concordantes.

	A	B	C	D	E	NR
A formulação dos quatro objectivos da AEE é clara e adequada	15	2	0	0	0	0
Os três domínios da avaliação estão adequados à missão da instituição escolar	11	6	0	0	0	0
Os campos de análise contemplam as valências fundamentais	10	7	0	0	0	0
Há coerência entre os campos de análise e os referentes	4	12	1	0	0	0

A - Concordo totalmente; B – Concordo; C – Discordo; D - Discordo totalmente; E - Não sei; NR - Não responde

A maioria dos avaliadores considerou relevantes os campos de análise incluídos em cada domínio.

Escala de avaliação

A escala de avaliação obteve elevada concordância quanto aos níveis de classificação. O *texto de explicitação do significado dos níveis de classificação* e *os critérios de avaliação* de cada domínio suscitam alguma discordância.

A escala de avaliação é adequada?	A	B	C	D	E	NR
Níveis de classificação	15	2	0	0	0	0
Texto de explicitação do significado dos níveis de classificação	9	6	2	0	0	0
Crítérios de avaliação de cada domínio	7	9	1	0	0	0

A - Concordo totalmente; B – Concordo; C – Discordo; D - Discordo totalmente; E - Não sei; NR - Não responde

Alterações ao modelo de avaliação externa agora experimentadas

As alterações ao modelo de avaliação externa agora propostas foram, na generalidade, consideradas bastante positivas por parte dos avaliadores. O item que registou menor concordância foi *Auscultação das autarquias em painel específico*.



As seguintes alterações, face ao modelo de 2006-2011, foram vantajosas?

	A	B	C	D	E	NR
Redução de cinco para três domínios de análise	13	4	0	0	0	0
Aplicação prévia de questionários de satisfação à comunidade	11	4	1	0	1	0
Indicação do valor esperado dos resultados das escolas	12	3	1	0	1	0
Auscultação das autarquias em painel específico	11	4	2	0	0	0
Introdução de um novo nível na escala de classificação	13	3	1	0	0	0

A - Concordo totalmente; B – Concordo; C – Discordo; D - Discordo totalmente; E - Não sei; NR - Não responde

Em síntese, a avaliação da experimentação por parte dos avaliadores revela igualmente uma elevada concordância com o modelo proposto. A sua concordância geral é temperada em matérias como a informação sobre a escola fornecida à equipa de avaliação, a coerência entre os campos de análise e os referentes e a auscultação das autarquias em painel específico.

5. CONCLUSÕES DA EXPERIMENTAÇÃO E DA AUDIÇÃO DOS PERITOS

A avaliação da experimentação e a audição de peritos provocaram a reanálise de diversos aspectos do modelo experimentado e sustentaram a introdução de algumas alterações. Neste capítulo, expomos as matérias que nos parecem mais relevantes, organizadas em sete tópicos, a que acresce um oitavo para a simples enunciação de outras questões.

Ao longo deste processo de audição o GT recolheu posições bastante diversas. Esta diversidade era em grande parte previsível dado que o GT procurou ouvir um conjunto de peritos cujas posições conhecidas acerca dos sistemas de avaliação de escolas são bastante diversificadas e, em vários casos, manifestamente divergentes. Esta diversidade visou contribuir para uma reflexão crítica e aprofundada acerca dos modelos de avaliação de escolas existente e proposto, de modo a permitir uma fundamentação mais sólida da proposta final a apresentar.

5.1. Sobre o quadro conceptual

No que diz respeito ao quadro conceptual, foram identificadas posições claramente divergentes. Alguns dos peritos ouvidos pelo GT manifestaram discordâncias relativamente ao quadro conceptual subjacente a esta proposta de AEE, tal como tinham discordado do quadro de referência anterior. Alguns peritos declararam fortes reservas à influência na política educativa portuguesa das grandes organizações internacionais como a OCDE e da adopção pelo GT daquilo que consideram ser uma perspectiva ideológica associada à tendência de globalização. Outros peritos consideraram errado confundir objectivos e propósitos, defendendo uma separação mais clara entre avaliação externa e auto-avaliação. A primeira dever-se-ia caracterizar pelo enfoque nos resultados e nas expectativas sociais e seria realizada por uma entidade externa à escola, tendo por base informação quantitativa. A segunda, a cargo da própria escola, deveria estar centrada na melhoria. Alguns peritos manifestaram preocupações acerca do modelo existente,



considerando que este é demasiado pesado e caro e que permanecem dúvidas acerca do seu real contributo para a melhoria das escolas.

Por outro lado, vários dos peritos consultados e a generalidade dos avaliadores externos manifestaram concordância com o quadro conceptual subjacente, considerando que se pode realizar uma avaliação externa que também contribua para a melhoria das escolas. Foi igualmente referido que se deveria ter realizado uma avaliação do impacto do primeiro ciclo da AEE (2006-2011), cujos resultados poderiam ser úteis para o aperfeiçoamento do modelo existente.

Em coerência com o seu mandato e seguindo a recomendação do Conselho Nacional de Educação, aprovada por unanimidade em Dezembro de 2010, o GT assumiu uma visão global de continuidade, procurando introduzir no modelo tudo o que poderia trazer melhoria.

5.2. Sobre o quadro de referência

A maior parte dos peritos e avaliadores externos auscultados considerou positiva a mudança do quadro de referência de cinco para três domínios e de 19 para 11 campos de análise (no modelo experimentado), embora alguns tivessem referido o risco de uniformizar o olhar sobre as escolas. Foi realçada a importância de não se complexificar os campos de análise e de seleccionar os que são verdadeiramente identificadores da qualidade. Alguns peritos entendem que as escolas deveriam ser avaliadas externamente, a partir de um conjunto restrito de padrões de qualidade, publicamente conhecidos. A auto-avaliação, pelo contrário, deveria partir de um conjunto de referentes produzidos por cada escola.

O GT aprofundou o seu trabalho de selecção dos campos de análise e dos referentes, tendo procedido a uma nova arrumação dentro de cada domínio, agora estruturados em nove campos de análise, e a uma redução dos referentes.

5.3. Sobre o documento de apresentação das escolas

A opção pela coincidência entre o quadro de referência e o guião do documento de apresentação da escola constituiu um dos factores de maior discordância entre os especialistas consultados, considerando alguns que essa coincidência potenciava o risco de uniformização da auto-avaliação e de empobrecimento da complementaridade entre auto-avaliação e avaliação externa. Os avaliadores externos, pelo contrário, não se pronunciaram desfavoravelmente sobre esta inovação.

O GT entende que a recomendação de o documento de apresentação da escola tratar explicitamente cada um dos nove campos de análise, sem prejuízo da referência a outros aspectos, reforça a complementaridade e o diálogo entre as duas formas de avaliação e não limita, por si mesmo, o espaço de iniciativa e de autonomia da escola. A auto-avaliação deve ser um



procedimento permanente das organizações, enquanto o documento de apresentação não é mais que um ponto de situação elaborado aquando da preparação da avaliação externa, que ocorre num intervalo de tempo entre três e cinco anos, de acordo com a nossa proposta.

5.4. Sobre a informação estatística de apoio

A construção das bases de dados que o GT pediu à MISI não está automatizada e requer algum trabalho manual de mapeamento de dados provenientes de bases de dados distintas (as variáveis de contexto e as taxas de conclusão, por exemplo, provêm de uma base de dados da MISI, os resultados das provas de aferição de uma base de dados do GAVE e os resultados dos exames nacionais do 9.º e 12.º anos de uma base de dados do JNE). Para além disso, as escolas não têm o mesmo identificador em todas as bases de dados. Assim, a sua feitura levou algum tempo. Finalmente, as quatro bases correspondiam aos dados mais recentes que estavam disponíveis: para as variáveis de contexto para os alunos que começaram o ano lectivo 2010-2011, para as variáveis de resultados para os alunos que acabaram o ano lectivo 2009-2010. Isto quer dizer que estamos a lidar com dados de alunos diferentes. Idealmente, o cálculo do valor esperado deveria ser feito para os mesmos alunos. No entanto, é legítimo pensar que o contexto da escola não mudará radicalmente de um ano escolar para o outro. Assim, foram construídos modelos de valor esperado para os resultados escolares de cada ano de final de ciclo de ensino (ver Anexo 4.3).

O GT forneceu aos avaliadores não só o tradicional 'Perfil de Escola', mas ainda os valores de cada variável de contexto para os anos de final de ciclo e o seu percentil, bem como os percentis 5, 25, 50, 75 e 95, calculados com base na população de escolas do Continente. Face ao modelo anterior de avaliação de escolas, este procedimento permite ao avaliador posicionar melhor a escola no contexto nacional. Relativamente aos resultados escolares foram calculados valores esperados e o desvio entre o valor observado e o valor esperado (ver Anexo 4.4).

Durante as visitas às escolas verificaram-se problemas relativos à qualidade dos dados: algumas escolas não tinham fornecido à MISI os dados relativos ao apoio social escolar, e as taxas de resposta relativas às habilitações dos pais, profissão dos pais e à existência de computador com ligação à Internet variam significativamente de escola para escola. Os dados foram sendo corrigidos, mas só depois da visita à escola e de os relatórios de avaliação estarem escritos se conseguiu voltar a correr os modelos de valor esperado com os dados correctos.

Por outro lado, ficou clara a falta de experiência e algum desconhecimento por parte de avaliadores e avaliados relativamente a conceitos estatísticos como 'percentil' e 'valor esperado', o que aponta para a necessidade de uma cuidada formação nesta área de todos os intervenientes no processo.



5.5. Sobre os questionários de satisfação à comunidade

A aplicação de questionários de satisfação foi considerada dum modo positivo pela maior parte dos especialistas e dos avaliadores e pelas escolas avaliadas, que a encararam como forma de alargar a participação da comunidade educativa no processo de avaliação externa. Foram feitas sugestões no sentido de criar um nível intermédio de satisfação e de transformar os questionários actuais em questionários de avaliação.

Atendendo às sugestões recolhidas, o GT decidiu suprimir alguns tópicos dos questionários e alterar o teor de outros, tendo em vista a simplificação, a maior clareza e consistência. Do mesmo modo, foi também decidido introduzir um ponto intermédio na escala de satisfação.

5.6. Sobre o relatório de avaliação externa

As modificações sugeridas pelo GT face ao modelo de relatório de avaliação externa utilizado no ciclo de avaliação anterior - no sentido de ser menos descritivo e mais avaliativo, sucinto e interpelador - foram geralmente bem acolhidas.

5.7. Sobre as agendas das visitas às escolas

Verificou-se igualmente um acordo alargado no que respeita à alteração das agendas face à prática anterior, nomeadamente a criação de um painel autónomo de auscultação das autarquias e a possibilidade alternativa de se iniciar ou terminar a visita de avaliação pelo painel da Direcção ou pelo do Conselho Geral. Também a possibilidade de diferenciação da duração da avaliação das escolas consoante o seu nível de desenvolvimento organizacional foi bem acolhida. Os avaliadores externos manifestaram sobretudo preocupação pelo carácter compacto dos painéis.

O GT considera muito importante, dos pontos de vista da eficácia e eficiência, que as visitas sejam compactas e bem focalizadas, daí a importância atribuída ao documento de apresentação da escola e à preparação prévia por parte dos avaliadores.

5.8. Sobre a observação de aulas na avaliação externa

Foi outro tema muito polémico, havendo avaliadores externos e peritos a defender a observação de aulas como procedimento fulcral da avaliação externa. Outros, pelo contrário, consideraram que a observação de aulas deve ser um trabalho da própria escola e que faz mais sentido num processo de auto-avaliação para a melhoria.

O GT entende que a observação directa das práticas na sala de aula é uma função essencial das instâncias de direcção e de coordenação pedagógica da escola (considerada no quadro de referência) e deverá ser incentivada através de outros instrumentos que não os da AEE.



5.9. Outras questões pertinentes

Para além das matérias tratadas nos sete pontos anteriores, são merecedoras de enunciação e posterior consideração as seguintes questões levantadas pelos peritos e avaliadores externos:

- A necessidade de considerar a especificidade de cada escola integrada em agrupamento.
- A importância da formação dos avaliadores, nomeadamente no que concerne ao novo tipo de abordagem estatística, designadamente do valor esperado.
- A abrangência da informação sobre a escola fornecida à equipa de avaliação.
- A elaboração mais aprofundada de descritores que explicitem o conteúdo dos campos de análise.
- A coerência entre os campos de análise e os referentes.
- A formulação mais rigorosa das regras de constituição dos painéis.
- A necessidade de haver um texto de explicitação do significado dos níveis de classificação.
- A melhor explicitação dos critérios de avaliação de cada domínio.



TERCEIRA PARTE - PROPOSTAS PARA UM NOVO CICLO

6. QUADRO DE REFERÊNCIA

Este capítulo trata as diversas vertentes que estruturam o quadro de referência proposto: os objectivos da avaliação externa, os domínios e os campos de análise, o documento de apresentação da escola, enquanto expressão do diálogo da auto-avaliação com os referentes da avaliação externa, a informação estatística que sustentará a avaliação, os questionários de satisfação, enquanto forma de audição alargada dos membros da comunidade escolar, e as consequências da avaliação, designadamente o plano de melhoria que cada escola deverá elaborar e apresentar.

6.1. Objectivos da avaliação externa

Sucessivos documentos do Conselho Nacional de Educação trabalharam a definição dos objectivos da avaliação externa das escolas. O Grupo de Trabalho teve em conta, de forma especial, as conclusões da última recomendação desse órgão de consulta:

«O CNE entende que pode e deve ser mantida na AEE a conciliação de finalidades associadas à melhoria e à prestação de contas. Ainda que a AEE também deva servir para garantir que não há escolas de má qualidade, o seu intuito não deve ser punitivo. Reconhecendo que deve caber a outras instâncias e mecanismos a promoção da auto-avaliação e o apoio directo às escolas, no actual contexto, não pode descurar-se o papel da AEE, ainda que indirecto, de apoio à capacitação das escolas e à avaliação interna.»

Assim, a AEE deverá servir três objectivos principais:

- a) **Capacitação** — *interpelar a comunidade escolar, de modo a melhorar as suas práticas e os resultados das aprendizagens dos alunos;*
- b) **Regulação** — *fornecer aos responsáveis pelas políticas e pela administração educativa elementos de suporte à decisão e regulação global do sistema;*
- c) **Participação** — *fomentar a participação na escola dos seus utentes directos (estudantes e encarregados de educação) e indirectos (comunidade local), facultando elementos que lhes permitam fazer uma leitura mais clara da qualidade dos estabelecimentos de ensino, orientando escolhas e intervenções» (Recomendação n.º 1/2011).*

Concordando com esta base, o Grupo de Trabalho entendeu que seria de autonomizar um objectivo referente à interacção da avaliação externa com a auto-avaliação, de forma a enfatizar a importância desta dimensão nos processos de desenvolvimento e de melhoria das escolas.



Assim, tendo também presentes as referências de base política e institucional apresentadas no Capítulo 1, propomos como objectivos da avaliação externa de escolas:

- Promover o progresso das aprendizagens e dos resultados dos alunos, identificando pontos fortes e áreas prioritárias para a melhoria do trabalho das escolas;
- Incrementar a responsabilização a todos os níveis, validando as práticas de auto-avaliação das escolas;
- Fomentar a participação na escola da comunidade educativa e da sociedade local, oferecendo um melhor conhecimento público da qualidade do trabalho das escolas;
- Contribuir para a regulação da educação, dotando os responsáveis pelas políticas educativas e pela administração das escolas de informação pertinente.

6.2. Domínios e campos de análise

Tendo em conta os objectivos assinalados no ponto anterior, bem como os fundamentos e as características de uma avaliação para a qualidade da educação, referidos no Capítulo 1, o quadro de referência do novo ciclo de avaliação estrutura-se em três domínios – **Resultados, Prestação do serviço educativo e Liderança e gestão** – que, por sua vez, abrangem um total de nove campos de análise. Os campos de análise são explicitados por um conjunto de referentes, que constituem elementos de harmonização das matérias a analisar pelas equipas de avaliação.

RESULTADOS

Resultados académicos

- Evolução dos resultados internos
- Evolução dos resultados externos contextualizados
- Qualidade do sucesso
- Abandono e desistência

Resultados sociais

- Participação na vida da escola
- Assunção de responsabilidades
- Cumprimento das regras e disciplina
- Formas de solidariedade
- Impacto da escolaridade no percurso dos alunos

Reconhecimento da comunidade

- Grau de satisfação da comunidade educativa
- Formas de valorização dos sucessos dos alunos
- Contributo da escola para o desenvolvimento da comunidade envolvente.



PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

Planeamento e articulação

- Gestão articulada do currículo
- Contextualização do currículo e abertura ao meio
- Utilização da informação sobre o percurso escolar dos alunos
- Coerência entre ensino e avaliação
- Trabalho cooperativo entre docentes

Práticas de ensino

- Adequação do ensino às capacidades e aos ritmos de aprendizagem dos alunos
- Adequação dos apoios aos alunos com necessidades educativas especiais
- Exigência e incentivo à melhoria de desempenhos
- Metodologias activas e experimentais nas aprendizagens
- Valorização da dimensão artística
- Rendibilização dos recursos educativos e do tempo dedicado às aprendizagens.
- Acompanhamento e supervisão da prática lectiva.

Monitorização e avaliação das aprendizagens

- Diversificação das formas de avaliação
- Aferição dos critérios e dos instrumentos de avaliação
- Monitorização interna do desenvolvimento do currículo
- Eficácia das medidas de apoio educativo
- Prevenção da desistência e do abandono

LIDERANÇA E GESTÃO

Liderança

- Visão estratégica e fomento do sentido de pertença e de identificação com a escola
- Valorização das lideranças intermédias
- Desenvolvimento de projectos, parcerias e soluções inovadoras
- Motivação das pessoas e gestão de conflitos
- Mobilização dos recursos da comunidade educativa

Gestão

- Critérios e práticas de organização e afectação dos recursos
- Critérios de constituição dos grupos e das turmas, de elaboração de horários e de distribuição de serviço
- Avaliação do desempenho e gestão das competências dos trabalhadores
- Promoção do desenvolvimento profissional
- Eficácia dos circuitos de informação e comunicação interna e externa



Auto-avaliação e melhoria

- Coerência entre a auto-avaliação e a acção para a melhoria
- Utilização dos resultados da avaliação externa na elaboração dos planos de melhoria
- Envolvimento e participação da comunidade educativa na auto-avaliação
- Continuidade e abrangência da auto-avaliação

O GT entende que a abrangência dos referentes deve ser devidamente contextualizada e que esta temática deve ter lugar de destaque na formação dos futuros avaliadores. Com o objectivo de melhor explicitar o significado de cada um dos referentes, o GT elaborou um documento com sugestões de leitura dos mesmos. Estes indicadores, apresentados em documento anexo a este relatório, devem ser entendidos como exemplos ilustrativos a ter em conta no trabalho dos avaliadores, pois não pretendem condicionar nem dispensar outras perspectivas e muito menos constituir uma listagem de verificação a seguir pelos avaliadores.

6.3. Documento de apresentação da escola

Como passo fundamental do processo de avaliação externa, solicita-se a cada escola que elabore um texto de interligação com a sua própria auto-avaliação. Assim, este texto deve constituir uma síntese da forma como a escola se vê a si mesma, oferecendo uma visão do seu contexto, da sua evolução recente, das suas prioridades e dos seus projectos, do que já conseguiu e dos constrangimentos e desafios que enfrenta e dos resultados obtidos.

Mais do que uma descrição das diversas facetas da vida da escola, pede-se um trabalho de análise e de valorização, ou seja, uma auto-avaliação organizacional que destaque os pontos fortes e os pontos fracos nas diversas áreas de análise.

Para permitir a simplificação e a coerência dos processos, o documento de apresentação deve abordar explicitamente cada um dos campos de análise e domínios da avaliação externa; e referir os resultados de anteriores avaliações externas e medidas consequentes tomadas pela escola. No entanto, a Escola não tem de se circunscrever a esses aspectos, podendo incluir adicionalmente outros que considere relevantes para a melhor compreensão da sua actividade.

Importa sublinhar algumas características deste documento de apresentação:

- É o único que a escola necessita de preparar especificamente para a avaliação externa;
- Pode constituir o suporte da apresentação a fazer pela Direcção aquando da visita da equipa de avaliação externa;
- Sendo uma síntese, terá uma dimensão limitada, pelo que não deve ultrapassar os 30.000 caracteres, espaços incluídos;



- Pode ser acompanhado de anexos que contenham as evidências necessárias para sustentar o que se afirma.¹¹

6.4. Informação estatística

A informação estatística é produzida e facultada pela MISI (dados de contexto e resultados escolares), pelo GAVE (resultados das provas de aferição do 4.º e 6.º ano) e pelo JNE (resultados dos exames nacionais do 9.º e 12.º anos). Os avaliadores e as escolas deverão dispor igualmente do tratamento dos resultados dos inquéritos de satisfação aplicados a alunos, a pais e encarregados de educação e a trabalhadores docentes e não docentes.

O perfil de Escola

A literatura sobre desempenho das escolas mostra que os resultados dependem, por um lado, do trabalho da escola, e por outro, do contexto económico, social e cultural do meio. Originalmente, o documento *Perfil de Escola* surgiu da necessidade de dotar os avaliadores externos da informação necessária sobre a escola que estão a visitar, de forma a melhor interpretarem os resultados obtidos. Assim, o documento *Perfil de Escola* permite aos avaliadores terem informação, antes da visita à escola, sobre a sua oferta educativa e respectiva frequência, meio económico, social e cultural da população escolar e resultados académicos.

A experiência do primeiro ciclo de avaliação externa de escolas mostrou não só haver alguma dificuldade em interpretar os resultados escolares à luz da informação de contexto disponibilizada mas também um desconhecimento de informação de umas escolas relativamente às outras, o que não lhes permitia fazer um exercício comparativo do seu desempenho (*benchmarking*).

Adicionalmente, as provas nacionais não estão calibradas, o que se demonstra pelo facto de a média de classificações variar substancialmente de um ano para o outro, não sendo crível que a qualidade dos alunos varie de forma tão brusca. Assim, não faz sentido fazer julgamentos acerca de evoluções positivas ou negativas do desempenho da escola nestas provas. Esta evolução poderá ser menos determinada pelo desempenho da escola que pela flutuação do grau de dificuldade da prova de um ano para o outro. Este problema aponta, por isso, para a criação de modelos que forneçam indicadores de desempenho relativo da escola face ao conjunto de escolas congéneres.

¹¹ Recorde-se que uma boa parte da informação quantitativa estará na posse da equipa de avaliação, com base em elementos fornecidos pelos serviços competentes do Ministério da Educação.



Assim, para este segundo ciclo de avaliação, propõe-se o seguinte:

- Fornecer os percentis (5, 25, 50, 75, 95)¹² de determinados indicadores como referentes para se avaliar o posicionamento da escola face ao conjunto das escolas;
- Calcular valores esperados para os resultados escolares e de exames de cada escola, com base nos indicadores de contexto contidos no perfil;
- Anexar ao relatório de avaliação externa de cada escola um conjunto sintético de indicadores de contexto, acompanhados dos referentes ao nível do Continente (em percentis 5, 25, 50, 75, 95), e os valores observados e esperados dos resultados escolares e de exames.

Valor esperado

O GT construiu modelos de valor esperado, utilizando a técnica de regressão múltipla e usando as variáveis fornecidas pela MISI (ver Anexo 4.3). Os valores destas variáveis acompanharão o relatório de avaliação externa. Para as **variáveis explicativas** apresentar-se-á o valor observado para a escola e os referentes nacionais (percentis 5, 25, 50, 75, 95). Para as **variáveis explicadas** apresentar-se-á o valor observado e o valor esperado. Sugere-se a seguinte interpretação para o valor esperado (ver quadro em baixo):

- O valor observado está abaixo do limite inferior do intervalo de confiança de 90% para o valor esperado: a escola tem um desempenho no indicador **muito aquém** do esperado;
- O valor observado está acima do limite inferior do intervalo de confiança de 90% e abaixo do limite inferior do intervalo de confiança de 50% para o valor esperado: a escola tem um desempenho no indicador **aquém** do esperado;
- O valor observado está dentro do intervalo de confiança de 50% para o valor esperado: a escola tem o desempenho **esperado** no indicador;
- O valor observado está acima do limite superior do intervalo de confiança de 50% e abaixo do limite superior do intervalo de confiança de 90% para o valor esperado: a escola tem um desempenho no indicador **para além** do esperado;
- O valor observado está acima do limite superior do intervalo de confiança de 90% para o valor esperado: a escola tem um desempenho no indicador **muito para além** do esperado.

Intervalo de confiança de 90%		90%			
Intervalo de confiança de 50%			50%		
Percentagem de escolas	5%	20%	50%	20%	5%
Interpretação	Muito Aquém	Aquém	Esperado	Além	Muito Além

¹² Percentis da distribuição nacional como referentes para cada escola:

- P5 (Percentil 5) - 5% das escolas ficam aquém deste valor
- P25 (Percentil 25) - 25% das escolas ficam aquém deste valor
- P50 (Percentil 50) - 50% das escolas ficam aquém deste valor
- P75 (Percentil 75) - 75% das escolas ficam aquém deste valor
- P95 (Percentil 95) - 95% das escolas ficam aquém deste valor



Neste tipo de interpretação do desvio entre os resultados observados e o seu valor esperado, há que ter em conta que o resultado tem um limite superior (por exemplo 100% numa taxa, ou 20 numa classificação), o que impossibilita que uma escola com um valor próximo do limite superior possa ter um resultado além ou muito além do esperado. Assim, é importante não só olhar para o desvio, mas também para o valor absoluto do resultado.

Os resultados dos modelos de valor esperado para todas as escolas encontram-se no Anexo 4.5. Na leitura destes resultados é importante realçar que este exercício teve um carácter experimental e que padece de vários problemas que deverão ser resolvidos no futuro (ver sugestões abaixo).

Não se pretende que as classificações atribuídas pela equipa de avaliação ao domínio «Resultados» decorra directamente da comparação dos valores observados com os valores esperados das variáveis associadas aos resultados escolares, mas simplesmente que esta informação sinalize áreas para discussão durante a visita à escola e ajude os avaliadores a formarem um juízo. Os avaliadores basearão a sua classificação não só nesta informação, mas também na análise dos documentos fornecidos pela escola e na evidência recolhida durante a visita à escola.

Os modelos desenvolvidos dizem respeito somente ao ensino regular. Ora, uma percentagem significativa de alunos frequenta outros tipos de curso, nomeadamente Cursos de Educação Formação e os Cursos Profissionais. De momento, não existem indicadores robustos relativamente ao desempenho das escolas no que concerne a estes alunos.

Recomendações

Tendo presentes a experiência do ciclo anterior e as conclusões da experimentação, o Grupo de Trabalho recomenda o seguinte:

- Idealmente, a análise de desvio entre valor observado e valor esperado deveria ser feita para todos os anos para que há dados: 2007, 2008, 2009, 2010 e, brevemente, 2011. Isto permitiria uma perspectiva longitudinal do desempenho da escola, em vez de termos um ponto único no tempo.
- Deve-se utilizar os dados para os mesmos alunos: alunos que entraram em 2006-2007 e que saíram em 2007, e assim para os outros anos.
- Os dados introduzidos pelas escolas devem ser verificados por métodos automatizados (investigação de *outliers*). O GT apercebeu-se de que há dados claramente errados nas bases.
- Uma amostra de escolas deverá ter os dados auditados para garantir a sua fidedignidade.
- A recolha de informação pelas escolas deve ser normalizada, para o que será útil dispor de um manual de procedimentos e promover formação para os diversos intervenientes.



- A utilização de um só dígito da classificação utilizada pelo Instituto Nacional de Estatística simplificaria a recolha da informação sobre profissões.
- Seria útil ter uma escala contínua de classificações nas provas do 4º, 6º, 9º, à semelhança do que acontece no 12º ano, de forma a permitir trabalhar com as médias de classificação em vez de percentagem de positivas.
- Para os CEF e Cursos Profissionais, seria útil a criação de indicadores de taxa de conclusão em n anos, em que n é a duração do curso, taxa de prosseguimento de estudos e taxa de empregabilidade, quando aplicável, no sentido de melhorar a informação acerca do desempenho relativo das escolas neste tipo de ensino.
- É necessário calibrar os exames nacionais, para que a classificação num determinado ano tenha um valor equivalente à de outro.

Um dos aspectos técnicos a resolver é o da integração das bases de dados da MISI, do GAVE e do JNE. Neste momento, e uma vez que as escolas não têm o mesmo código identificativo nas diferentes bases de dados, é necessário um trabalho acrescido de mapeamento das bases de dados.

Há que caminhar para que a unidade estatística seja o aluno e não a escola, pois esta, e ainda mais no caso dos agrupamentos, encerra em si realidades muito distintas. Para além de modelos construídos com base no aluno e não na escola terem maior poder preditivo, interessa ter a possibilidade de analisar o desempenho relativo da escola para diferentes tipos de alunos.

Seria ainda importante estender a análise a todas as escolas do país, incluindo as privadas, de que também se recolhem dados. Assim, cobrir-se-ia toda a população, possivelmente tornando os modelos ainda mais robustos e com maior poder preditivo, por aumento do número de escolas consideradas, abrangendo um leque mais alargado de população e de formas de organização escolar.

6.5. Questionários de satisfação

Uma novidade do modelo proposto é a utilização de questionários para avaliar os níveis de satisfação dos alunos, dos pais e encarregados de educação e dos trabalhadores da escola (ver modelos no Anexo 3), assegurando uma audição mais alargada dos membros da comunidade educativa, na linha da recomendação do CNE:

«O Conselho propõe o aprofundamento dos mecanismos de auscultação dos actores mais directamente envolvidos, seja aperfeiçoando os mecanismos de escolha dos seus representantes nos painéis, seja através de mecanismos de aferição alargada e sistemática da opinião de alunos, pais e professores (ex.: inquéritos) [...]» (Recomendação n.º 1/2011).



Tem-se presente que satisfação é um conceito diferente de qualidade do serviço prestado, pelo que poderá acontecer que as respostas aos questionários expressem níveis de satisfação que não correspondem à avaliação da qualidade do serviço prestado face aos padrões estabelecidos no modelo. Pretende-se, sobretudo, que os resultados do questionário permitam sinalizar áreas para apreciação mais profunda durante a visita à escola.

Com vista à selecção da amostra, reconhece-se que é logisticamente mais fácil administrar os questionários organizando a amostra por turmas. Assim, propõe-se o seguinte procedimento, para cada tipo de curso e ano de escolaridade:

- Calcula-se 25% do número de alunos;
- Calcula-se o número de alunos sobre o número de turmas para obter o número médio de alunos por turma;
- Divide-se o número de alunos obtido em 1. pelo número médio de alunos por turma obtido em 2. para obter o número de turmas a incluir na amostra;
- Respeita-se o arredondamento para o número inteiro acima do número obtido em 3. para obter o número de turmas a integrar a amostra.

Como no 1.º CEB só se inquiram os alunos do 4.º ano (dado que os de anos anteriores terão mais dificuldade em responder ao questionário autonomamente), as turmas do 1.º, 2.º e 3.º anos que fariam parte da amostra são alocadas ao 4.º ano, até ao máximo de 50% de turmas do 4.º ano. Deverá competir à entidade responsável pela avaliação externa a escolha das turmas a integrar a amostra.

Os questionários são constituídos por um conjunto de perguntas que pretendem avaliar o nível de satisfação dos inquiridos relativamente a diferentes factores, expresso numa escala de concordância que vai do *discordo totalmente* até ao *concordo totalmente*. Propõe-se que para cada escola se calcule as percentagens de cada categoria de resposta e estas sejam comparadas com os resultados obtidos em todas as escolas que aplicaram os questionários.

Uma síntese dos resultados dos questionários deverá anteceder a visita de avaliação e acompanhar o relatório de avaliação externa de cada escola.

6.6. Plano de melhoria da escola

Antes de tudo, importa que a avaliação seja um processo útil para o desenvolvimento e a melhoria de cada escola. Para tal, cuidar da sequência é tão importante como investir na preparação e na execução.

Sabemos que a efectividade da avaliação externa depende muito da apropriação dos resultados e capacidade de iniciativa da parte da instituição avaliada. Sendo uma responsabilidade primeira de cada escola, a definição de uma linha de acção deve ser complementada pela actuação da administração educativa, sob as modalidades de contratualização, de acompanhamento, de apoio,



de incentivo ou de intervenção mais incisiva, conforme as situações específicas de cada escola e as opções da tutela.

Nesta perspectiva de sequência e de consequência da avaliação externa e na linha da sugestão do CNE no sentido de ser “definida a obrigatoriedade de as escolas apresentarem um plano de melhoria na sequência da AEE” (Recomendação n.º 1/2011), propõe-se que, no prazo de dois meses após a publicação do relatório na página da IGE, a escola apresente à administração educativa um plano de melhoria.

De um modo selectivo, sintético e pragmático, o plano deve conter a acção que a escola se compromete a realizar nas áreas identificadas na avaliação externa como merecedoras de prioridade no esforço de melhoria. Tendo em vista o envolvimento alargado da comunidade escolar esse plano deve ser publicado na página da escola ou do agrupamento.

7. OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO EXTERNA

Este capítulo trata diversos aspectos de operacionalização da avaliação externa, como a constituição das equipas de avaliadores, a periodicidade dos ciclos de avaliação e a selecção anual das escolas, a comunicação com as escolas, a organização das visitas, as classificações dos domínios, o relatório de escola e os procedimentos de contraditório e de recurso.

7.1. Avaliadores

A avaliação de cada agrupamento ou escola não agrupada é realizada por uma equipa constituída por dois inspectores e um perito externo à IGE. Estes avaliadores externos são, em cada ano lectivo, designados por despacho do membro do Governo com a tutela da educação.

O Grupo de Trabalho entende que será de considerar a possibilidade de, no caso de agrupamentos que agregam um elevado número de unidades educativas e que integram diversos níveis de educação e ensino, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, a equipa ser constituída por quatro avaliadores, sendo dois inspectores e dois peritos externos à IGE. Desta forma, a resposta à diversidade dos agrupamentos identificada pelo CNE (recomendação n.º 1/2011) não passaria pelo aumento dos dias de presença da equipa de avaliação no agrupamento, mas pela divisão da equipa para a realização de acções paralelas. Estas acções seriam particularmente apropriadas no caso das visitas aos jardins-de-infância e às escolas que não são sede de agrupamento e no caso dos painéis por níveis de ensino, designadamente com alunos e pais.

As obrigações e os direitos dos avaliadores externos à IGE devem ser objecto de protocolo ou de outro meio de formalização, sendo previsto o pagamento de uma remuneração por cada instituição avaliada e das respectivas ajudas de custo e de transportes, nos termos legais em vigor.



Seleção dos avaliadores externos à IGE

Quanto à seleção dos avaliadores externos à IGE, seria de considerar as seguintes possibilidades, por esta ordem:

- Continuação da colaboração de avaliadores que participaram no ciclo de avaliação anterior, desde que para tal se manifeste interesse mútuo;
- Promoção de um convite público, para manifestação de interesse;
- Seleção de professores no activo, designadamente os que, tendo 15 ou mais anos de serviço docente, possuam experiência na gestão das escolas e/ou formação específica em áreas pertinentes para a avaliação das escolas.

Formação dos avaliadores

A formação dos avaliadores constitui uma condição relevante para a qualidade do trabalho de avaliação. A configuração da formação dependerá da experiência dos avaliadores e das suas habilitações. No entanto, é de prever que a formação incida em aspectos como enquadramento, objectivos, fundamentação e quadro de referência da AEE, informação estatística mobilizada - questionários, perfil de escola e valor esperado, técnicas de entrevista e de elaboração de relatórios, etc..

7.2. Seleção anual das escolas em avaliação

No ciclo de avaliação que decorreu entre 2006 e 2011, foram avaliados todos os agrupamentos e escolas não agrupadas, com excepção de alguns agrupamentos criados em 2009 e em 2010 no âmbito do reordenamento da rede escolar. A maior parte das 1131 escolas¹³ foi avaliada na sequência de uma candidatura apresentada no fim do ano lectivo anterior à respectiva avaliação.

A periodicidade da avaliação

Os procedimentos de seleção de escolas vão estar muito dependentes das alterações que foram ou venham a ser produzidas em sede de reorganização da rede escolar. A este propósito, entendemos que, regra geral, só se deve avaliar escolas e agrupamentos com um mínimo de dois anos lectivos completos de existência.

O intervalo entre avaliações situar-se-á entre um máximo de cinco anos e um mínimo de três. Na definição deste intervalo, dever-se-á combinar a consideração do tempo decorrido desde a última avaliação externa com outros critérios, designadamente as classificações obtidas na anterior avaliação externa ou a evolução recente dos resultados dos alunos, aferidos pela avaliação externa das aprendizagens.

¹³ Assim distribuídas no tempo: 24 na fase de experimentação, em Maio de 2006; 100 em 2006-2007; 273 em 2007-2008; 287 em 2008-2009; 300 em 2009-2010 e 147 em 2010-2011.



A selecção das escolas no ano lectivo 2011-2012

Os critérios de selecção das escolas do piloto de Maio de 2011 foram apresentados em capítulo específico.

Para o ano lectivo de 2011-2012, propomos que sejam incluídas na lista de escolas em avaliação:

- Todas as escolas avaliadas entre Maio de 2006 e Maio de 2007 e não avaliadas no piloto de Maio de 2011;
- De entre as escolas avaliadas no ano lectivo 2007-2008, as que obtiveram classificações mais baixas na avaliação externa realizada ou apresentem uma evolução negativa dos resultados académicos dos alunos;
- Algumas situações excepcionais, designadamente aquelas em que foi prometida prioridade no novo ciclo.

7.3. Comunicação inicial com as escolas

No início do ano lectivo, realizam-se reuniões de âmbito regional com as escolas que vão ser avaliadas nesse ano para informação geral e preparação dos procedimentos de avaliação externa. A experiência demonstra que a informação técnica e a vertente formativa destas reuniões deverão ser reforçadas.

Com dois a três meses de antecedência em relação à visita da equipa de avaliação, solicita-se às escolas o envio, em formato digital, do documento de apresentação da escola, dos seus documentos orientadores - Projecto Educativo, Projecto Curricular de Escola/Agrupamento, Plano Anual ou Plurianual de Actividades, Regulamento Interno e de outros documentos que a escola considere a este título pertinentes, designadamente o Relatório de Auto-Avaliação. Deve haver selectividade na documentação e deve ser claro que o único documento que a escola produz expressamente para a avaliação externa é o documento da sua apresentação.

Na mesma oportunidade, solicita-se à escola que assegure os procedimentos necessários para a aplicação dos questionários de satisfação a alunos, pais e trabalhadores da escola.

Com a antecedência mínima de um mês, as escolas são informadas da data em que se realizará a visita da equipa de avaliação externa. Nesta comunicação, disponibiliza-se informação mais precisa sobre a visita, designadamente a informação estatística de apoio e a organização das sessões de trabalho.

7.4. Visita à escola

Para além da análise dos documentos solicitados à escola e dos resultados escolares do *Perfil de Escola* e dos inquéritos de satisfação, utilizar-se-á a entrevista em painel para recolher evidências que sustentem os juízos da equipa de avaliação externa. A escola irá entregar à equipa de



avaliação externa um documento de apresentação que segue os referentes da avaliação externa (ver ponto 6.3). Assim, pretende-se discutir nos painéis as áreas que foram detectadas pela análise do documento de apresentação, dos outros documentos estruturantes da escola, da informação estatística e dos resultados dos questionários de satisfação.

A duração das visitas é de dois dias nas escolas secundárias e de três dias nos agrupamentos de escolas. Como foi referido no ponto 7.1., entendemos ser preferível incluir mais um avaliador na equipa de avaliação a aumentar os dias de presença nos agrupamentos de escolas de maior dimensão.

No seguimento da recomendação feita pelo CNE na avaliação do modelo anterior, o GT entendeu criar *«um painel autónomo destinado a entrevistar os representantes da autarquia»* (Recomendação n.º 1/2011).

Estão previstas pausas a meio da manhã e da tarde, que poderão ser utilizadas pela equipa de avaliação externa para trocar impressões entre si, fazer o ponto da situação e ir redireccionando o planeamento das perguntas dos painéis em função do que já foi apresentado e discutido.

Em anexo, apresentam-se as agendas das visitas às escolas, que incluem o horário, os intervenientes, a duração das entrevistas em painel e as regras de constituição dos painéis.

7.5. Classificações dos domínios

A atribuição de uma classificação, com recurso a uma linguagem comum na cultura escolar, visa dar uma indicação clara sobre a apreciação que a equipa de avaliação faz do desempenho da escola nos domínios em causa. Importa ter presente que a classificação é um sinal e não um fim da avaliação.

Incidência

Os relatórios de escola incluem a atribuição de classificação nos três domínios que estruturam a avaliação externa. Com esta classificação tripla pretende-se valorizar distintamente as dimensões consideradas estruturais - os resultados, a prestação do serviço educativo e a liderança e gestão.

Entendemos que algum risco de incoerência entre as classificações é compensado por uma informação mais compósita. Esse risco pode ser limitado se a avaliação dos resultados for ponderada em devida conta pelos factores de contexto da escola e se se tiver presente a complexidade das organizações escolares e o insuficiente conhecimento que se tem do peso, em cada escola, de factores independentes da organização escolar.



Níveis da escala de classificação

No ciclo de avaliação de 2006-2011, foi utilizada uma escala com quatro níveis: *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente*. Ponderadas as vantagens e os inconvenientes da utilização de uma escala com mais níveis, o Grupo de Trabalho propõe a introdução de um quinto nível: *Excelente*. Esta alteração visa possibilitar que a avaliação externa reconheça situações excepcionais e de algum modo exemplares nas práticas de uma escola em determinado domínio. Por outro lado, entende-se que não se justifica a criação de distinções no nível de *Insuficiente*, pois a atribuição deste nível será bastante para interpelar a escola e para desencadear medidas específicas de acompanhamento e apoio da parte da administração educativa.

Descritores dos níveis da escala

Apesar das características específicas do domínio dos resultados, nomeadamente o recurso mais intenso a indicadores quantitativos, o Grupo de Trabalho entendeu definir os seguintes descritores, comuns aos três domínios:

EXCELENTE – A acção da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respectivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A acção da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respectivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A acção da escola tem produzido um impacto em linha com o valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respectivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A acção da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respectivos percursos escolares. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A acção da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respectivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.



7.6. Relatório de avaliação externa

O relatório de avaliação externa constitui um instrumento decisivo para o fomento da auto-avaliação e da melhoria da escola. O relatório obedece à seguinte estrutura: i) Introdução; ii) Caracterização da escola; iii) Avaliação por domínio; iv) Pontos fortes e áreas de melhoria.

Face ao ciclo de avaliação 2006-2011, os relatórios do novo ciclo deverão utilizar uma linguagem mais simples e directa e ser mais sucintos, menos descritivos e mais avaliativos. Por outro lado, sem assumir a forma explícita de «recomendações», o relatório será mais preciso na identificação das áreas onde a escola ou o agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços de melhoria. De facto, pretende-se que, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, o relatório ofereça elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de acção para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A versão provisória do relatório será enviada à escola até 30 dias úteis após a visita da equipa de avaliação.

Divulgação do relatório pela escola

A escola é co-responsável pela informação junto da comunidade educativa sobre a sua avaliação externa, em todas as fases. De forma especial, a escola deve promover a divulgação do relatório final, nomeadamente pela publicação na sua página na internet. O CNE recomenda que: «*Deverá consignar-se a obrigatoriedade de as escolas darem a conhecer o relatório final à comunidade educativa*» (Recomendação n.º 1/2011).

7.7. Contraditório e recurso

Recebido o relatório, a escola pode apresentar, no prazo de quinze dias úteis, o seu contraditório.

Analisado este, a equipa de avaliação, além de introduzir no relatório as alterações que considere adequadas – o que pode abranger a alteração das classificações atribuídas, elabora uma resposta que acompanhará o envio da versão final do relatório ao presidente do Conselho Geral e ao director da escola. Posteriormente, essa versão final será divulgada na página da IGE junto com o contraditório e com a respectiva resposta da equipa.

Instância de Recurso

As consequências da avaliação externa, designadamente as que decorrem da atribuição de classificações, justificam a definição de procedimentos específicos que acautelem a possibilidade de recurso por parte das escolas, em circunstâncias específicas e previsivelmente limitadas. Assim,



o director da escola pode apresentar recurso até dez dias úteis após a recepção da versão final do relatório. A apresentação de recurso suspende a publicação do relatório.

A entidade que tiver o encargo de apreciar o recurso pode propor ao membro do governo responsável pela área da educação a manutenção das conclusões da avaliação, designadamente das classificações atribuídas, ou a repetição total ou parcial do procedimento de avaliação externa.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo das sugestões e recomendações apresentadas ao longo do relatório, o Grupo de Trabalho (GT) realça alguns aspectos que entende deverem merecer particular atenção na definição do futuro ciclo de Avaliação Externa das Escolas (AEE).

1. Os processos de avaliação devem ser orientados por princípios de continuidade e estabilidade. Deste modo, o GT considera que a organização do novo ciclo de AEE se deverá inserir numa perspectiva de melhoria incremental e de consolidação do processo iniciado em 2006, beneficiando da experiência acumulada no ciclo de avaliação precedente e da reflexão produzida ao longo dos últimos anos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pela Inspeção-Geral de Educação (IGE) e por especialistas em avaliação de instituições de ensino.
2. Os processos de avaliação requerem também uma atitude de permanente reflexão acerca da sua eficácia e dos modos de aperfeiçoamento. Assim, o novo ciclo de avaliação deve ter em atenção o contributo dos peritos e avaliadores consultados e das escolas e agrupamentos que participaram no período de experimentação.
3. Enquanto instrumento de regulação e de governabilidade, a AEE deve ser pensada na sua relação com a avaliação das aprendizagens dos alunos, do desempenho dos professores e dos outros trabalhadores, da eficácia dos programas ou das medidas de política educativa e do desempenho das organizações que interagem com as escolas.
4. A avaliação das escolas deve ser entendida como parte de uma visão integrada e coerente do sistema de ensino, tendo em atenção as suas interações com outras dimensões da política educativa tais como a autonomia e a responsabilização das escolas, a estabilização organizacional dos agrupamentos, a continuidade das equipas docentes e a ligação à comunidade.
5. Na linha da recomendação do CNE, o GT entende que é desejável alargar o processo de AEE ao sector particular e cooperativo no novo ciclo de avaliação, desde logo aos estabelecimentos de ensino que celebraram contratos de associação com o Estado. Esta alteração não foi testada na fase de experimentação devido às limitações de tempo que impediam a preparação adequada deste processo em colaboração com os representantes das escolas que integram esse sector.



6. O aprofundamento da AEE deve dar uma atenção prioritária ao reforço da componente da auto-avaliação, com acompanhamento e avaliação externa. Só assim se promoverá a eficácia dos processos de avaliação e o desenvolvimento das escolas como instituições com projecto e objectivos próprios. Nesta perspectiva, o processo de AEE poderá tender, a médio prazo, para um programa de auditoria da qualidade da auto-avaliação das escolas.
7. Para o reforço da eficácia do processo de AEE, escolas e avaliadores devem ter acesso, em tempo útil, a informação detalhada sobre os resultados escolares e a outros dados estatísticos de nível nacional e local. Importa aperfeiçoar o trabalho dos últimos anos, nomeadamente através da integração e da compatibilização das diferentes fontes estatísticas existentes no Ministério da Educação. A fiabilidade dos dados deve ser garantida através de um conjunto de procedimentos, designadamente a verificação de erros e omissões e a normalização dos processos de recolha de informações. O GT dedicou particular atenção a esta área e apresenta, no ponto 6.4 deste Relatório, recomendações mais concretas sobre responsabilidades, meios e procedimentos a adoptar no novo ciclo de AEE.
8. A informação estatística utilizada no processo de avaliação deve caminhar para um maior detalhe e rigor, nomeadamente através da consideração do aluno enquanto unidade estatística, de modo a permitir um melhor conhecimento dos factores explicativos dos resultados escolares e uma melhor aferição do contributo de cada escola para esses resultados. A informação estatística utilizada deve também adoptar uma perspectiva longitudinal na análise do desempenho das escolas.
9. A centralidade do espaço da sala de aula na vida da escola é uma questão crucial na avaliação. Importa perceber como a escola organiza, acompanha e avalia as práticas pedagógicas. Não se prevê a observação directa pelos avaliadores externos das práticas na sala de aula porque se entende que esta é uma função essencial das instâncias de direcção e de coordenação pedagógica da escola, embora se trate de uma prática ainda pouco enraizada nas nossas escolas. A promoção desta prática deverá ser incentivada através de outros instrumentos que não os da AEE.
10. A pertinência e a efectividade da avaliação beneficiarão do reforço da participação da comunidade, tanto pelo contributo na concepção e na preparação dos procedimentos, como pelo seu lugar de destinatária principal dos resultados da avaliação. Sendo assim, o novo ciclo de AEE deverá dedicar particular atenção ao envolvimento e participação dos principais actores da comunidade escolar.
11. O processo de AEE beneficiará duma auscultação tão alargada e participada quanto possível aos professores, trabalhadores, alunos e pais e encarregados de educação acerca do desempenho das escolas. Neste sentido, é recomendada a introdução de questionários de satisfação, cabendo ao Ministério da Educação e da Ciência encontrar a melhor maneira de



organizar a sua concretização, nomeadamente de modo a permitir uma disponibilização atempada dos seus resultados.

12. Sendo a avaliação um instrumento para melhorar o ensino e a aprendizagem, importa evitar que tanto a avaliação externa como a interna se limitem ao cumprimento administrativo dos procedimentos. Para tal, deve ter-se sempre presentes os resultados pretendidos, a adequação e a simplicidade dos instrumentos e consequências efectivas dos processos avaliativos. No caso da avaliação externa, tal implica, entre outras, a consideração dos resultados de trabalhos anteriores e a obrigatoriedade de uma reacção explícita da escola avaliada, designadamente através de um plano de acção.
13. Os ciclos de avaliação externa devem variar de acordo com a evolução dos resultados de cada escola ou agrupamento. Assim, o intervalo entre avaliações externas poderá situar-se entre um máximo de cinco e um mínimo de três anos, considerando aspectos como as classificações obtidas na anterior avaliação externa ou a evolução recente dos resultados dos alunos, aferidos pela avaliação externa das aprendizagens.
14. A concretização do novo ciclo de AEE deverá ser acompanhada dum processo de meta-análise, a cargo de uma entidade externa à IGE, que tenha como incumbência a produção de relatórios anuais e/ou no final do ciclo de avaliação, complementares dos habitualmente produzidos pela IGE.



Anexos



ANEXO 1 – DESPACHO DE CRIAÇÃO E NOMEAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA EDUCAÇÃO Despacho n.º 4150/2011

O Programa do XVIII Governo Constitucional assumiu como um dos seus objectivos, em matéria de política educativa, prosseguir o Programa de Avaliação Externa das Escolas (AEE), conduzido pela Inspeção-Geral da Educação (IGE). Este programa pretende fomentar nas escolas uma cultura de auto-avaliação, através de uma interpelação sistemática sobre a qualidade das suas práticas e dos seus resultados, contribuir para o melhor conhecimento da educação e promover o desenvolvimento organizacional e a capacitação institucional das escolas.

Após uma fase de concepção e de experimentação, em 2006, da responsabilidade do grupo de trabalho para a avaliação das escolas, a IGE foi incumbida de acolher e dar continuidade ao Programa de Avaliação Externa das Escolas (AEE), tendo-se realizado, até ao final do ano lectivo 2009-2010, a avaliação de 984 escolas/agrupamentos de escolas; no presente ano lectivo, concluir-se-á, com a avaliação prevista de 147 escolas, o 1.º ciclo de avaliação das escolas da rede pública.

O Programa AEE, com incidência nos estabelecimentos de ensino públicos que oferecem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário, tem sido desenvolvido no quadro da Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, que aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e definiu orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa.

Atendendo aos pareceres n.ºs 5/2008 e 3/2010 e à recomendação n.º 1/2011 do Conselho Nacional de Educação, aos elementos recolhidos pela IGE no decurso da realização deste programa, bem como à sua auto-avaliação e à reflexão que entretanto foi sendo construída, identificaram-se áreas de melhoria a considerar na preparação de um novo ciclo de avaliação externa.

Assim, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, determina-se o seguinte:

1. É criado, sob a coordenação da Inspeção-Geral da Educação, um grupo de trabalho com a missão de apresentar uma proposta de modelo para o novo ciclo do Programa de Avaliação Externa das Escolas (AEE).
2. O grupo de trabalho tem como objectivos:
 - a) Reapreciar os referenciais e metodologias do Programa AEE;
 - b) Elaborar, até 15 de Abril de 2011, uma proposta de modelo a utilizar no novo ciclo do Programa AEE, da qual constem os referentes e domínios de avaliação, as metodologias, a escala e nomenclatura de classificação, os intervenientes no processo, incluindo a constituição das equipas de avaliação e a periodicidade dos ciclos de avaliação;
 - c) Apresentar proposta de formação dos avaliadores para a experimentação do novo ciclo do Programa AEE, a realizar, preferencialmente, em Maio de 2011;



- d) Acompanhar, na fase de experimentação do novo ciclo, a realização das acções de avaliação externa nas escolas, em número e sob as formas a definir em proposta que, para o efeito, deve apresentar, no prazo referido na alínea b);
 - e) Apresentar, até 15 de Julho de 2011, proposta de normativo que regule o «regime jurídico da avaliação externa das escolas»;
 - f) Elaborar o relatório final no qual devem estar expressas e fundamentadas as opções metodológicas adoptadas e as recomendações sobre a configuração do novo ciclo do programa de avaliação externa das escolas.
3. O grupo de trabalho agora criado tem a seguinte composição:
Valdemar Castro Almeida, Inspeção-Geral da Educação, que coordenará;
Ana Paula Curado, Universidade de Lisboa;
Cláudia Sarrico, Universidade Técnica de Lisboa;
Pedro Nuno Teixeira, Universidade do Porto;
José Maria Azevedo, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
Maria Leonor Venâncio Duarte, Inspeção-Geral da Educação;
João Nunes, Inspeção-Geral da Educação;
José João Ribeiro de Azevedo, Inspeção-Geral da Educação.
 4. O mandato do grupo de trabalho termina em 31 de Julho de 2011.
 5. Os membros do grupo de trabalho com vínculo funcional às universidades têm o direito de auferir senhas de presença cujo valor é fixado em € 60.
 6. O disposto no número anterior é aplicável na medida em que não seja prejudicado pelos regimes gerais ou especiais de acumulação de funções e de remunerações relativos aos titulares de cargos dirigentes e demais trabalhadores da Administração Pública.
 7. Os membros do grupo de trabalho têm direito ao abono de ajudas de custo e de transporte nos termos da lei.
 8. O grupo de trabalho é dotado de autonomia técnico-científica e funcional, sendo as funções nele exercidas reconhecidas como de interesse público.
 9. O apoio logístico de instalação e funcionamento do grupo de trabalho é assegurado pela Inspeção-Geral da Educação, que suportará os respectivos encargos orçamentais.
 10. Os serviços centrais e regionais do Ministério da Educação deverão, no âmbito das suas competências, colaborar com o grupo de trabalho, disponibilizando os elementos por ele solicitados no âmbito da sua missão.

24 de Fevereiro de 2011. — O Ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos. —
A Ministra da Educação, Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar.

ANEXO 2 – SUGESTÕES DE LEITURA DO QUADRO DE REFERÊNCIA

O quadro de referência do modelo de avaliação proposto pelo Grupo de Trabalho (GT) para o novo ciclo da avaliação externa das escolas estrutura-se em domínios e campos de análise. Estes, por sua vez, são explicitados por um conjunto de referentes, que constituem elementos de harmonização das matérias a analisar pelas equipas de avaliação. O GT entende que a abrangência dos referentes deve ser devidamente contextualizada e que esta temática deve ter lugar de destaque na formação dos futuros avaliadores.

Com o objectivo de melhor explicitar o significado de cada um dos referentes, o GT elaborou um documento com sugestões de leitura dos mesmos, mas que não condicionam nem dispensam outras perspectivas. Assim, os indicadores constantes do presente documento devem ser entendidos como meros exemplos a ter em conta no trabalho dos avaliadores e nunca como uma listagem de verificação a seguir pelos avaliadores.

RESULTADOS

Resultados académicos

- Evolução dos resultados internos
 - ✓ *Informação relativa à avaliação das aprendizagens das crianças da educação pré-escolar*
 - ✓ *Taxas de transição e conclusão*
- Evolução dos resultados externos contextualizados
 - ✓ *Resultados em exames e provas nacionais*
 - ✓ *Valor esperado*
- Qualidade do sucesso
 - ✓ *Taxas de transição e conclusão com sucesso em todas disciplinas*
 - ✓ *Análise de Coortes ou fluxos escolares*
 - ✓ *Factores explicativos do sucesso apresentados pela escola*
- Abandono e desistência
 - ✓ *Taxas de abandono e de desistência*

Resultados sociais

- Participação na vida da escola
 - ✓ *Actividades desenvolvidas na escola da iniciativa dos alunos*
- Assunção de responsabilidades
 - ✓ *Responsabilidades atribuídas aos alunos*
 - ✓ *Co-responsabilização dos alunos nas decisões que lhes dizem respeito*
- Cumprimento das regras e disciplina
 - ✓ *Normas e código de conduta*
 - ✓ *Formas de tratamento dos incidentes disciplinares*



- Formas de solidariedade
 - ✓ *Trabalho voluntário*
 - ✓ *Actividades de apoio à inclusão*
- Impacto da escolaridade no percurso dos alunos
 - ✓ *Seguimento dos alunos após a escolaridade*

Reconhecimento da comunidade

- Grau de satisfação da comunidade educativa
 - ✓ *Resultados dos questionários de satisfação*
 - ✓ *Percepção que os diferentes utilizadores têm da escola*
- Formas de valorização dos sucessos dos alunos
 - ✓ *Iniciativas destinadas a valorizar os resultados académicos*
 - ✓ *Iniciativas destinadas a valorizar os resultados sociais*
- Contributo da escola para o desenvolvimento da comunidade envolvente.
 - ✓ *Reconhecimento por parte da sociedade local e nacional*

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

Planeamento e articulação

- Gestão articulada do currículo
 - ✓ *Articulação curricular vertical e horizontal: planificações*
 - ✓ *Projectos Curriculares de Escola/Agrupamento e de Turma*
- Contextualização do currículo e abertura ao meio
 - ✓ *Adequação dos Projectos Curriculares de Escola/Agrupamento e de Turma às características do contexto*
 - ✓ *Adequação do Plano Anual de Actividades às especificidades do meio envolvente*
- Utilização da informação sobre o percurso escolar dos alunos
 - ✓ *Informação explícita nos Projectos Curriculares de Turma*
 - ✓ *Articulação, entre ciclos, dos docentes e directores de turma*
- Coerência entre ensino e avaliação
 - ✓ *Avaliação formativa e integrada para a regulação*
- Trabalho cooperativo entre docentes
 - ✓ *Formas de colaboração nos diferentes níveis da planificação da actividade lectiva*
 - ✓ *Partilha de práticas científico-pedagógicas relevantes*

Práticas de ensino

- Adequação do ensino às capacidades e aos ritmos de aprendizagem dos alunos
 - ✓ *Adequação e coerência das planificações de curto prazo*
 - ✓ *Práticas de diferenciação pedagógica*



- Adequação dos apoios aos alunos com necessidades educativas especiais
 - ✓ *Recursos mobilizados para apoio a alunos com necessidades educativas especiais*
 - ✓ *Formas de articulação entre as estruturas de apoio*
- Exigência e incentivo à melhoria de desempenhos
 - ✓ *Práticas de rigor na sala de aula*
 - ✓ *Iniciativas destinadas a estimular e valorizar as potencialidades dos alunos*
 - ✓ *Criação de ambientes favoráveis à aprendizagem*
- Metodologias activas e experimentais nas aprendizagens
 - ✓ *Realização de actividades de pesquisa e resolução de problemas*
 - ✓ *Metodologia de projecto e actividades experimentais*
- Valorização da dimensão artística
 - ✓ *Realização de actividades e de projectos na área artística*
 - ✓ *Oferta educativa promotora do desenvolvimento de competências no domínio artístico*
- Rendibilização dos recursos educativos e do tempo dedicado às aprendizagens
 - ✓ *Utilização de recursos, incluindo as TIC, para as aprendizagens dos alunos*
 - ✓ *Critérios para a gestão do tempo escolar*
- Acompanhamento e supervisão da prática lectiva
 - ✓ *Formas de monitorização da prática lectiva*
 - ✓ *Orientação acompanhada da prática lectiva*

Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens

- Diversificação das formas de avaliação
 - ✓ *Pluralidade de práticas e instrumentos em função das aprendizagens*
- Aferição dos critérios e dos instrumentos de avaliação
 - ✓ *Análise da validade e da fiabilidade dos instrumentos de avaliação*
 - ✓ *Elaboração conjunta de provas de avaliação e sua correcção*
- Monitorização interna do desenvolvimento do currículo
 - ✓ *Avaliação da eficácia das medidas adoptadas nos Projectos Curriculares de Turma*
 - ✓ *Reformulação/adequação das planificações*
- Eficácia das medidas de apoio educativo
 - ✓ *Avaliação do sucesso dos alunos com apoio*
 - ✓ *Rendibilização dos recursos educativos e do tempo de aprendizagem dos alunos com apoio*
- Prevenção da desistência e do abandono
 - ✓ *Identificação dos factores que condicionam o abandono*
 - ✓ *Medidas de combate à anulação de matrícula e outras formas de desistência*



LIDERANÇA E GESTÃO

Liderança

- Visão estratégica e fomento do sentido de pertença e de identificação com a escola
 - ✓ *Clareza e pertinência dos objectivos, metas e estratégias*
 - ✓ *Pertinência das iniciativas mobilizadoras da comunidade*
- Valorização das lideranças intermédias
 - ✓ *Fomento de lideranças participativas*
 - ✓ *Reconhecimento do papel das lideranças intermédias*
- Desenvolvimento de projectos, parcerias e soluções inovadoras
 - ✓ *Incentivo ao desenvolvimento projectos, parcerias e soluções inovadoras*
 - ✓ *Avaliação de eficácia dos projectos, parcerias e soluções inovadoras*
- Motivação das pessoas e gestão de conflitos
 - ✓ *Incentivo à participação dos diferentes actores educativos*
 - ✓ *Procedimentos para prevenir conflitos*
- Mobilização dos recursos da comunidade educativa
 - ✓ *Utilização e manutenção dos espaços e dos equipamentos*

Gestão

- Critérios e práticas de organização e afectação dos recursos
 - ✓ *Gestão dos recursos tendo em conta as pessoas e o seu bem-estar*
 - ✓ *Utilização de critérios equitativos na distribuição de recursos e materiais*
- Critérios de constituição dos grupos e das turmas, de elaboração de horários e de distribuição de serviço
 - ✓ *Explicitação e aplicação de critérios*
 - ✓ *Constituição e continuidade das equipas pedagógicas*
- Avaliação do desempenho e gestão das competências dos trabalhadores
 - ✓ *Conhecimento das competências profissionais do pessoal docente e não docente*
 - ✓ *Afectação de recursos com formação especializada a determinadas áreas e projectos*
- Promoção do desenvolvimento profissional
 - ✓ *Rendibilização dos saberes profissionais*
 - ✓ *Adequação das acções de formações às necessidades identificadas*
- Eficácia dos circuitos de informação e comunicação interna e externa
 - ✓ *Tipo de informação disponibilizada pela escola*
 - ✓ *Acesso à informação da escola pela comunidade educativa*

Auto-avaliação e melhoria

- Coerência entre a auto-avaliação e a acção para a melhoria
 - ✓ *Articulação entre os resultados da auto-avaliação e os planos de acção de melhoria*



- Utilização dos resultados da avaliação externa na elaboração dos planos de melhoria
 - ✓ *Valorização dos resultados da Avaliação Externa*
- Envolvimento e participação da comunidade educativa na auto-avaliação
 - ✓ *Criação e constituição da equipa de auto-avaliação*
 - ✓ *Procedimentos de recolha e de tratamento da informação e sua divulgação*
- Continuidade e abrangência da auto-avaliação
 - ✓ *Continuidade dos procedimentos de auto-avaliação*
 - ✓ *Progresso e sustentação da auto-avaliação*
 - ✓ *Adequação das áreas prioritárias às necessidades da escola*



ANEXO 3 – MODELO DE QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO: ALUNOS, PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E TRABALHADORES DOCENTES E NÃO DOCENTES

INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

No âmbito do novo ciclo da Avaliação Externa de Escolas são aplicados questionários destinados a conhecer os níveis de satisfação da comunidade educativa.

Os questionários e respectivos envelopes são remetidos pela IGE à escola e devem ser aplicados aos alunos das turmas constantes da amostra, em anexo, e respectivos pais/encarregados de educação, bem como ao universo dos trabalhadores docentes e não docentes.

Os questionários devem ser aplicados entre os dias X e Y e recolhidos no mesmo dia - para alunos e trabalhadores docentes e não docentes - e no dia seguinte – para os pais e encarregados de educação, sendo enviados para a respectiva Delegação Regional da Inspeção-Geral da Educação (IGE) no dia subsequente.

Os questionários destinados aos alunos do 1.º ciclo são aplicados por um docente da equipa de auto-avaliação da Escola ou, não sendo possível, por um elemento da Direcção.

Os questionários aos alunos dos restantes níveis de ensino são aplicados pelo respectivo director da turma.

O aplicador deve explicar aos alunos o objectivo dos questionários, ou seja, a sua relação com a avaliação externa, e o significado de cada um dos níveis de satisfação expressos nas diferentes colunas. No final, os questionários serão introduzidos pelos alunos nos respectivos envelopes e depois fechados.

Após preenchimento e recolha dos questionários, o aplicador deve entregar aos alunos um envelope com o questionário destinado aos seus pais/encarregados de educação, com indicação de que deverão trazê-lo preenchido no dia seguinte. Os pais/encarregados de educação remeterão os questionários dentro dos envelopes fechados. Os envelopes com os questionários serão entregues pelos alunos ao professor/director de turma.

A Direcção deve providenciar a colocação de um recipiente próprio em local de fácil acesso, onde os trabalhadores (docentes e não docentes) depositarão os questionários dentro dos envelopes devidamente fechados.

A Direcção da escola é responsável por todo o processo de aplicação, recolha e envio dos questionários, em remessa única, à respectiva Delegação Regional da IGE.



QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS DO 1.º CICLO - 4.º ANO

A tua escola vai estar em avaliação externa. Para esta avaliação, é importante conhecer o nível de satisfação dos alunos e respectivas famílias.

Responde, por favor, a este questionário, indicando com um **X**, nas respectivas colunas, o teu grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações.

Não existem respostas certas ou erradas, o que importa é conhecer a tua opinião. As respostas são anónimas.

Depois de preencheres o questionário, mete-o dentro do envelope, fecha-o e entrega-o à professora ou ao professor que o distribuiu.

Se quiseres, podes utilizar este espaço para explicar alguma das respostas ou dizer algo sobre a tua escola.

Agradecemos a tua colaboração.



AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS – Questionário aos alunos do 4.º ano

Escola/Agrupamento de Escolas: _____

Sexo: Masculino Feminino

	(Por favor assinala)	Concordo totalmente 5	4	3	2	Discordo totalmente 1	Não sei
1	Percebo bem o que o professor explica em Língua Portuguesa						
2	Percebo bem o que o professor explica em Matemática						
3	Percebo bem o que o professor explica em Estudo do Meio						
4	Utilizo o computador na sala de aula						
5	Faço experiências na sala de aula						
6	Vou à biblioteca para fazer trabalhos						
7	Faço visitas de estudo						
8	Gosto de fazer actividades de expressão plástica						
9	Gosto das aulas de Inglês						
10	Os professores fazem avaliações justas						
11	Gosto das aulas de educação física e desporto						
12	Gosto das aulas de Música						
13	Gosto de fazer os trabalhos de Apoio ao Estudo						
14	Gosto de almoçar na escola						
15	Estou satisfeito com a higiene e a limpeza da escola						
16	Estou satisfeito com os espaços de recreio da escola						
17	Conheço as regras de comportamento da escola						
18	Sinto-me seguro na escola						
19	O ensino na escola é exigente						
21	Tenho amigos na escola						
22	Gosto de andar nesta escola						



QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS - 2.º E 3.º CICLOS E SECUNDÁRIO

A sua escola vai estar em avaliação externa. Para uma avaliação informada, é importante conhecer o nível de satisfação de alunos e famílias, professores e outros profissionais.

Por favor, responda a este questionário indicando com um **X**, nas respectivas colunas, o seu grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações.

Não existem respostas certas ou erradas, o que importa é conhecer a sua opinião. As respostas são anónimas.

Depois de preencher o questionário, introduza-o, por favor, no envelope, feche-o e entregue-o ao Director de Turma.

Se quiser, pode utilizar este espaço para explicar uma resposta ou dizer algo sobre a sua Escola.

Agradecemos a sua colaboração.



Avaliação Externa das Escolas – Questionário aos alunos: 2.º e 3.º ciclos e secundário

Escola/Agrupamento de Escolas: _____

Sexo: Masculino Feminino Ano de escolaridade: _____

	(Por favor assinala)	Concordo totalmente 5	4	3	2	Discordo totalmente 1	Não sei
1	Percebo bem o que os professores ensinam						
2	O ensino é exigente nesta escola						
3	Conheço os critérios de avaliação						
4	As avaliações são justas						
5	Faço experiências na sala de aula						
6	Uso a biblioteca para fazer trabalhos						
7	Uso o computador na sala de aula						
8	Faço visitas de estudo						
9	Participo em clubes e projectos da escola						
10	Conheço as regras de comportamento da escola						
11	As salas de aula são confortáveis						
12	Estou satisfeito com os espaços desportivos e de recreio						
13	Gosto de almoçar na escola						
14	A escola é limpa						
15	Os serviços administrativos funcionam bem						
16	As minhas sugestões são tidas em conta						
17	Gosto do modo como sou tratado pelos professores						
18	Gosto do modo como sou tratado pelo pessoal não docente						
19	Sinto-me seguro na escola						
20	A escola resolve bem os problemas de indisciplina						
21	Tenho amigos na escola						
22	Gosto de frequentar esta escola						



QUESTIONÁRIO AOS TRABALHADORES DOCENTES E NÃO DOCENTES

A sua escola vai estar em avaliação externa. Para uma avaliação informada, é importante conhecer o nível de satisfação dos principais intervenientes: alunos e famílias, professores e outros profissionais.

Por favor, responda a este questionário indicando com um **X**, nas respectivas colunas, o seu grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações.

Não existem respostas certas ou erradas, o que importa é conhecer a sua opinião. As respostas são anónimas.

Depois de preencher o questionário, introduza-o, por favor, no envelope, feche-o e deposite-o no recipiente próprio disponibilizado pela Direcção.

Se necessitar de ajuda no preenchimento do questionário, ou se pretender acrescentar algo, pode utilizar o seguinte endereço electrónico: dr...-ige@ige.min-edu.pt

Caso pretenda, pode utilizar este espaço para acrescentar algo às respostas dadas ou incluir outros comentários.

Agradecemos a sua colaboração.



AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS – Questionário aos trabalhadores docentes e não docentes

Escola/Agrupamento de Escolas: _____

Trabalha na Escola-Sede

Sim

Não

Docente

Sim

Não

	(Por favor assinale)	Concordo totalmente 5	4	3	2	Discordo totalmente 1	Não sei
1	O ensino nesta escola é exigente						
2	A escola é aberta ao exterior						
3	A informação circula bem na escola						
4	A Direcção valoriza os meus contributos para o funcionamento da escola						
5	As salas de aula são confortáveis						
6	Estou satisfeito com os espaços de desporto e de recreio da escola						
7	O refeitório e o bufete funcionam bem						
8	Os alunos(as) respeitam os professores						
9	Os alunos(as) são incentivados a trabalhar na Biblioteca						
10	O uso dos computadores é prática comum nesta escola						
11	Os alunos(as) respeitam o pessoal não docente						
12	O comportamento dos alunos(as) é bom						
13	As situações de indisciplina são bem resolvidas						
14	A Direcção é disponível						
15	A Direcção sabe gerir os conflitos						
16	A escola é limpa						
17	Os serviços administrativos funcionam bem						
18	A escola é segura						
19	A Direcção envolve os trabalhadores na auto-avaliação da escola						
20	A escola tem uma boa liderança						
21	Participo em projectos e clubes da escola						
22	O ambiente de trabalho é bom						
23	Gosto de trabalhar nesta escola						



QUESTIONÁRIO AOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

A escola do seu filho/educando vai estar em avaliação externa. Para uma avaliação informada, é importante conhecer o nível de satisfação dos principais intervenientes: alunos e famílias, professores e outros profissionais.

Por favor, responda a este questionário indicando com um **X**, nas respectivas colunas, o seu grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações.

Não existem respostas certas ou erradas, o que importa é conhecer a sua opinião. As respostas são anónimas.

Depois de preencher o questionário, introduza-o, por favor, no envelope, feche-o e entregue-o ao seu filho/ educando, que o levará ao Professor/Director de Turma.

Se necessitar de ajuda no preenchimento do questionário, ou se pretender acrescentar algo, pode utilizar o seguinte endereço electrónico: dr...-ige@ige.min-edu.pt

Caso pretenda, pode utilizar este espaço para acrescentar algo sobre as respostas que deu ou incluir outros comentários sobre a escola.

Agradecemos a sua colaboração.



AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS – Questionário aos pais e encarregados de educação

Escola/Agrupamento de Escolas: _____

N.º Filho(s)/Educando(s) _____ N.º Filha(s)/Educanda(s) _____ nesta Escola

Ano de escolaridade: _____

	(Por favor assinale)	Concordo totalmente 5	4	3	2	Discordo totalmente 1	Não sei
1	O ensino é bom nesta escola						
2	Os resultados da escola são bons						
3	Conheço bem as regras de funcionamento da escola						
4	O meu filho é incentivado a trabalhar para ter bons resultados						
5	A Direcção da escola é acessível						
6	O meu filho(a) utiliza o computador na sala de aula						
7	O meu filho(a) usa a biblioteca para fazer trabalhos						
8	As avaliações são justas						
9	Sou incentivado a participar na vida da escola						
10	As instalações da escola são boas						
11	Os serviços de refeitório e bufete são bons						
12	A escola é limpa						
13	Os serviços administrativos funcionam bem						
14	A escola é segura						
15	O meu filho(a) é tratado com justiça						
16	O meu filho(a) participa em projectos e clubes da escola						
17	O meu filho(a) faz visitas de estudo						
18	A Direcção está a fazer um bom trabalho						
19	A escola resolve bem os problemas de indisciplina						
20	O meu filho(a) tem amigos na escola						
21	Sou incentivado a participar activamente na vida da escola						
22	Gosto que o meu filho(a) ande nesta escola.						



QUESTIONÁRIO AOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO – EPE

O agrupamento de escolas a que pertence o jardim-de-infância do seu filho/ educando vai estar em avaliação externa. Para uma avaliação informada, é importante conhecer o nível de satisfação dos principais intervenientes: alunos e famílias, professores e outros profissionais.

Por favor, responda a este questionário indicando com um **X**, nas respectivas colunas, o seu grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações.

Não existem respostas certas ou erradas, o que importa é conhecer a sua opinião. As respostas são anónimas.

Depois de preencher o questionário, introduza-o, por favor, no envelope, feche-o e entregue-o à Educadora de Infância do seu filho/ educando (ou entregue-o ao seu filho que o levará para o jardim-de-infância).

Se necessitar de ajuda no preenchimento do questionário, ou se pretender acrescentar algo, pode utilizar o seguinte endereço electrónico: dr...-ige@ige.min-edu.pt

Caso pretenda, pode utilizar este espaço para acrescentar algo sobre as respostas que deu ou incluir outros comentários sobre a escola.

Agradecemos a sua colaboração.



AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS – Questionário aos pais e encarregados de educação

Agrupamento de Escolas: _____

Filho(s)/Educando(s) _____ N.º Filha(s)/Educanda(s) _____ neste Jardim-de-Infância

Idade(s) : _____

	(Por favor assinale)	Concordo totalmente 5	4	3	2	Discordo totalmente 1	Não sei
1	O meu filho(a) tem-se desenvolvido muito desde que anda nesta escola						
2	Sou informado do que meu filho(a) está a aprender						
3	Sou incentivado a apoiar as aprendizagens do meu filho						
4	O meu filho(a) participa em actividades fora da escola						
5	Conheço bem as regras de funcionamento da escola						
6	Os pais participam na vida da escola						
7	A escola tem boas instalações						
8	Os almoços são bons						
9	A escola é limpa						
10	Os serviços administrativos funcionam bem						
11	A escola tem um bom ambiente						
12	A escola é segura						
13	Há boa comunicação com os pais						
14	A Direcção leva em conta as minhas opiniões						
15	A Direcção é acessível						
16	A Direcção está a fazer um bom trabalho						
17	O meu filho(a) tem amigos na escola						
18	Gosto que o meu filho(a) ande nesta escola						



ANEXO 4 – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DE APOIO À AVALIAÇÃO

Anexo 4.1 – Perfil de Escola Exemplificativo

Avaliação Externa das Escolas 2010/11

Agrupamento de Escolas

	Delegação
	DRELVT
Identificação	
Código da Unidade de Gestão	160660
<i>Código da Sede (no caso dos Agrupamentos)</i>	310372
Denominação da Unidade de Gestão	Escolas Verde Horizonte
<i>Denominação da escola sede (no caso dos Agrupamentos)</i>	Escola Básica e Secundária de Mação
Endereço da escola (sede)	Av. Dr. Sá Carneiro
Código Postal	6120-724 MAÇÃO
Concelho	Mação
Escolas da Unidade de Gestão	
Número de escolas por Tipologia	10
Jardim-de-infância	3
Escola básica	6
Escola básica e secundária	1
Escola secundária	0
Escola profissional	0
Escola artística	0
CAIC	0
EPEI	0



Número de Alunos e Turmas		Nr. Alunos	Nr. Turmas	Idade Média	Sexo F
UO / Ciclo / Ano					
160660	Agrupamento de Escolas Verde Horizonte	683	54		
Basico		518	43		
CEF		26	2		
Tipo 2		26	2	16,0	23,08%
Regular		492	41		
1º Ano		42	7	6,0	42,86%
2º Ano		43	6	7,3	48,84%
3º Ano		58	7	8,3	37,93%
4º Ano		56	7	9,2	44,64%
5º Ano		64	3	10,5	40,63%
6º Ano		67	3	11,8	47,76%
7º Ano		55	3	12,8	43,64%
8º Ano		49	2	13,2	51,02%
9º Ano		58	3	14,7	51,72%
Secundario		165	11		
EFA		19	1		
Tipo 1		19	1	33,2	42,11%
Profissional		59	4		
1º Ano		41	2	16,9	41,46%
2º Ano		8	1	17,9	87,5%
3º Ano		10	1	19,0	50,0%
RegularCH		78	5		
10º Ano		22	1	15,5	72,73%
11º Ano		37	2	16,6	70,27%
12º Ano		19	2	17,5	47,37%
RegularTecnologico		9	1		
11º Ano		9	1	17,2	44,44%
Total		683	54		

Número de Alunos por Escalão de Acção Social Escolar						
			Escalão A	Escalão B	Não tem	Total
Basico	CEF	Tipo 2	14	4	8	26
		Regular	1		41	42
	Regular	1º Ano	1		42	43
		2º Ano	1		58	58
		3º Ano	1	1	54	56
		4º Ano	15	18	31	64
		5º Ano	21	24	22	67
		6º Ano	15	13	27	55
		7º Ano	5	15	29	49
		8º Ano	16	18	24	58
Secundario	EFA	Tipo 1			19	19
		Profissional	3	16	22	41
	RegularCH	2º Ano	1	2	5	8
		3º Ano	1	2	7	10
		10º Ano	3	5	14	22
	RegularTecnologico	11º Ano	3	10	24	37
		12º Ano	3	7	9	19
		11º Ano	2	4	3	9
		Total	105	139	439	683

Número de Alunos por Naturalidade			
	Bas	Sec	Total
Brasil	3	1	4
Suíça	5	3	8
China	2		2
Alemanha	1	2	3
França	2	2	4
Portugal	503	156	659
Roménia	2		2
Ucrânia		1	1
Total	518	165	683



Número de Alunos por Filiação - Profissão	Bas			Sec			Total
	Mãe	Pai	Total	Mãe	Pai	Total	
Membros das Forças Armadas		1	1		4	4	5
Directores de Empresa	1		1	1	1	2	3
Directores e Gerentes de Pequenas Empresas	15	25	40	4	10	14	54
Especialistas das Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia	2	3	5				5
Especialistas das Ciências da Vida e Profissionais da Saúde	5	4	9		1	1	10
Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissões Similares	12	1	13	4	2	6	19
Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	6	4	10				10
Técnicos e profissionais de Nível Intermédio das Ciências Físicas e Químicas, da Engenharia e Trabalhadores Similares		4	4	1	3	4	8
Profissionais de Nível Intermédio das Ciências da Vida e da Saúde	2		2				2
Profissionais de Nível Intermédio do Ensino	14	1	15	4		4	19
Outros Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	8	7	15	3	5	8	23
Empregados de Escritório	41	14	55	6	2	8	63
Empregados de Recepção, Caixas, Bilheteiros e Similares	4		4	5		5	9
Pessoal dos Serviços Directos e Particulares, de Protecção e Segurança	151	61	212	43	5	48	260
Manequins, Vendedores e Demonstradores	8	4	12		1	1	13
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, Criação de Animais e Pescas	1	6	7	1	1	2	9
Agricultores e Pescadores – Agricultura e Pesca de Subsistência					1	1	1
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares das Indústrias Extractivas e da Construção Civil	1	123	124		28	28	152
Trabalhadores da Metalurgia e da Metalomecânica e Trabalhadores Similares		24	24	1	5	6	30
Mecânicos de Precisão, Oleiros e Vidreiros, Artesãos, Trabalhadores das Artes Gráficas e Trabalhadores Similares	2	10	12	1		1	13
Outros Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	27	29	56	12	6	18	74
Operadores de Instalações Fixas e Similares	6	3	9		1	1	10
Operadores de Máquinas e Trabalhadores da Montagem	6	20	26	3	7	10	36
Condutores de Veículos e Embarcações e Operadores de Equipamentos Pesados Móveis	2	60	62		18	18	80
Trabalhadores Não Qualificados dos Serviços e Comércio	9	8	17	6	3	9	26
Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura e Pescas	2	5	7		4	4	11
Trabalhadores Não Qualificados das Minas, da Construção e Obras Públicas, da Indústria Transformadora e dos Transportes	2	9	11	3	4	7	18
Outra	188	88	276	42	27	69	345
Total	515	514	1029	140	139	279	1308


Número de Alunos por Filiação - Habilitações

	Bas			Sec			Total
	Mãe	Pai	Total	Mãe	Pai	Total	
Doutoramento		1	1				1
Mestrado	5	1	6				6
Licenciatura	36	15	51	7	2	9	60
Bacharelato	8	1	9	2		2	11
Pós-graduação	1	1	2				2
Secundário	86	60	146	19	15	34	180
Básico (3º ciclo)	104	107	211	36	29	65	276
Básico (2º ciclo)	133	127	260	33	40	73	333
Básico (1º ciclo)	40	73	113	24	25	49	162
Sem Habilitações	2		2				2
Formação Desconhecida	99	126	225	19	28	47	272
Outra	1	2	3				3
Total	515	514	1029	140	139	279	1308

Número de Alunos por Computador e Internet

Computador/Internet	Bas	Sec	Total
N	186	30	216
S	89	38	127
S	243	97	340
Total	518	165	683

Número de Crianças do Pré-Escolar

3A		4A		5A		6A+		Total	
Tot	Fem	Tot	Fem	Tot	Fem	Tot	Fem	Tot	Fem
33	14	49	21	31	10	1	0	114	45

**Número de Docentes por Vínculo e Componente Lectiva**

CL (horas)	Quadro de Agrupamento	Quadro de Escola	Quadro ZP	Contratado	Total
0	1	5	1	0	7
3	0	0	0	1	1
6	0	0	0	1	1
10	0	0	0	1	1
12	0	0	0	1	1
14	1	2	0	1	4
15	0	0	0	1	1
16	0	1	1	2	4
18	6	3	0	0	9
20	1	9	0	1	11
22	0	26	1	11	38
25	6	9	9	2	26
Total	15	55	12	22	104

Número de Docentes por Idade e Tempo de Serviço (antiguidade)

Idade\Antiguidade	Até 4 anos	Entre 5 e 9 anos	Entre 10 e 19 anos	Entre 20 e 29 anos	30 ou mais anos	Total
Menos de 30 anos	4	0	0	0	0	4
Entre 30 e 40 anos	5	7	21	0	0	33
Entre 40 e 50 anos	3	0	20	18	0	41
Entre 50 e 60 anos	0	0	3	17	5	25
Mais de 60 anos	0	0	1	0	0	1
Total	12	7	45	35	5	104

Número de funcionários não docentes por Vínculo e Categoria

	Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	Total
Chefe de Serviços de Administração Escolar	1	1
Assistente Técnico	8	8
Encarregado Operacional	1	1
Assistente Operacional	33	33
Total	43	43

Número de funcionários não docentes por Idade e Tempo de Serviço (antiguidade)

Idade\Antiguidade	Até 4 anos	Entre 5 e 9 anos	Entre 10 e 19 anos	Entre 20 e 29 anos	30 ou mais anos	Total
Entre 30 e 40 anos	1	1	7	0	0	9
Entre 40 e 50 anos	0	1	15	0	0	16
Entre 50 e 60 anos	0	0	3	12	1	16
Mais de 60 anos	0	0	0	3	0	3
Total	1	2	25	15	1	44



Escolas Verde Horizonte	Transitados	Retidos	Retenção por Tipo				Taxa de Transição /Conclusão	Taxa de Retenção e Desistência	Taxas Parcelares de Retenção e Desistência			
			Não Transistaram/ Não Concluíram	Abandonou ou Desistência	Anulação de Matrícula	Excluído/ Retido por Faltas			Taxa Não Transistaram /Não Concluíram	Taxa de Abandono ou Desistência	Taxa de Anulação de Matrícula	Taxa de Exclução/ Retidos por Faltas
Básico	415	83	83	0	0	0	83,3	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0
	415	83	83	0	0	0	83,3	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0
	32	0	0				100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	56	11	11				83,6	16,4	0,0	0,0	0,0	0,0
	52	1	1				98,1	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
	49	4	4				92,5	7,5	0,0	0,0	0,0	0,0
	50	6	6				89,3	10,7	0,0	0,0	0,0	0,0
	40	16	16				71,4	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0
	46	17	17				73,0	27,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Secundário	50	13	13				79,4	20,6	0,0	0,0	0,0	0,0
	40	15	15				72,7	27,3	0,0	0,0	0,0	0,0
	74	25	19	0	5	1	74,7	25,3	0,0	0,0	5,1	1,0
	64	20	16	0	4	0	76,2	23,8	0,0	0,0	4,8	0,0
	36	7	7				83,7	16,3	0,0	0,0	0,0	0,0
	13	1	1				92,9	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0
	15	12	8		4		55,6	44,4	0,0	0,0	14,8	0,0
	10	5	3	0	1	1	66,7	33,3	0,0	0,0	6,7	6,7
	10	5	3		1	1	66,7	33,3	0,0	0,0	6,7	6,7
Escolas Verde Horizonte	Em Processo de Avaliação	Concluiu	Não Concluiu	Abandonou	Anulou Matrícula	Excluído/ Retido por Faltas						
Básico	11	13	1	0	0	0						
CEF												
Tipo 2	11	13	1									
Secundário	45	16	8	0	6	0						
Profissional												
1º ano	8				3							
2º ano	11	5	6		1							
3º ano												
Tipo 1	26	11	2		2							

Provas de Aferição

Esc/Agrup.: 160660 Escolas Verde Horizonte

DRE: DRELVT

4.º ANO

Língua Portuguesa

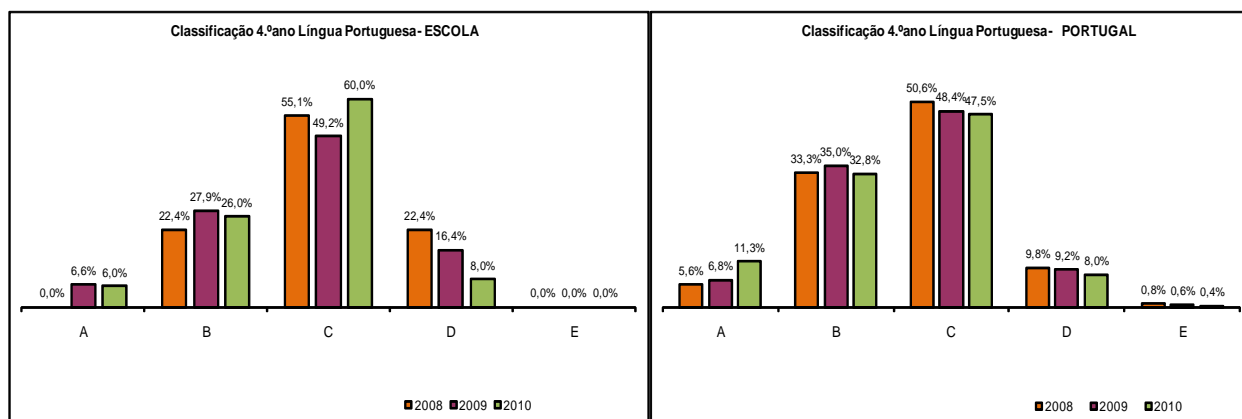
Classificações da Escola/Agrupamento

Ano	MUITO BOM (A)		BOM (B)		SATISFAZ (C)		NÃO SATISFAZ (D)		NÃO SATISFAZ (E)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2008	0	0,0%	11	22,4%	27	55,1%	11	22,4%	0	0,0%
2009	4	6,6%	17	27,9%	30	49,2%	10	16,4%	0	0,0%
2010	3	6,0%	13	26,0%	30	60,0%	4	8,0%	0	0,0%

Classificações Nacionais das Provas (inclui Escolas Públicas e Escolas Privadas)

Ano	MUITO BOM (A)		BOM (B)		SATISFAZ (C)		NÃO SATISFAZ (D)		NÃO SATISFAZ (E)	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
2008	5,6%	33,3%	50,6%	9,8%	0,8%					
2009	6,8%	35,0%	48,4%	9,2%	0,6%					
2010	11,3%	32,8%	47,5%	8,0%	0,4%					

Gráfico - Distribuição dos níveis de classificação da escola e do total nacional



Fonte: GAVE, ME

Provas de Aferição

Esc/Agrup.: 160660 Escolas Verde Horizonte

DRE: DRELVT

4.º ANO

Matemática

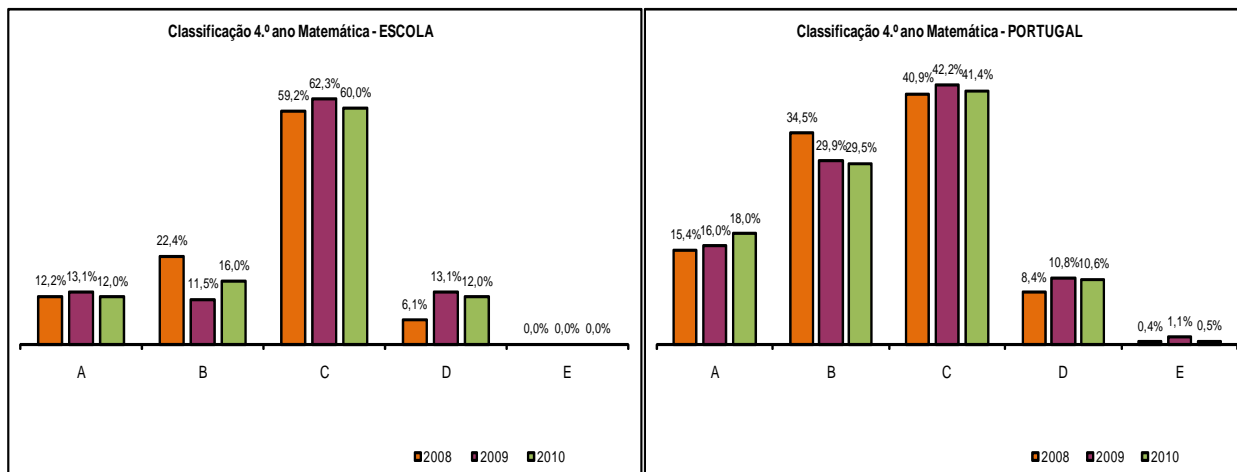
Classificações da Escola/Agrupamento

Ano	MUITO BOM (A)		BOM (B)		SATISFAZ (C)		NÃO SATISFAZ (D)		NÃO SATISFAZ (E)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2008	6	12,2%	11	22,4%	29	59,2%	3	6,1%	0	0,0%
2009	8	13,1%	7	11,5%	38	62,3%	8	13,1%	0	0,0%
2010	6	12,0%	8	16,0%	30	60,0%	6	12,0%	0	0,0%

Classificações Nacionais das Provas (inclui Escolas Públicas e Escolas Privadas)

Ano	MUITO BOM (A)	BOM (B)	SATISFAZ (C)	NÃO SATISFAZ (D)	NÃO SATISFAZ (E)
	%	%	%	%	%
2008	15,4%	34,5%	40,9%	8,4%	0,4%
2009	16,0%	29,9%	42,2%	10,8%	1,1%
2010	18,0%	29,5%	41,4%	10,6%	0,5%

Gráfico - Distribuição dos níveis de classificação da escola e do total nacional



Fonte: GAVE, ME

Provas de Aferição

Esc/Agrup.: 160660 Escolas Verde Horizonte

DRE: DRELVT

6.º ANO

Língua Portuguesa

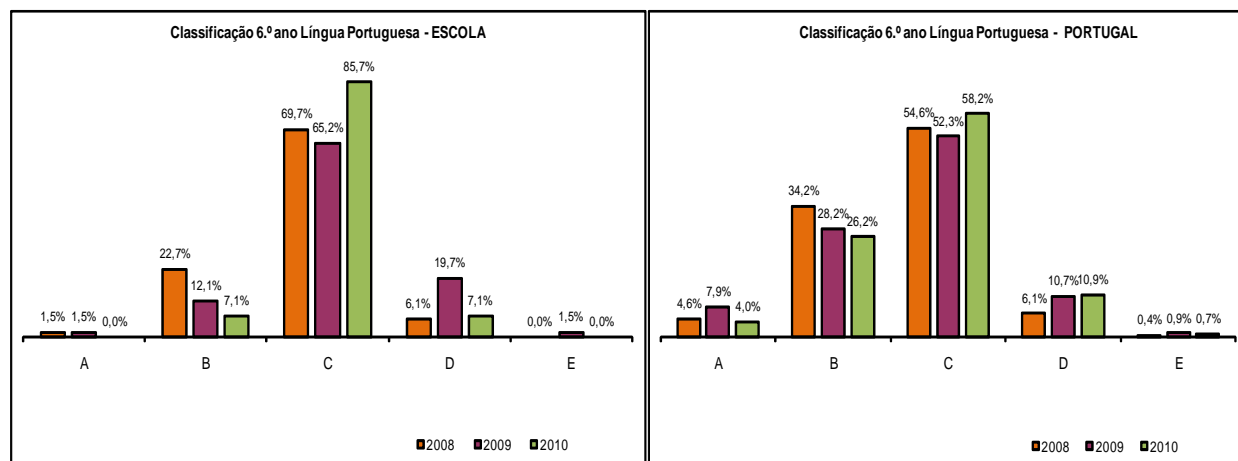
Classificações da Escola/Agrupamento

Ano	MUITO BOM (A)		BOM (B)		SATISFAZ (C)		NAO SATISFAZ (D)		NAO SATISFAZ (E)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2008	1	1,5%	15	22,7%	46	69,7%	4	6,1%	0	0,0%
2009	1	1,5%	8	12,1%	43	65,2%	13	19,7%	1	1,5%
2010	0	0,0%	4	7,1%	48	85,7%	4	7,1%	0	0,0%

Classificações Nacionais das Provas (inclui Escolas Públicas e Escolas Privadas)

Ano	MUITO BOM (A)		BOM (B)		SATISFAZ (C)		NAO SATISFAZ (D)		NAO SATISFAZ (E)	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
2008	4,6%	34,2%	54,6%	6,1%	0,4%					
2009	7,9%	28,2%	52,3%	10,7%	0,9%					
2010	4,0%	26,2%	58,2%	10,9%	0,7%					

Gráfico - Distribuição dos níveis de classificação da escola e do total nacional





Provas de Aferição

Esc/Agrup.: 160660 Escolas Verde Horizonte

DRE: DRELVT

6.º ANO

Matemática

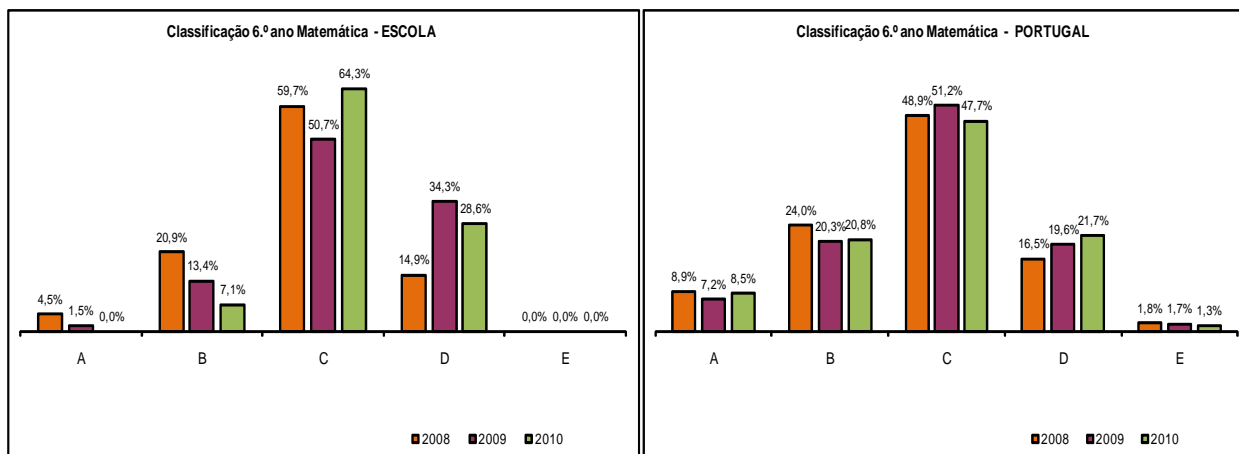
Classificações da Escola/Agrupamento

Ano	MUITO BOM (A)		BOM (B)		SATISFAZ (C)		NÃO SATISFAZ (D)		NÃO SATISFAZ (E)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2008	3	4,5%	14	20,9%	40	59,7%	10	14,9%	0	0,0%
2009	1	1,5%	9	13,4%	34	50,7%	23	34,3%	0	0,0%
2010	0	0,0%	4	7,1%	36	64,3%	16	28,6%	0	0,0%

Classificações Nacionais das Provas (inclui Escolas Públicas e Escolas Privadas)

Ano	MUITO BOM (A)		BOM (B)		SATISFAZ (C)		NÃO SATISFAZ (D)		NÃO SATISFAZ (E)	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
2008	8,9%	24,0%	48,9%	16,5%	1,8%					
2009	7,2%	20,3%	51,2%	19,6%	1,7%					
2010	8,5%	20,8%	47,7%	21,7%	1,3%					

Gráfico - Distribuição dos níveis de classificação da escola e do total nacional



Fonte: GAVE ME



Exames do 9.º ano - Língua Portuguesa

Escola: 160660 Escolas Verde Horizonte
DRE: DRELVT

Valores da escola *

Médias

	Interna	Exame
2008	3,0	3,3
2009	2,9	2,8
2010	2,7	2,8

Classificações

	Nível 1		Nível 2		Nível 3		Nível 4		Nível 5	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2008	0	0,0%	4	10,5%	21	55,3%	10	26,3%	3	7,9%
2009	1	1,6%	23	35,9%	29	45,3%	11	17,2%	0	0,0%
2010	0	0,0%	13	28,9%	30	66,7%	2	4,4%	0	0,0%

Valores nacionais *

Média

	Exame
2008	3,3
2009	3,0
2010	3,0

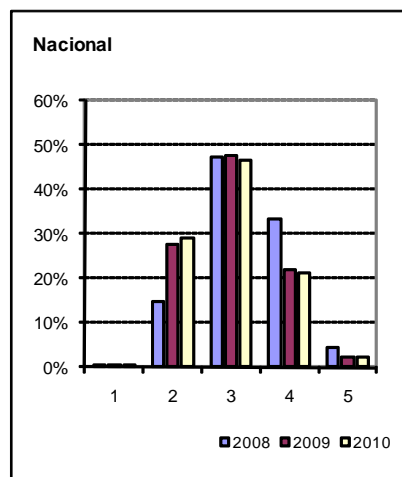
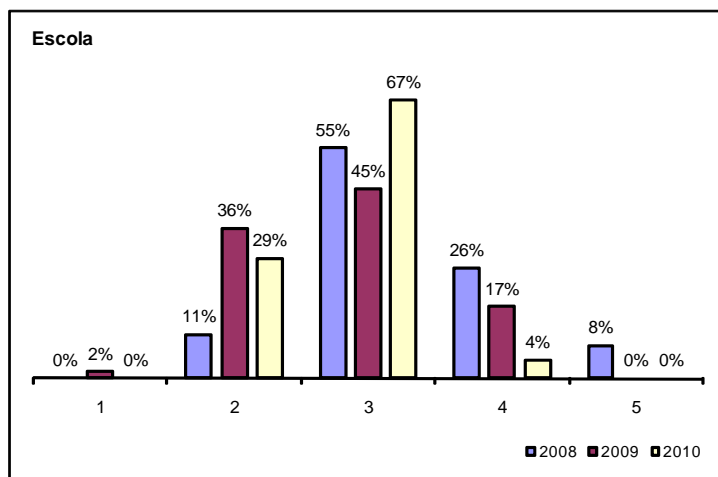
Classificações

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
2008	0,2%	14,9%	47,3%	33,3%	4,3%
2009	0,5%	27,7%	47,8%	21,8%	2,2%
2010	0,6%	29,2%	46,6%	21,2%	2,4%

* Nota: exame 22, alunos internos, 1.º chamada.

Fonte: DGIDC/ Exames Nacionais

Gráficos - Classificações de exame em Língua Portuguesa





Exames do 9.º ano - Matemática

Escola: 160660 Escolas Verde Horizonte
DRE: DRELVT

Valores da escola

Médias

	Interna	Exame
2008	2,9	2,6
2009	3,1	2,7
2010	2,9	2,4

Classificações

	Nível 1		Nível 2		Nível 3		Nível 4		Nível 5	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2008	1	2,6%	21	53,8%	11	28,2%	5	12,8%	1	2,6%
2009	2	3,1%	25	38,5%	26	40,0%	12	18,5%	0	0,0%
2010	5	11,1%	22	48,9%	13	28,9%	5	11,1%	0	0,0%

Valores nacionais *

Média

	Exame
2008	2,9
2009	3,0
2010	2,8

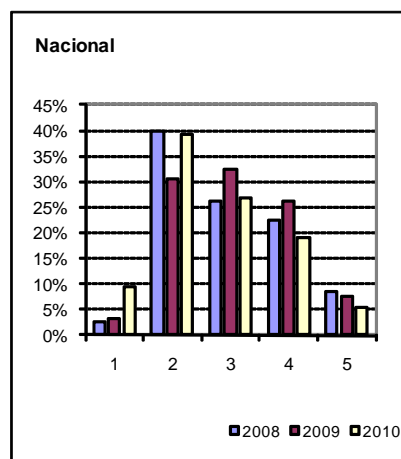
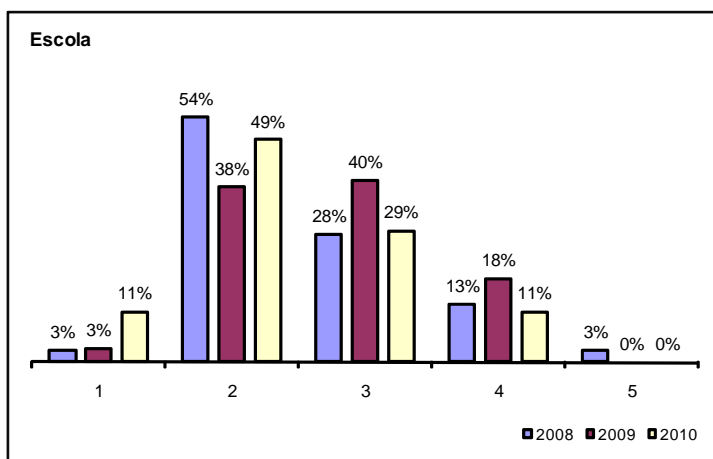
Classificações

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
2008	2,8%	39,9%	26,3%	22,4%	8,7%
2009	3,4%	30,7%	32,3%	26,1%	7,5%
2010	9,5%	39,2%	26,9%	19,0%	5,4%

* Nota: exame 23, alunos internos, 1º chamada.

Fonte: DGIDC/ Exames Nacionais

Gráficos - Classificações de exame em Matemática



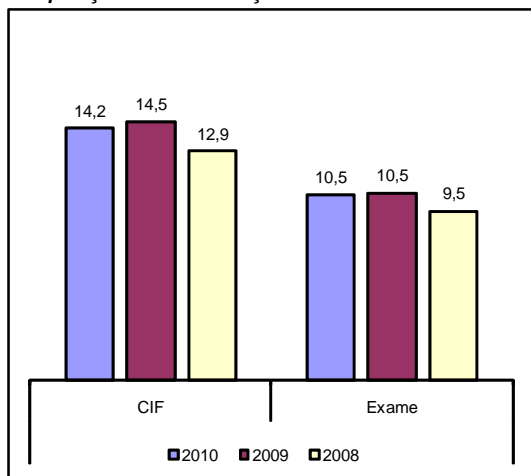
Exames do 12.º ano

Escola: 160660 Escolas Verde Horizonte
DRE: DRELVT

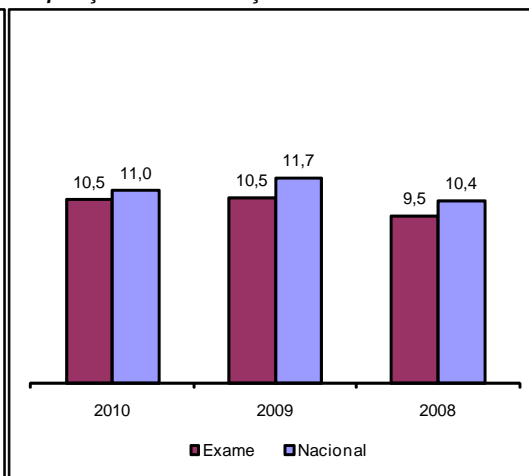
Classificações em Português 1.ª fase

		2010	2009	2008
Português	CIF	14,2	14,5	12,9
	Exame	10,5	10,5	9,5
	Nacional	11,0	11,7	10,4
N.º de provas realizadas		18	26	16

Comparação das classificações interna e de exame



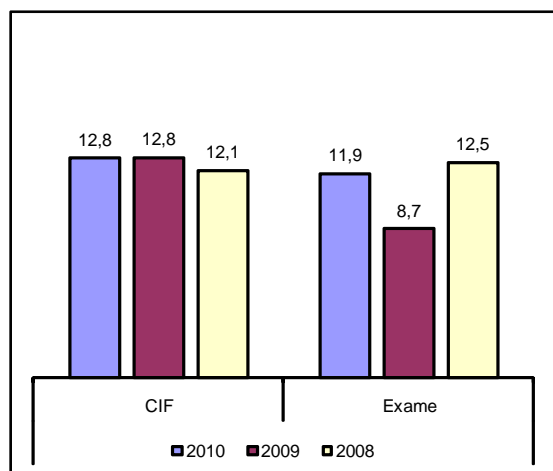
Comparação das classificações de exame na escola e nacional



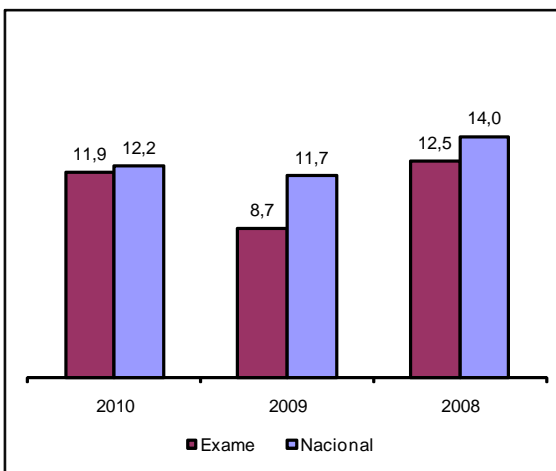
Classificações em Matemática 1.ª fase

		2010	2009	2008
Matemática	CIF	12,8	12,8	12,1
	Exame	11,9	8,7	12,5
	Nacional	12,2	11,7	14,0
N.º de provas realizadas		21	23	13

Comparação das classificações interna e de exame



Comparação das classificações de exame na escola e Nacional

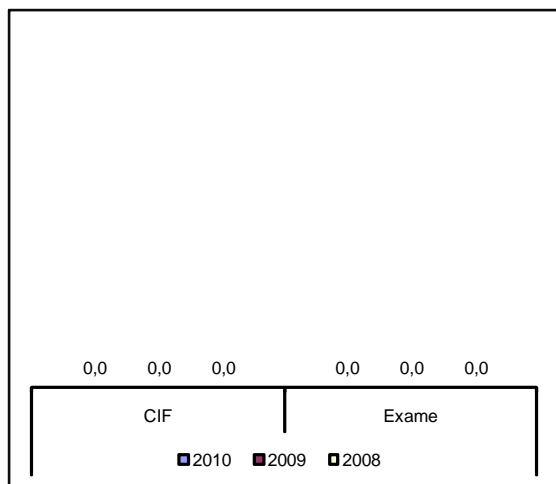


Classificações em História

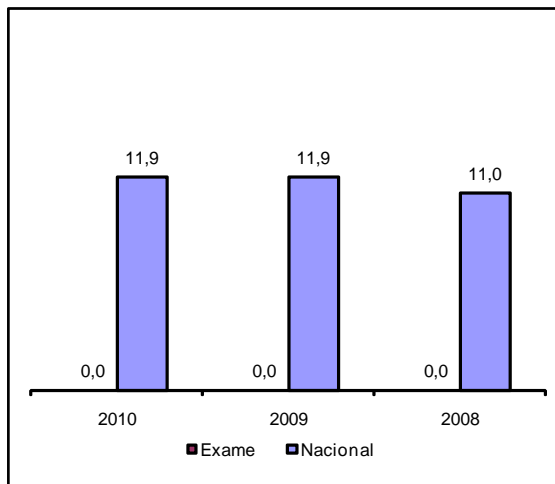
1.ª fase

		2010	2009	2008
História	CIF	0,0	0,0	0,0
	Exame	0,0	0,0	0,0
	Nacional	11,9	11,9	11,0
N.º de provas realizadas		0	0	0

Comparação das classificações interna e de exame



Comparação das classificações de exame na escola e Nacional

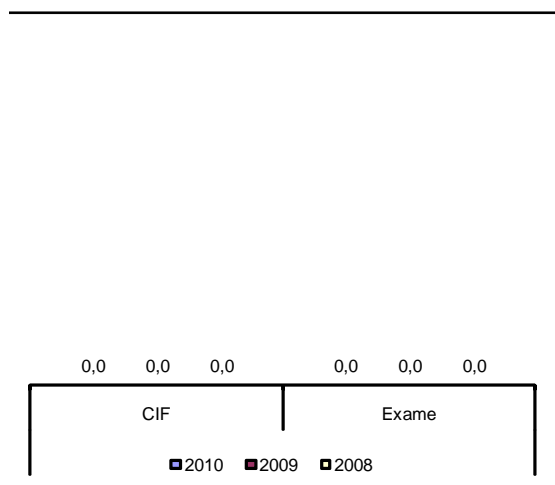


Classificações em Desenho A

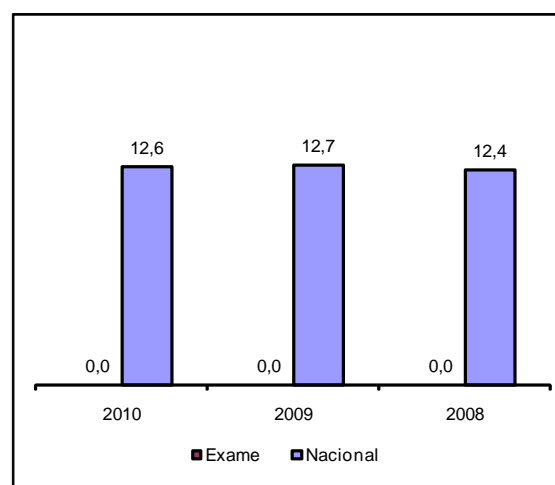
1º fase

		2010	2009	2008
Desenho A	CIF	0,0	0,0	0,0
	Exame	0,0	0,0	0,0
	Nacional	12,6	12,7	12,4
N.º de provas realizadas		0	0	0

Comparação das classificações interna e de exame



Comparação das classificações de exame na escola e Nacional



Nota:

Foram seleccionadas as seguintes disciplinas trienais dos cursos científico-humanísticos:

Português - Provas dos alunos internos excluindo alunos para melhoria, 1.ª fase - 639

Matemática - Provas dos alunos internos excluindo alunos para melhoria, 1.ª fase - 635

História - Provas dos alunos internos excluindo alunos para melhoria, 1.ª fase - 623

Desenho A - Provas dos alunos internos excluindo alunos para melhoria, 1.ª Fase - 706

Fonte: JNE/ Exames Nacionais

Anexo 4.2 – Dados fornecidos pela MISI ao GT

Indicadores do 4.º ano de escolaridade

Variáveis explicativas	Variáveis explicadas
Número médio de alunos por turma no 4.º ano	% de alunos que conclui o 4.º ano (taxa de conclusão)
Idade média dos alunos no 4.º ano	% alunos com classificação A na prova de aferição de Português do 4.º ano
% de alunos do sexo F no 4.º ano	% alunos com classificação B na prova de aferição de Português do 4.º ano
% de alunos sem ASE no 4.º ano	% alunos com classificação C na prova de aferição de Português do 4.º ano
% de alunos Portugueses no Básico	% alunos com classificação D na prova de aferição de Português do 4.º ano
% de pais com profissões de nível superior e intermédio no Básico (códigos de 0 a 3)	% alunos com classificação E na prova de aferição de Português do 4.º ano
% de pais com ensino superior no Básico (pós-graduação, bacharelato, mestrado, doutoramento)	% alunos com classificação A na prova de aferição de Matemática do 4.º ano
% de pais com secundário ou mais no Básico (secundário, pós-graduação, bacharelato, mestrado, doutoramento)	% alunos com classificação B na prova de aferição de Matemática do 4.º ano
% de alunos com computador e Internet no Básico	% alunos com classificação C na prova de aferição de Matemática do 4.º ano
% de professores dos Quadros (Q Agrupamento + Q Escola + QZP)	% alunos com classificação D na prova de aferição de Matemática do 4.º ano
Nr de alunos da escola/agrupamento por funcionário não docente	% alunos com classificação E na prova de aferição de Matemática do 4.º ano
Absentismo médio do pessoal docente	
Absentismo médio do pessoal não docente	



Indicadores do 6.º ano de escolaridade

Variáveis explicativas	Variáveis explicadas
Número médio de alunos por turma no 6.º ano	% de alunos que conclui o 6.º ano (taxa de conclusão)
Idade média dos alunos no 6.º ano	% alunos com classificação A na prova de aferição de Português do 6.º ano
% de alunos do sexo F no 6.º ano	% alunos com classificação B na prova de aferição de Português do 6.º ano
% de alunos sem ASE no 6.º ano	% alunos com classificação C na prova de aferição de Português do 6.º ano
% de alunos Portugueses no Básico	% alunos com classificação D na prova de aferição de Português do 6.º ano
% de pais com profissões de nível superior e intermédio no Básico (códigos de 0 a 3)	% alunos com classificação E na prova de aferição de Português do 6.º ano
% de pais com ensino superior no Básico (pós-graduação, bacharelato, mestrado, doutoramento)	% alunos com classificação A na prova de aferição de Matemática do 6.º ano
% de pais com secundário ou mais no Básico (secundário, pós-graduação, bacharelato, mestrado, doutoramento)	% alunos com classificação B na prova de aferição de Matemática do 6.º ano
% de alunos com computador e Internet no Básico	% alunos com classificação C na prova de aferição de Matemática do 6.º ano
% de professores dos Quadros (Q Agrupamento + Q Escola + QZP)	% alunos com classificação D na prova de aferição de Matemática do 6.º ano
Nr de alunos da escola/agrupamento por funcionário não docente	% alunos com classificação E na prova de aferição de Matemática do 6.º ano
Absentismo médio do pessoal docente	
Absentismo médio do pessoal não docente	



Indicadores do 9.º ano de escolaridade

Variáveis explicativas	Variáveis explicadas
Número médio de alunos por turma no 9.º ano	% de alunos que conclui o 9.º ano (taxa de conclusão)
Idade média dos alunos no 9.º ano	Média interna a Português no 9.º ano
% de alunos do sexo F no 9.º ano	Média interna a Matemática no 9.º ano
% de alunos sem ASE no 9.º ano	% alunos com classificação 1 no exame de Português do 9.º ano
% de alunos Portugueses no Básico	% alunos com classificação 2 no exame de Português do 9.º ano
% de pais com profissões de nível superior e intermédio no Básico (códigos de 0 a 3)	% alunos com classificação 3 no exame de Português do 9.º ano
% de pais com ensino superior no Básico (pós-graduação, bacharelato, mestrado, doutoramento)	% alunos com classificação 4 no exame de Português do 9.º ano
% de pais com secundário ou mais no Básico (secundário, pós-graduação, bacharelato, mestrado, doutoramento)	% alunos com classificação 5 no exame de Português do 9.º ano
% de alunos com computador e Internet no Básico	% alunos com classificação 1 no exame de Matemática do 9.º ano
% de professores dos Quadros (Q Agrupamento + Q Escola + QZP)	% alunos com classificação 2 no exame de Matemática do 9.º ano
Nr de alunos da escola/agrupamento por funcionário não docente	% alunos com classificação 3 no exame de Matemática do 9.º ano
Absentismo médio do pessoal docente	% alunos com classificação 4 no exame de Matemática do 9.º ano
Absentismo médio do pessoal não docente	% alunos com classificação 5 no exame de Matemática do 9.º ano



Indicadores do 12.º ano dos cursos científico-humanísticos

Variáveis explicativas	Variáveis explicadas
Número de alunos por turma no 12.º ano	Taxa de conclusão do 12.º ano
Idade média dos alunos no 12.º ano	Taxa de abandono no 12.º ano
% de alunos do sexo F no 12.º ano	Taxa de anulação de matrícula no 12.º ano
% de alunos sem ASE no 12.º ano	Taxa de exclusão/ retido por faltas no 12.º ano
% de alunos Portugueses no Secundário	Média a Português no exame nacional do 12.º ano
% de pais com profissões de nível superior e intermédio no Secundário (códigos de 0 a 3)	Média a Matemática no exame nacional do 12.º ano
% de pais com ensino superior no Secundário (pós-graduação, bacharelato, mestrado, doutoramento)	Média a História no exame nacional do 12.º ano
% de pais com secundário ou mais no Secundário (secundário, pós-graduação, bacharelato, mestrado, doutoramento)	Média a Desenho A no exame nacional do 12.º ano
% de alunos com computador e Internet no Secundário	Média interna (CIF) a Português no 12.º ano
% de professores dos Quadros (Q Agrupamento + Q Escola + QZP)	Média interna (CIF) a Matemática no 12.º ano
Nr de alunos por funcionário não docente	Média interna (CIF) a História no 12.º ano
Absentismo médio do pessoal docente	Média interna (CIF) a Desenho A no 12.º ano
Absentismo médio do pessoal não docente	

Tabela 1: Taxas de conclusão do 4.º ano e percentagem de positivas nas provas de aferição de Língua Portuguesa e Matemática (4.º ano) – Informação sobre as escolas analisadas (N = 798)

	Média	(± Desvio padrão)
% Taxa de conclusão	.9576	.0380
% Positivas na prova de aferição de Língua Portuguesa	.9010	.0675
% Positivas na prova de aferição de Matemática	.8708	.0873
% Mulheres	.4739	.0621
Idade	9.2750	.1674
% Estudantes com nacionalidade portuguesa	.9553	.0539
% Estudantes sem ASE	.5962	.2197
% Pais com pelo menos o ensino secundário	.2424	.1173
% Pais com ensino superior	.0951	.0676
% Pais com emprego de colarinho-branco	.1686	.0862
Número de alunos por turma	19.8011	2.9327
% Docentes pertencentes aos quadros	.7284	.1065

1.1 Variável dependente – Percentagem de positivas na prova de aferição de Português – 4.º Ano

	Análise univariável					Análise Multivariável (R2 Ajustado= 0.278)				
	R2	Coefficientes	CI 95%	P		Coefficientes	CI 95%	Coefficientes Normalizados	P	
Idade Média	0.1772	-0.170	-0.195	-0.144	<0.001	-0.105	-0.134	-0.076	-0.260	<0.001
% Mulheres	0.0000	0.001	-0.075	0.077	0.980					
% Estudantes portugueses	0.0950	0.386	0.303	0.469	<0.001	0.138	0.051	0.225	0.110	0.002
% Estudantes sem ASE	0.0740	0.084	0.063	0.104	<0.001	0.034	0.014	0.053	0.110	0.001
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.0331	0.105	0.065	0.144	<0.001					
% Pais com ensino superior	0.0536	0.231	0.164	0.299	<0.001					
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.0682	0.205	0.152	0.257	<0.001	0.117	0.067	0.168	0.150	<0.001
Número de alunos por turma	0.0013	0.001	-0.001	0.002	0.318					
% Docentes pertencentes aos quadros	0.1447	0.241	0.201	0.282	<0.001	0.117	0.075	0.160	0.185	<0.001
Constante						1.617	1.299	1.934		<0.001

Para o modelo final foram utilizadas 798 observações

$$LP_Positivas = 1.617 - 0.105 * Idade + 0.138 * AlunosPortugueses + 0.0034 * AlunosSemASE + 0.117 * ColarinhoBranco + 0.117 * DocentesQuadros$$

¹⁴ O GT agradece a preciosa colaboração dos seguintes investigadores do CIPES: Margarida F. Cardoso, Maria J. Rosa e Ricardo Biscaia no tratamento e análise dos dados.

1.2 Variável dependente – Percentagem de positivas na prova de aferição de Matemática – 4.º ano

	Análise univariável					Análise Multivariável (R2 Ajustado= 0.330)				
	R2	Coefficientes	CI 95%		P	Coefficientes	CI 95%	Coefficients Normalizados		P
Idade Média	0.235	-0.253	-0.284	-0.221	<0.001	-0.165	-0.201	-0.129	-0.316	<0.001
% Mulheres	0.0001	0.012	-0.086	0.110	0.804					
% Estudantes portugueses	0.134	0.592	0.488	0.697	<0.001	0.250	0.142	0.359	0.155	<0.001
% Estudantes sem ASE	0.083	0.114	0.088	0.141	<0.001	0.046	0.022	0.071	0.117	<0.001
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.027	0.121	0.070	0.172	<0.001					
% Pais com ensino superior	0.059	0.313	0.226	0.400	<0.001					
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.068	0.265	0.197	0.333	<0.001	0.159	0.096	0.222	0.157	<0.001
Número de alunos por turma	0.001	-0.0010	-0.003	0.0010	0.320					
% Docentes pertencentes aos quadros	0.136	0.302	0.249	0.355	<0.001	0.112	0.058	0.165	0.136	<0.001
Constante						2.025	1.629	2.420		<0.001

Para o modelo final foram utilizadas 798 observações

$$\text{MAT_Positivas} = 2.025 - 0.165 * \text{Idade} + 0.046 * \text{AlunosSemASE} + 0.250 * \text{AlunosPortugueses} + 0.159 * \text{ColarinhoBranco} + 0.112 * \text{DocentesQuadros}$$

1.3 Variável dependente – Taxa de conclusão no 4.º ano

	Análise univariável					Análise Multivariável (R2 Ajustado= 0.353)				
	R2	Coefficientes	CI 95%		P	Coefficientes	CI 95%	Coefficients Normalizados		P
Idade Média	0.3587	-0.136	-0.149	-0.123	<0.001	-0.136	-0.149	-0.124	-0.595	<0.001
% Mulheres	0.0000	0.002	-0.041	0.045	0.929					
% Estudantes portugueses	0.0825	0.202	0.155	0.249	<0.001					
% Estudantes sem ASE	0.0295	0.030	0.018	0.042	<0.001					
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.0014	0.012	-0.010	0.035	0.291					
% Pais com ensino superior	0.0084	0.052	0.013	0.090	0.010					
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.0099	0.044	0.013	0.074	0.005					
Número de alunos por turma	0.0057	-0.001	-0.002	-0.0001	0.032					
% Docentes pertencentes aos quadros	0.0697	0.094	0.070	0.118	<0.001					
Constante						2.222	2.103	2.341		<0.001

Para o modelo final foram utilizadas 798 observações

$$\text{TaxaConclusao_4} = 2.222 - 0.136 * \text{Idade}$$



Tabela 2: Taxas de conclusão do 6.º ano e percentagem de positivas nas provas de aferição de Língua Portuguesa e Matemática (6.o ano) – Informação sobre as escolas analisadas (N=783)

	Média	(± Desvio padrão)
% Taxa de conclusão	.9148	.0655
% Positivas na prova de aferição de Língua Portuguesa	.8660	.0816
% Positivas na prova de aferição de Matemática	.7463	.1228
% Mulheres	.4715	.0627
Idade	11.4887	.2648
% Estudantes com nacionalidade portuguesa	.9562	.0529
% Estudantes sem ASE	.4708	.1591
% Pais com pelo menos o ensino secundário	.2412	.1175
% Pais com ensino superior	.0949	.0678
% Pais com emprego de colarinho-branco	.1683	.0860
Número de alunos por turma	21.9383	3.1884
% Docentes pertencentes aos quadros	.7285	.1066

2.1 Variável dependente – Percentagem de positivas na prova de aferição de Português – 6.º ano

	Análise univariável					Análise Multivariável (R2 Ajustado= 0.384)			
	R2	Coeficientes	CI 95%	P		Coeficientes	CI 95%	Coeficientes Normalizados	P
Idade Média	0.2070	-0.140	-0.160	-0.121	<0.001	-0.064	-0.085	-0.044	<0.001
% Mulheres	0.0002	-0.018	-0.109	0.074	0.706				
% Estudantes portugueses	0.1076	0.506	0.404	0.608	<0.001	0.302	0.198	0.405	<0.001
% Estudantes sem ASE	0.1457	0.196	0.163	0.229	<0.001	0.097	0.059	0.134	<0.001
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.1233	0.244	0.198	0.290	<0.001				
% Pais com ensino superior	0.1481	0.463	0.385	0.541	<0.001				
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.1754	0.398	0.337	0.458	<0.001	0.195	0.126	0.264	<0.001
Número de alunos por turma	0.0197	0.004	0.002	0.005	<0.001				
% Docentes pertencentes aos quadros	0.1779	0.323	0.274	0.372	<0.001	0.129	0.081	0.178	<0.001
Constante						1.145	0.840	1.450	<0.001

Para o modelo final foram utilizadas 783 observações

$$LP_Positivas_6^{\circ}ano = 1.145 - 0.064 * Idade + 0.302 * AlunosPortugueses + 0.097 * AlunosSemASE + 0.195 * ColarinhoBranco + 0.129 * DocentesQuadros$$

2.2 Variável dependente – Percentagem de positivas na prova de aferição de Matemática – 6.º ano

	Análise univariável					Análise Multivariável (R2 Ajustado= 0.425)				
	R2	Coeficientes	CI 95%		P	Coeficientes	CI 95%	Coeficientes Normalizados	P	
Idade Média	0.3408	-0.271	-0.297	-0.244	<0.001	-0.190	-0.220	-0.160	-0.041	<0.001
% Mulheres	0.0026	0.099	-0.038	0.236	0.158					
% Estudantes portugueses	0.1527	0.907	0.757	1.057	<0.001	0.401	0.253	0.549	0.173	<0.001
% Estudantes sem ASE	0.0736	0.209	0.157	0.262	<0.001					
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.0661	0.269	0.198	0.340	<0.001					
% Pais com ensino superior	0.1245	0.639	0.520	0.758	<0.001					
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.1362	0.527	0.434	0.620	<0.001	0.359	0.276	0.441	0.251	<0.001
Número de alunos por turma	0.0016	0.002	-0.001	0.004	0.268					
% Docentes pertencentes aos quadros	0.1336	0.421	0.346	0.497	<0.001	0.091	0.021	0.161	0.079	0.011
Constante						2.417	1.980	2.853		<0.001

Para o modelo final foram utilizadas 783 observações

$$\text{MAT_Positivas_6ºano} = 2.417 - 0.190 * \text{Idade} + 0.401 * \text{AlunosPortugueses} + 0.359 * \text{ColarinhoBranco} + 0.091 * \text{DocentesQuadros}$$

2.3 Variável dependente – Taxa de conclusão no 6.º ano

	Análise univariável					Análise Multivariável (R2 Ajustado= 0.470)				
	R2	Coeficientes	CI 95%		P	Coeficientes	CI 95%	Coeficientes Normalizados	P	
Idade Média	0.4550	-0.167	-0.180	-0.154	<0.001	-0.160	-0.175	-0.145	-0.647	<0.001
% Mulheres	0.0031	0.058	-0.015	0.132	0.118					
% Estudantes portugueses	0.1611	0.496	0.417	0.576	<0.001	0.091	0.018	0.165	0.074	0.015
% Estudantes sem ASE	0.0030	0.023	-0.006	0.051	0.126					
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.0002	0.008	-0.031	0.047	0.688					
% Pais com ensino superior	0.0096	0.094	0.027	0.162	0.006					
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.0121	0.084	0.031	0.137	0.002					
Número de alunos por turma	0.0039	-0.001	-0.003	0.0001	0.080	-0.002	-0.003	-0.001	-0.104	<0.001
% Docentes pertencentes aos quadros	0.0710	0.164	0.122	0.205	<0.001					
Constante						2.711	2.493	2.929		<0.001

Para o modelo final foram utilizadas 798 observações

$$\text{TaxaConclusao_6ºano} = 2.711 - 0.160 * \text{Idade} + 0.091 * \text{AlunosPortugueses} - 0.002 * \text{AlunosPorTurma}$$

Tabela 3: Taxas de conclusão do 9.º ano e percentagem de aprovações nos exames nacionais de Língua Portuguesa e Matemática (9.o ano) – Informação sobre as escolas analisadas (N=978)

	Média	(± Desvio padrão)
% Taxa de conclusão	.8737	.0755
% Aprovações no exame nacional de Língua Portuguesa (N=972)	.6949	.1442
% Aprovações no exame nacional de Matemática (N=972)	.4968	.1692
% Mulheres	.5162	.0700
Idade	14.5076	.2785
% Estudantes com nacionalidade portuguesa	.9532	.0585
% Estudantes sem ASE	.5617	.1794
% Pais com pelo menos o ensino secundário	.2469	.1274
% Pais com ensino superior	.1012	.0796
% Pais com emprego de colarinho-branco	.1759	.0990
Número de alunos por turma	22.1942	3.5808
% Docentes pertencentes aos quadros	.7324	.1046

3.1 Variável dependente – Percentagem de aprovações no exame nacional de Português – 9.º ano

	Análise univariável					Análise Multivariável (R2 Ajustado= 0.281)				
	R2	Coefficientes	CI 95%		P	Coefficientes	CI 95%		Coefficientes Normalizados	P
Idade Média	0.1469	-0.199	-0.229	-0.168	<0.001	-0.116	-0.151	-0.082	-0.225	<0.001
% Mulheres	0.0006	-0.051	-0.180	0.079	0.445					
% Estudantes portugueses	0.0505	0.554	0.403	0.706	<0.001	0.234	0.070	0.398	0.095	0.005
% Estudantes sem ASE	0.1476	0.309	0.262	0.356	<0.001	0.194	0.139	0.249	0.241	<0.001
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.1050	0.366	0.299	0.434	<0.001					
% Pais com ensino superior	0.1379	0.672	0.566	0.778	<0.001	0.252	0.130	0.374	0.139	<0.001
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.1417	0.548	0.463	0.633	<0.001					
Número de alunos por turma	0.0117	0.004	0.002	0.007	0.001					
% Docentes pertencentes aos quadros	0.0871	0.407	0.324	0.490	<0.001	0.154	0.074	0.235	0.112	<0.001
Constante						1.912	1.305	2.520		<0.001

Das 978 observações:

- 6 observações na taxa de aprovação a português estão em falta

Assim, o modelo final tem 972 observações

$$LP_Positivas_9 = 1.912 - 0.116 * Idade + 0.234 * AlunosPortugueses + 0.194 * AlunosSemASE + 0.252 * PaisSuperior + 0.154 * DocentesQuadros$$

3.2 Variável dependente – Percentagem de aprovações no exame nacional de Matemática – 9.º ano

	Análise univariável					Análise Multivariável (R2 Ajustado=0.380)				
	R2	Coeficientes	CI 95%		P	Coeficientes	CI 95%	Coeficientes Normalizados		P
Idade Média	0.2660	-0.313	-0.346	-0.281	<0.001	-0.233	-0.270	-0.195	-0.383	<0.001
% Mulheres	0.0010	-0.075	-0.227	0.077	0.335					
% Estudantes portugueses	0.0957	0.895	0.722	1.068	<0.001	0.232	0.051	0.412	0.080	0.012
% Estudantes sem ASE	0.1049	0.306	0.249	0.362	<0.001	0.123	0.062	0.183	0.130	<0.001
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.1117	0.443	0.364	0.522	<0.001					
% Pais com ensino superior	0.1720	0.880	0.759	1.002	<0.001	0.521	0.388	0.654	0.245	<0.001
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.1674	0.699	0.600	0.797	<0.001					
Número de alunos por turma	0.0000	-0.0001	-0.003	0.003	0.943	-0.005	-0.008	-0.003	-0.111	<0.001
% Docentes pertencentes aos quadros	0.0772	.4493	.351	.547	<0.001	0.100	0.012	0.188	0.062	0.026
Constante						3.571	2.897	4.244		<0.001

Das 978 observações:

- 6 observações na taxa de aprovação a matemática estão em falta

Assim, o modelo final tem 972 observações

$$\text{MAT_Positivas_9} = 3.571 - 0.233 * \text{Idade} + 0.123 * \text{AlunosSemASE} + 0.232 * \text{AlunosPortugueses} + 0.521 * \text{PaisSuperior} - 0.005 * \text{AlunosPorTurma} + 0.100 * \text{DocentesQuadros}$$

3.3 Variável dependente – Taxa de conclusão no 9.º ano

	Análise univariável					Análise Multivariável (R2 Ajustado=0.323)				
	R2	Coeficientes	CI 95%		P	Coeficientes	CI 95%	Coeficientes Normalizados		P
Idade Média	0.2892	-0.146	-0.160	-0.131	<0.001	-0.146	-0.161	-0.132	-0.540	<0.001
% Mulheres	0.0002	0.016	-0.051	0.084	0.638					
% Estudantes portugueses	0.1107	0.429	0.353	0.506	<0.001					
% Estudantes sem ASE	0.0000	-0.003	-0.029	0.024	0.852	-0.075	-0.102	-0.047	-0.178	<0.001
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.0142	0.071	0.034	0.108	<0.001					
% Pais com ensino superior	0.0297	0.164	0.105	0.222	<0.001	0.153	0.092	0.214	0.162	<0.001
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.0325	0.138	0.090	0.185	<0.001					
Número de alunos por turma	0.0044	-0.001	-0.003	-0.0001	0.039	-0.002	-0.003	-0.001	-0.092	0.001
% Docentes pertencentes aos quadros	0.0078	0.064	0.019	0.109	0.006					
Constante						3.067	2.853	3.281		<0.001

Para o modelo final foram utilizadas 978 observações

$$\text{TaxaConclusao_9} = 3.067 - 0.146 * \text{Idade} - 0.075 * \text{AlunosSemASE} + 0.153 * \text{PaisSuperior} - 0.002 * \text{AlunosPorTurma}$$



Tabela 4: Taxas de conclusão do 12.º ano e notas nos exames nacionais de Língua Portuguesa e Matemática (12.º ano) – Informação sobre as escolas analisadas (N=439)

	Média	(± Desvio padrão)
% Taxa de conclusão	.6776	.1264
Média no exame de LP (N=435)	12.5957	.6792
Média no exame de Matemática (N=434)	12.4867	1.0234
% Mulheres	.5656	.0830
Idade	17.5847	.2682
% Estudantes sem ASE	.7234	.1516
% Pais com pelo menos o ensino secundário	.2315	.1207
% Pais com ensino superior	.0959	.0780
% Pais com emprego de colarinho-branco	.1957	.1004
Número de alunos por turma	22.5153	4.8215
% Docentes pertencentes aos quadros	.7459	.0925

4.1 Variável dependente – Média no exame nacional de Português – 12.º ano

	Análise univariável					Análise Multivariável (R2 Ajustado= 0.235)				
	R2	Coeficientes	CI 95%		P	Coeficientes	CI 95%	Coeficientes Normalizados	P	
Idade Média	0.2017	-1.199	-1.425	-0.974	<0.001	-1.122	-1.345	-0.899	-0.420	<0.001
% Mulheres	0.0013	-0.310	-1.118	0.499	0.452					
% Estudantes sem ASE	0.0036	0.271	-0.156	0.699	0.213					
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.0325	1.017	0.493	1.540	<0.001					
% Pais com ensino superior	0.0664	2.251	1.454	3.048	<0.001	1.704	0.976	2.433	0.195	<0.001
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.0546	1.587	0.964	2.211	<0.001					
Número de alunos por turma	0.0029	-0.008	-0.021	0.006	0.259					
% Docentes pertencentes ao quadro da escola	0.0063	0.587	-0.111	1.285	0.099					
Constante						32.153	28.225	36.081		<0.001

Das 439 observações:

- 4 observações na nota de exame a português estão em falta

Assim, o modelo final tem 435 observações

MedialP_12 = 32.153 – 1.122 * Idade + 1.704 * PaisSuperior

4.2 Variável dependente – Média no exame nacional de Matemática – 12º ano

	Análise univariável					Análise Multivariável (R2 Ajustado= 0.255)				
	R2	Coeficientes	CI 95%		P	Coeficientes	CI 95%		Coeficientes Normalizados	P
Idade Média	0.1158	-1.368	-1.725	-1.010	<0.001	-1.138	-1.469	-0.806	-0.283	<0.001
% Mulheres	0.0033	-0.758	-1.996	0.481	0.230					
% Estudantes sem ASE	0.0353	1.283	0.649	1.918	<0.001					
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.0953	2.619	1.856	3.382	<0.001					
% Pais com ensino superior	0.1797	5.580	4.453	6.708	<0.001	5.021	3.936	6.107	0.381	<0.001
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.1268	3.640	2.737	4.544	<0.001					
Número de alunos por turma	0.0016	0.009	-0.012	0.029	0.406					
% Docentes pertencentes aos quadros	0.0418	2.282	1.249	3.314	<0.001					
Constante						32.003	26.157	37.850		<0.001

Das 439 observações:

- 5 observações na nota do exame a matemática estão em falta

Assim, o modelo final tem 434 observações

$$\text{MediaMAT}_{12} = 32.003 - 1.138 * \text{Idade} + 5.021 * \text{PaisSuperior}$$

4.3 Variável dependente – Taxa de conclusão no 12.º ano

	Análise Univariável					Análise multivariável (R2-Ajustado = 0.238)				
	R2	Coeficientes	CI 95%		P	Coeficientes	CI 95%		Coeficientes Normalizados	P
Idade Média	0.2130	-0.217	-0.257	-0.178	<0.001	-0.194	-0.234	-0.154	-0.413	<0.001
% Mulheres	0.0085	0.140	-0.002	0.283	0.054					
% Estudantes sem ASE	0.0098	-0.083	-0.161	-0.005	0.038	-0.142	-0.224	-0.060	-0.171	0.001
% Pais com pelo menos ensino secundário	0.0102	0.106	0.008	0.204	0.034					
% Pais com ensino superior	0.0250	0.256	0.106	0.407	0.001	0.252	0.090	0.413	0.155	0.002
% Pais com empregos de colarinho-branco	0.0210	0.182	0.065	0.299	0.002					
Número de alunos por turma	0.0017	-0.001	-0.004	0.001	0.384					
% Docentes pertencentes aos quadros da escola	0.0207	0.197	0.069	0.324	0.003	0.122	0.003	0.241	0.089	0.044
Constante						4.084	3.371	4.797		<0.001

Para o modelo final foram utilizadas 439 observações

$$\text{TaxaConclusao}_{12} = 4.084 - 0.194 * \text{Idade} - 0.142 * \text{AlunosSemASE} + 0.252 * \text{PaisSuperior} + 0.122 * \text{DocentesQuadros}$$



ANEXO 5 – AGENDAS DAS VISITAS ÀS ESCOLAS

AGRUPAMENTO (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO)

HORAS		1.º DIA
8:45		CHEGADA À ESCOLA-SEDE
9:00-10:30		SESSÃO DE APRESENTAÇÃO
11:00-12:00		ENTREVISTA COM A DIRECÇÃO
12:00-13:00		VISITA À ESCOLA-SEDE
13:00		<i>almoço</i>
14:30-15:30		ENTREVISTA COM A EQUIPA DE AUTO-AVALIAÇÃO
15:30-16:30		ENTREVISTA COM OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO E SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO
17:00-18:00		ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS PAIS DE TURMA E DE GRUPO
HORAS		2.º DIA
9:00-12:30		VISITA A JARDINS-DE-INFÂNCIA E A ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO (INCLUI ENTREVISTAS A ALUNOS DO 4.º ANO)
12:30		<i>almoço</i>
14:00-15:00		ENTREVISTA COM ALUNOS DELEGADOS DE TURMA E ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES
15:00-16:00		ENTREVISTA COM DIRECTORES DE TURMA E RESPECTIVOS COORDENADORES
16:30-18:00		ENTREVISTA COM COORDENADORES DE DEPARTAMENTO E RESPONSÁVEIS DE OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
HORAS		3.º DIA
9:00-11:00		VISITA À ESCOLA BÁSICA DOS 2.º E 3.º CICLOS
11:30-12:30		ENTREVISTA COM ASSISTENTES TÉCNICOS E OPERACIONAIS
12:30		<i>almoço</i>
14:00-15:00		ENTREVISTA COM DOCENTES
15:00-16:00		ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA AUTARQUIA
16:30-18:00		ENTREVISTA COM O CONSELHO GERAL



AGRUPAMENTO (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO)

VERSÃO B

HORAS	1.º DIA
8:45	CHEGADA À ESCOLA-SEDE
9:00-10:30	SESSÃO DE APRESENTAÇÃO
11:00-12:30	ENTREVISTA COM O CONSELHO GERAL
12:30-14:00	<i>almoço</i>
14:00-15:00	VISITA À ESCOLA-SEDE
15:00-16:00	ENTREVISTA COM A EQUIPA DE AUTO-AVALIAÇÃO
16:00-17:00	ENTREVISTA COM OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO E SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO
17:30-18:30	ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS PAIS DE TURMA E DE GRUPO
HORAS	2.º DIA
9:00-12:30	VISITA A JARDINS-DE-INFÂNCIA E A ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO (INCLUI ENTREVISTAS A ALUNOS DO 4.º ANO)
12:30	<i>almoço</i>
14:00-15:00	ENTREVISTA COM ALUNOS DELEGADOS DE TURMA E ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES
15:00-16:00	ENTREVISTA COM DIRECTORES DE TURMA E RESPECTIVOS COORDENADORES
16:30-18:00	ENTREVISTA COM COORDENADORES DE DEPARTAMENTO E RESPONSÁVEIS DE OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
HORAS	3.º DIA
9:00-11:00	VISITA À ESCOLA BÁSICA DOS 2.º E 3.º CICLOS
11:30-12:30	ENTREVISTA COM ASSISTENTES TÉCNICOS E OPERACIONAIS
12:30	<i>almoço</i>
14:00-15:00	ENTREVISTA COM DOCENTES
15:00-16:00	ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA AUTARQUIA
16:30-17:30	ENTREVISTA COM A DIRECÇÃO



AGRUPAMENTO (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO)

HORAS		1.º DIA
8:45		CHEGADA À ESCOLA-SEDE
9:00-10:30		SESSÃO DE APRESENTAÇÃO
11:00-12:00		ENTREVISTA COM A DIRECÇÃO
12:00-13:00		VISITA À ESCOLA-SEDE
13:00		<i>almoço</i>
14:30-15:30		ENTREVISTA COM A EQUIPA DE AUTO-AVALIAÇÃO
15:30-16:30		ENTREVISTA COM OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO E SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO
17:00-18:00		ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS PAIS DE TURMA E DE GRUPO
HORAS		2.º DIA
9:00-12:30		VISITA A JARDINS-DE-INFÂNCIA E A ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO (INCLUI ENTREVISTAS A ALUNOS DO 4.º ANO)
12:30		<i>almoço</i>
14:00-15:00		ENTREVISTA COM ALUNOS DELEGADOS DE TURMA E ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES
15:00-16:00		ENTREVISTA COM DIRECTORES DE TURMA E RESPECTIVOS COORDENADORES
16:30-18:00		ENTREVISTA COM COORDENADORES DE DEPARTAMENTO E RESPONSÁVEIS DE OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
HORAS		3.º DIA
9:00-10:00		ENTREVISTA COM ASSISTENTES TÉCNICOS E OPERACIONAIS
10:30-11:30		ENTREVISTA COM DOCENTES
11:30-12:30		ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA AUTARQUIA
12:30		<i>almoço</i>
14:00-15:30		ENTREVISTA COM O CONSELHO GERAL



CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS A ENTREVISTAR NO AGRUPAMENTO (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO)

DIRECÇÃO - Director, subdirector e adjuntos.

EQUIPA DE AUTO-AVALIAÇÃO - Elementos da equipa de auto-avaliação do agrupamento.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO E SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO - 1 elemento do CPCJ; Coordenador do Departamento de Expressões; 1 elemento do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO); 1 docente de apoio educativo a crianças/alunos com necessidades educativas especiais; 2 docentes de apoio a crianças/alunos com dificuldades de aprendizagem; 1 elemento quando é uma escola de referência (Educação bilingue de alunos surdos ou alunos cegos ou com baixa visão); 1 elemento quando existe uma Unidade de ensino estruturado e de apoio especializado (perturbações do espectro do autismo ou multideficiência e surdo-cegueira congénita); outros técnicos de serviço social ou de saúde que colaborem com o agrupamento.

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS PAIS DE TURMA E DE GRUPO - 2 representantes da Associação de Pais e EE; 1 representantes dos pais de grupos da Educação Pré-Escolar; 1 representantes dos pais de turmas do 4.º ano; 1 do 5.º ano; 1 do 7.º ano; 1 do 9.º, 1 do 10.º ano, 1 do 12.º ano, 1 de turmas CEF e 1 de Cursos Profissionais.

ALUNOS DO 4.º ANO - 5 alunos do 4.º ano de escolaridade de uma das EB1 visitadas pela equipa de avaliação externa.

ALUNOS DELEGADOS DE TURMA E ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES - 2 representantes da Associação de Estudantes; 1 Delegado de Turma do 5.º ano; 1 do 7.º ano; 1 do 9.º ano, 1 do 10.º ano e 2 do 12.º ano; 1 representante dos Cursos Profissionais e 1 representante de turmas CEF. (No caso de inexistência ou de não estar em actividade a Associação de Estudantes, os alunos podem ser representados por 2 elementos que estejam envolvidos na dinamização de núcleos ou clubes existentes na escola).

DIRECTORES DE TURMA E RESPECTIVOS COORDENADORES - 1 Director de Turma do 5.º ano; 1 do 6.º ano; 1 do 7.º ano; 1 do 9.º ano, 1 do 10.º ano, 1 do 12.º ano e 1 DT de 1 CEF; 2 Coordenadores de Directores de Turma (2.º/3.º/Secundário); 1 orientador educativo ou DT de 1 Curso Profissional.

ENTREVISTA COM COORDENADORES DE DEPARTAMENTO E RESPONSÁVEIS DE OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA - 1 Coordenador do Dep. de Educação Pré-Escolar, 1 Coordenador de Departamento do 1.º Ciclo; Coordenadores dos Departamentos Curriculares e de outras estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica.

ASSISTENTES TÉCNICOS E OPERACIONAIS - Chefe de Serviços de Administração Escolar ou Coordenador Técnico; 1 trabalhador com funções na área de gestão de alunos; 1 trabalhador com funções na Acção Social Escolar; 1 trabalhador com funções de coordenação dos assistentes operacionais (AO); 1 trabalhador de apoio à biblioteca; 1 trabalhador de apoio aos laboratórios; 1 trabalhador com tarefas na cozinha; 1 AO de JI, 1 de EB1 e 1 de EB2,3 ou do ensino secundário. (caso o serviço de refeições esteja concessionado, substituir por um trabalhador colocado no serviço de bufete).

DOCENTES - 1 da Educação Pré-Escolar e 2 do 1.º Ciclo (preferencialmente de JI e EB1 não visitadas pela equipa de avaliação externa) e 1 de cada Departamento Curricular. Este painel será constituído por docentes eleitos entre aqueles que tenham actividade lectiva, mas não desempenhem cargos.

REPRESENTANTES DA AUTARQUIA - Eleitos e técnicos da área da educação.

CONSELHO GERAL - Todos os elementos do órgão.



AGRUPAMENTO (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO)

HORAS	1.º DIA
8:45	CHEGADA À ESCOLA-SEDE
9:00-10:30	SESSÃO DE APRESENTAÇÃO
11:00-12:00	ENTREVISTA COM A DIRECÇÃO
12:00-13:00	VISITA À ESCOLA-SEDE
13:00	<i>almoço</i>
14:30-15:30	ENTREVISTA COM A EQUIPA DE AUTO-AVALIAÇÃO
15:30-16:30	ENTREVISTA COM OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO E SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO
17:00-18:00	ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS PAIS DE TURMA E DE GRUPO
HORAS	2.º DIA
9:00-12:30	VISITA A JARDINS-DE-INFÂNCIA E A ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO (INCLUI ENTREVISTAS A ALUNOS DO 4.º ANO)
12:30	<i>almoço</i>
14:00-15:00	ENTREVISTA COM ALUNOS DELEGADOS DE TURMA E ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES
15:00-16:00	ENTREVISTA COM DIRECTORES DE TURMA E RESPECTIVOS COORDENADORES
16:30-18:00	ENTREVISTA COM COORDENADORES DE DEPARTAMENTO E RESPONSÁVEIS DE OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
HORAS	3.º DIA
9:00-10:00	ENTREVISTA COM ASSISTENTES TÉCNICOS E OPERACIONAIS
10:30-11:30	ENTREVISTA COM DOCENTES
11:30-12:30	ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA AUTARQUIA
12:30	<i>almoço</i>
14:00-15:30	ENTREVISTA COM O CONSELHO GERAL



AGRUPAMENTO (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO)

VERSÃO B

HORAS	1.º DIA
8:45	CHEGADA À ESCOLA-SEDE
9:00-10:30	SESSÃO DE APRESENTAÇÃO
11:00-12:30	ENTREVISTA COM O CONSELHO GERAL
12:30-14:00	<i>almoço</i>
14:00-15:00	VISITA À ESCOLA-SEDE
15:00-16:00	ENTREVISTA COM A EQUIPA DE AUTO-AVALIAÇÃO
16:00-17:00	ENTREVISTA COM OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO E SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO
17:30-18:30	ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS PAIS DE TURMA E DE GRUPO
HORAS	2.º DIA
9:00-12:30	VISITA A JARDINS-DE-INFÂNCIA E A ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO (INCLUI ENTREVISTAS A ALUNOS DO 4.º ANO)
12:30	<i>almoço</i>
14:00-15:00	ENTREVISTA COM ALUNOS DELEGADOS DE TURMA E ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES
15:00-16:00	ENTREVISTA COM DIRECTORES DE TURMA E RESPECTIVOS COORDENADORES
16:30-18:00	ENTREVISTA COM COORDENADORES DE DEPARTAMENTO E RESPONSÁVEIS DE OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
HORAS	3.º DIA
9:00-10:00	ENTREVISTA COM ASSISTENTES TÉCNICOS E OPERACIONAIS
10:30-11:30	ENTREVISTA COM DOCENTES
11:30-12:30	ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA AUTARQUIA
12:30	<i>almoço</i>
14:00-15:00	ENTREVISTA COM A DIRECÇÃO



CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS A ENTREVISTAR NO AGRUPAMENTO (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO)

DIRECÇÃO - Director, subdirector e adjuntos.

EQUIPA DE AUTO-AVALIAÇÃO - Elementos da equipa de auto-avaliação do agrupamento.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO E SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO - 1 elemento do CPCJ; Coordenador do Departamento de Expressões; 1 elemento do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO); 1 docente de apoio educativo a crianças/alunos com necessidades educativas especiais; 2 docentes de apoio a crianças/alunos com dificuldades de aprendizagem; 1 elemento quando é uma escola de referência (Educação bilingue de alunos surdos ou alunos cegos ou com baixa visão); 1 elemento quando existe uma Unidade de ensino estruturado e de apoio especializado (perturbações do espectro do autismo ou multideficiência e surdo-cegueira congénita); outros técnicos de serviço social ou de saúde que colaborem com o agrupamento.

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS PAIS DE TURMA E DE GRUPO - 2 representantes da Associação de Pais e EE; 2 representantes dos pais de grupos da Educação Pré-Escolar; 2 representantes dos pais de turmas do 4.º ano; 1 do 5.º ano; 1 do 6.º ano; 1 do 7.º ano; 1 do 9.º e um de turmas CEF.

ALUNOS DO 4.º ANO - 5 alunos do 4.º ano de escolaridade de uma das EB1 visitadas pela equipa de avaliação externa.

ALUNOS DELEGADOS DE TURMA E ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES - 2 representantes da Associação de Estudantes; 1 Delegado de Turma do 5.º ano, 1 do 6.º ano, 1 do 7.º ano, 1 do 8.º ano, 2 do 9.º ano e 1 representante de turmas CEF. (No caso de inexistência ou de não estar em actividade a Associação de Estudantes, os alunos podem ser representados por 2 elementos que estejam envolvidos na dinamização de núcleos ou clubes existentes na escola).

DIRECTORES DE TURMA E RESPECTIVOS COORDENADORES - 1 Director de Turma do 5.º ano; 1 do 6.º ano; 1 do 7.º ano; 1 do 9.º ano e 1 DT de 1 CEF. Caso existam, os 2 Coordenadores de Directores de Turma (2.º e 3.º Ciclos).

ENTREVISTA COM COORDENADORES DE DEPARTAMENTO E RESPONSÁVEIS DE OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA - 1 Coordenador do Departamento de Educação Pré-Escolar, 1 Coordenador de Departamento do 1.º Ciclo; Coordenadores dos Departamentos Curriculares e de outras estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica.

ASSISTENTES TÉCNICOS E OPERACIONAIS - Chefe de Serviços de Administração Escolar ou Coordenador Técnico; 1 trabalhador com funções na área de gestão de alunos; 1 trabalhador com funções na Acção Social Escolar; 1 trabalhador com funções de coordenação dos assistentes operacionais; 1 trabalhador de apoio à biblioteca; 1 trabalhador com tarefas na cozinha; 1 assistente operacional de JI, 1 de EB1 e 2 de EB2,3. (caso o serviço de refeições esteja concessionado, substituir por um trabalhador colocado no serviço de bufete).

DOCENTES - 1 da Educação Pré-Escolar e 2 do 1.º Ciclo, de JI e EB1 (preferencialmente de JI e EB1 não visitadas pela equipa de avaliação externa), e 1 de cada Departamento Curricular. Este painel será constituído por docentes eleitos entre aqueles que tenham actividade lectiva, mas não desempenhem cargos.

REPRESENTANTES DA AUTARQUIA - Eleitos e técnicos da área da educação.

CONSELHO GERAL - Todos os elementos do órgão.



ESCOLA SECUNDÁRIA e ESCOLA SECUNDÁRIA c/3.º CICLO

HORAS	1.º DIA
8:45	CHEGADA À ESCOLA
9:00-10:30	SESSÃO DE APRESENTAÇÃO
11:00-12:00	ENTREVISTA COM A DIRECÇÃO
12:00-13:00	VISITA À ESCOLA
13:00	<i>almoço</i>
14:30-15:30	ENTREVISTA COM A EQUIPA DE AUTO-AVALIAÇÃO
15:30-17:00	ENTREVISTA COM COORDENADORES DE DEPARTAMENTO E RESPONSÁVEIS DE OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
17:30-18:30	ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS PAIS DE TURMA E DE GRUPO
HORAS	2.º DIA
9:00-10:00	ENTREVISTA COM ALUNOS DELEGADOS DE TURMA E ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES
10:00-11:00	ENTREVISTA COM DIRECTORES DE TURMA E RESPECTIVOS COORDENADORES
11:30-12:30	ENTREVISTA COM OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO E SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO
12:30	<i>almoço</i>
14:00-15:00	ENTREVISTA COM ASSISTENTES TÉCNICOS E OPERACIONAIS
15:00-16:00	ENTREVISTA COM DOCENTES
16:00- 16:45	ENTREVISTA COM A AUTARQUIA
17:00-18:30	ENTREVISTA COM O CONSELHO GERAL



ESCOLA SECUNDÁRIA e ESCOLA SECUNDÁRIA c/3.º CICLO

VERSÃO B

HORAS	1.º DIA
8:45	CHEGADA À ESCOLA
9:00-10:30	SESSÃO DE APRESENTAÇÃO
11:00-12:30	ENTREVISTA COM O CONSELHO GERAL
12:30-14:00	<i>almoço</i>
14:00-15:00	VISITA À ESCOLA
15:00-16:00	ENTREVISTA COM A EQUIPA DE AUTO-AVALIAÇÃO
16:00-17:30	ENTREVISTA COM COORDENADORES DE DEPARTAMENTO E RESPONSÁVEIS DE OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
18:00-19:00	ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS PAIS DE TURMA E DE GRUPO
HORAS	2.º DIA
9:00-10:00	ENTREVISTA COM ALUNOS DELEGADOS DE TURMA E ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES
10:00-11:00	ENTREVISTA COM DIRECTORES DE TURMA E RESPECTIVOS COORDENADORES
11:30-12:30	ENTREVISTA COM OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO E SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO
12:30	<i>almoço</i>
14:00-15:00	ENTREVISTA COM ASSISTENTES TÉCNICOS E OPERACIONAIS
15:00-16:00	ENTREVISTA COM DOCENTES
16:00- 16:45	ENTREVISTA COM A AUTARQUIA
17:00-18:00	ENTREVISTA COM A DIRECÇÃO



CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS A ENTREVISTAR NA ESCOLA SECUNDÁRIA c/ 3.º CICLO

CONSELHO GERAL- Todos os elementos do órgão.

EQUIPA DE AUTO-AVALIAÇÃO - Elementos da equipa de auto-avaliação da escola.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO E SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO - 1 elemento do CPCJ; Coordenador do Departamento de Expressões; 1 elemento do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO); 1 docente de apoio educativo a alunos com necessidades educativas especiais; 2 docentes de apoio a alunos com dificuldades de aprendizagem; outros técnicos de serviço social ou de saúde que colaborem com a escola.

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS PAIS DE TURMA - 2 representantes da Associação de Pais e EE; 1 representante dos pais das turmas do 7º ano; 1 do 9º ano; 1 do 10º ano, 2 do 12º ano, 1 de turmas CEF e 1 de Cursos Profissionais.

ALUNOS DELEGADOS DE TURMA E ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES - 2 representantes da Associação de Estudantes; 1 Delegado de Turma do 7º ano; 1 do 9º ano; 2 do 10º ano, 1 do 11º ano e 2 do 12º ano; 1 representante dos Cursos Profissionais e 1 representante de turmas. (No caso de inexistência ou de não estar em actividade a Associação de Estudantes, os alunos podem ser representados por 2 elementos que estejam envolvidos na dinamização de núcleos ou clubes existentes na escola).

DIRECTORES DE TURMA E RESPECTIVOS COORDENADORES - 1 Director de Turma do 7º ano; 1 do 9º ano; 1 do 10º ano, 2 do 12º ano e 1 DT de 1 CEF; 2 Coordenadores dos Directores de Turma; 1 orientador educativo ou DT de 1 Curso Profissional.

ENTREVISTA COM COORDENADORES DE DEPARTAMENTO E RESPONSÁVEIS DE OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA - Coordenador dos Departamentos curriculares e de outras estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica.

ASSISTENTES TÉCNICOS E OPERACIONAIS - Chefe de Serviços de Administração Escolar ou Coordenador Técnico; 1 trabalhador com funções na área de gestão de alunos; 1 trabalhador com funções na Acção Social Escolar; 1 trabalhador com funções de coordenação dos assistentes operacionais (AO); 1 trabalhador de apoio à biblioteca; 1 trabalhador de apoio aos laboratórios; 1 trabalhador com tarefas na cozinha; 1 AO de apoio às salas de aula. (caso o serviço de refeições esteja concessionado, substituir por um trabalhador colocado no serviço de bufete).

DOCENTES - 2 de cada Departamento eleitos entre aqueles que tenham actividade lectiva, mas não desempenhem cargos.

REPRESENTANTES DA AUTARQUIA - Eleitos e técnicos da área da educação.

DIRECÇÃO - Director, subdirector e adjuntos.



ANEXO 6 – LISTA DOS AVALIADORES DA EXPERIMENTAÇÃO

GRUPO DE TRABALHO PARA O NOVO CICLO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS
AVALIADORES DA FASE EXPERIMENTAL (Maio de 2011)

INTERNOS	EXTERNOS À IGE
<i>Eduardo Oliveira</i>	<i>Ana Paula Curado</i>
<i>João Nunes</i>	<i>Carlinda Leite</i>
<i>José João Azevedo</i>	<i>Cláudia Sarrico</i>
<i>Luís Barregão</i>	<i>Helena Quintas</i>
<i>Madalena Moreira</i>	<i>Isabel Fialho</i>
<i>Manuel Lourenço</i>	<i>José Augusto Pacheco</i>
<i>Maria João Pereira</i>	<i>Maria de Fátima Paixão</i>
<i>Maria Judite Cruz</i>	<i>Maria Helena Gião</i>
<i>Maria Leonor Duarte</i>	<i>Pedro Teixeira</i>
<i>Rosa Maria Paulo</i>	<i>Rui Manuel Costa</i>
<i>Rosa Micaelo Fernandes</i>	
<i>Rui Castanheiro</i>	
<i>Valdemar Almeida</i>	
<i>Vitor Rosa</i>	

ANEXO 7 – SÍNTESE DAS RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO DA EXPERIMENTAÇÃO

Grupo de Trabalho para o Novo Ciclo de Avaliação Externa das Escolas -									
Questionário às escolas e agrupamentos - Fase de experimentação (Maio 2011)									
<p>Por favor, utilizando uma escala de A a E, em que A corresponde a "concordo totalmente", B a "concordo", C a "discordo", D a "discordo totalmente" e E a "Não sei", classifique as seguintes afirmações sobre a fase de experimentação do novo ciclo de avaliação externa das escolas, inscrevendo um X na quadrícula respectiva.</p>									
1. Documentos solicitados previamente às escolas/agrupamentos		A	B	C	D	E	NR		
1.1	Os documentos solicitados são pertinentes	11	1	0	0	0	0		
1.2	Sugira outros documentos relevantes (máximo de 2)								
1.3 Os conteúdos a inserir no "texto de apresentação da escola" são adequados à auto-avaliação da escola		A	B	C	D	E	NR		
		6	6	0	0	0	0		
1.4	Sugira outros conteúdos relevantes (máximo de 2)								
2. Quadro de referência da avaliação externa									
2.1 Os três domínios da avaliação estão adequados à missão da instituição escolar e à sua complexidade		A	B	C	D	E	NR		
		5	7	0	0	0	0		
2.2 Os campos de análise incluídos em cada domínio são relevantes para efeitos de avaliação externa das escolas									
	Domínios	Campos de análise		A	B	C	D	E	NR
1- Resultados		Resultados académicos		11	0	1	0	0	0
		Outros resultados educativos		10	2	0	0	0	0
		Reconhecimento da comunidade educativa		9	3	0	0	0	0
2- Prestação do serviço educativo		Gestão do currículo		10	2	0	0	0	0
		Práticas de ensino		12	0	0	0	0	0
		Práticas de monitorização e de avaliação		10	2	0	0	0	0
3- Liderança e gestão escolar		Práticas de inclusão e de equidade		11	1	0	0	0	0
		Visão, estratégia e planeamento		11	1	0	0	0	0
		Gestão dos recursos		10	2	0	0	0	0
		Desenvolvimento pessoal e organizacional		6	6	0	0	0	0
		Auto-avaliação e melhoria		12	0	0	0	0	0
2.3 Indique no quadro seguinte outros campos de análise relevantes a incluir futuramente (máximo de dois campos de análise por domínio)									
	Domínios	Outros campos de análise							
1- Resultados									
2- Prestação do serviço educativo									
3- Liderança e gestão escolar									
3. Preparação da escola para a avaliação									
Houve um adequado envolvimento das seguintes estruturas e pessoas da comunidade educativa na preparação da avaliação externa.									
		A	B	C	D	E	NR		
3.1	Conselho Geral	7	4	0	1	0	0		
3.2	Director	12	0	0	0	0	0		
3.3	Conselho Pedagógico	8	3	0	1	0	0		
3.4	Departamentos Curriculares	8	3	0	1	0	0		
3.5	Directores de Turma	9	2	0	1	0	0		
3.6	Equipa de Auto-Avaliação	11	1	0	0	0	0		
3.7	Outros Docentes	5	5	1	1	0	0		
3.8	Trabalhadores não Docentes	7	4	0	1	0	0		
3.9	Delegados de Turma	5	7	0	0	0	0		
3.10	Associação de Estudantes	5	0	0	1	0	6		
3.11	Representantes dos Pais nos Conselhos de Turma	6	4	0	1	1	0		
3.12	Associação de Pais	9	2	0	1	0	0		
3.13	Representantes da Autarquia	8	3	0	1	0	0		

**Grupo de Trabalho para o Novo Ciclo de Avaliação Externa das Escolas -
Fase de experimentação (Maio de 2011)**

Questionário aos avaliadores

O presente questionário tem por objectivo conhecer a opinião dos avaliadores que fizeram a experimentação do modelo para o novo ciclo da avaliação externa, de modo a proporcionar ao GT informação relevante para o seu aperfeiçoamento.

Por favor, utilizando uma escala de A a E, em que A corresponde a "concordo totalmente", B a "concordo", C a "discordo", D a "discordo totalmente" e E a "Não sei", classifique as seguintes afirmações sobre a fase de experimentação do novo ciclo de avaliação externa das escolas, inscrevendo um X na quadrícula respectiva.

						Absolutos				
1. Preparação da avaliação externa						A	B	C	D	E
A preparação da visita foi adequada quanto aos seguintes aspectos:										
1.1	Número de reuniões que a antecederam					11	5	1	0	0
1.2	Assuntos tratados nas reuniões					12	5	0	0	0
1.3	Informação sobre a escola fornecida à equipa de avaliação					6	11	0	0	0
1.4	Formação dos avaliadores					8	7	2	0	0
2. Documentos solicitados previamente às escolas/agrupamentos						A	B	C	D	E
2.1	Os documentos solicitados são pertinentes					10	7	0	0	0
2.2	Sugira outros documentos relevantes (máximo de 2)									
2.3	Os conteúdos a inserir no "texto de apresentação da escola" são adequados à auto-avaliação da escola					A	B	C	D	E
					9	8	0	0	0	
2.4	Sugira outros conteúdos relevantes (máximo de 2)									
3. Visita às escolas						A	B	C	D	E
Os seguintes aspectos das visitas às escolas foram adequados:										
3.1	Duração da visita					12	5	0	0	0
3.2	Organização da visita					11	6	0	0	0
3.3	Pertinência dos painéis					10	7	0	0	0
3.4	Regras de constituição dos painéis					7	9	1	0	0
3.5	Condução das entrevistas					14	3	0	0	0
3.6	Relacionamento entre os membros da equipa e os interlocutores da escola					16	1	0	0	0
3.7	Disponibilidade da escola para responder às solicitações da equipa					16	1	0	0	0
4. Equipa de avaliação						A	B	C	D	E
A equipa de avaliação mostrou-se operacional quanto aos seguintes aspectos:										
4.1	Dimensão da equipa de avaliação *					15	1	0	0	0
4.2	Articulação e interacção entre os membros da equipa *					13	3	0	0	0
						*) 1 avaliador não respondeu				
5. Quadro de referência da avaliação externa						A	B	C	D	E
5.1	A formulação dos quatro objectivos da AEE é clara e adequada					15	2	0	0	0
5.2	Os três domínios da avaliação estão adequados à missão da instituição escolar					11	6	0	0	0
5.3	Os campos de análise contemplam as valências fundamentais					10	7	0	0	0
5.4	Há coerência entre os campos de análise e os referentes					4	12	1	0	0



5.5 Os campos de análise incluídos em cada domínio são relevantes para efeitos de avaliação externa das escolas						
Domínios	Campos de análise	A	B	C	D	E
1- Resultados	Resultados académicos	15	1	1	0	0
	Outros resultados educativos	15	2	0	0	0
	Reconhecimento da comunidade educativa	12	5	0	0	0
2- Prestação do serviço educativo	Gestão do currículo *	13	3	0	0	0
	Práticas de ensino *	12	2	1	1	0
	Práticas de monitorização e de avaliação *	11	4	1	0	0
3- Liderança e gestão escolar	Práticas de inclusão e de equidade *	14	2	0	0	0
	Visão, estratégia e planeamento	16	1	0	0	0
	Gestão dos recursos	16	1	0	0	0
	Desenvolvimento pessoal e organizacional	15	1	1	0	0
	Auto-avaliação e melhoria	16	1	0	0	0
*) 1 avaliador não respondeu						
5.6 Indique no quadro seguinte outros campos de análise relevantes a incluir futuramente (no máximo dois campos de análise por domínio):						
Domínios	Campos de análise					
1- Resultados						
2- Prestação do serviço educativo						
3- Liderança e gestão escolar						
6. Escala de avaliação						
A escala de avaliação é adequada quanto a		A	B	C	D	E
6.1	Níveis de classificação	15	2	0	0	0
6.2	Texto de explicitação do significado dos níveis de classificação	9	6	2	0	0
6.3	Critérios de avaliação de cada domínio	7	9	1	0	0
7. Alterações ao modelo de avaliação externa agora experimentadas						
As seguintes alterações, face ao modelo de 2006-2011, foram vantajosas:		A	B	C	D	E
7.1	Redução de cinco para três domínios de análise	13	4	0	0	0
7.2	Aplicação prévia de questionários de satisfação à comunidade	11	4	1	0	1
7.3	Indicação do valor esperado dos resultados das escolas	12	3	1	0	1
7.4	Auscultação das autarquias em painel específico	11	4	2	0	0
7.5	Introdução de um novo nível na escala de classificação	13	3	1	0	0
8. Aspectos a melhorar neste modelo de avaliação externas das escolas (máximo de 3)						
9. Outros comentários e sugestões						
Nome do avaliador						
Delegação Regional						
Data						